



Ricardo Alexandre Preguiça Barata

## **A concretização pela jurisprudência da revista excecional**

Dissertação com vista à obtenção do grau de Mestre em Direito – Forense e  
Arbitragem

**Orientadora:**

**Doutora Mariana França Gouveia, Professora da Faculdade de Direito da  
Universidade Nova de Lisboa**

Março de 2017



*Aos meus avós.*

*Sempre me disseram, "Um dia vou querer ver-te Doutor".*

*Que sintam o meu eterno amor.*

O primeiro e mais sentido agradecimento é para a senhora Professora Mariana França Gouveia que teve a gentileza de aceitar o meu pedido de orientação. Ajudou-me desde a primeira reunião de forma profissional e comprometida. A sua orientação permitiu-me conhecer melhor o tema e ter mais capacidade de o trabalhar. Conheci a professora na Licenciatura e pude continuar a ter a sua mentoria no Mestrado e agora nesta Dissertação. Foi uma professora marcante e que ficará, certamente, ligada ao sucesso deste meu percurso académico.

Em segundo lugar um agradecimento a uma pessoa muito especial e companheira de vida que me ajudou com a sua compreensão pelos tempos que despendi, sozinho, a elaborar esta dissertação. Filipa foste e serás a minha maior ajuda. O meu sentido obrigado pelo amor e pela presença sempre constantes.

Um especial agradecimento pela ajuda académica e pela disponibilidade ao senhor Juiz Conselheiro e Professor Abrantes Geraldês. Tive a oportunidade de ter aulas de Recursos Cíveis com o senhor Professor, a sua ajuda e opiniões em muito engrandeceram o trabalho que realizei.

Em terceiro lugar um agradecimento geral, sem exceção, a todos os meus colegas de licenciatura e mestrado que me foram ajudando, cada um à sua maneira. Juntos trabalhamos para alcançar os nossos objetivos e conseguirmos atingir o sucesso ao mesmo tempo que criávamos amizades.

Um obrigatório e sentido agradecimento aos meus pais pela disponibilidade, pela ajuda e pela força que me deram desde o primeiro dia em que lhes disse que Direito seria a minha escolha.

## **DECLARAÇÃO ANTIPLÁGIO**

Declaro por minha honra que o trabalho apresentado é da minha exclusiva autoria e que toda a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falha ética e disciplinar.

(artigo 20º-A do Regulamento do 2º Ciclo)

## **MODO DE CITAR**

Para simplificação e facilitação da consulta, as referências feitas em nota de rodapé, ao longo do texto, não seguirão as normas do Instituto Português da Qualidade. Serão, ao invés, feitas da seguinte forma: Nome do autor, TÍTULO DA OBRA, ano, páginas.

A jurisprudência nacional é citada através do método data, número do processo.

## **O CORPO DESTA DISSERTAÇÃO TEM UM TOTAL DE:**

199.236 Caracteres (incluindo notas e espaços)

Esta dissertação foi redigida, integralmente, ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AO – Ordem dos Advogados

ASJ – Associação Sindical dos Juízes

CC - Código civil

CCom – Código Comercial

CIRE – Código de insolvência e recuperação de empresas

CPC1961 - Código de processo civil aprovado em 1961.

CPC2013 - código de processo civil aprovado em 2013

CPTA – Código de processo nos tribunais administrativos

CRCiv – Código de Registo Civil

CRP – Constituição da república portuguesa

CSC – Código das sociedades comerciais

CSTAF – Conselho superior dos tribunais administrativos e fiscais

DL - Decreto-Lei

MP – Ministério Público

NRAU – Novo regime de arrendamento urbano

PGR – Procuradoria-Geral da República

STA – Supremo tribunal administrativo

STJ – Supremo tribunal de justiça

TC – Tribunal Constitucional

TCA – Tribunal central administrativo

## RESUMO

Direito processual civil; Recursos; Revista excecional; Dupla conforme; Conceitos indeterminados

Esta dissertação pretende acrescentar conhecimento na área do direito processual civil, em específico, do recurso de revista excecional para o STJ. O objeto deste estudo é o artigo 672º do CPC2013 que incorpora três requisitos de admissão, onde dois deles são conceitos indeterminados que necessitam de concretização casuística.

O percurso metodológico escolhido inicia-se na análise dos trabalhos preparatórios da reforma dos recursos de 2007, onde este recurso e outras regras foram introduzidas (exemplo da “dupla conforme”). Abordar-se-ão todas as questões em torno do percurso legislativo que culminou com a redação final da norma.

Abordaremos o recurso do artigo 150º do CPTA visto que o direito administrativo, neste caso, foi uma verdadeira inspiração para o direito civil, quer nas opções legislativas, quer no plano processual no que toca à redação dos requisitos e às regras adotadas.

Faremos, também, uma passagem breve pelo direito comparado de modo a encontrar pontos semelhantes com o recurso de revista excecional. Aí destacar-se-á o direito americano e a figura do “*writ of certiorari*”.

O principal objetivo é o aprofundamento do sistema de recursos civis no geral, colocando o foco, obviamente, neste recurso de revista excecional que ainda não foi muito estudado e que receberá, aqui, novos contributos.

O grande aliciente deste trabalho é a análise da concretização real operada pela jurisprudência da formação específica de modo a conseguirmos retirar conclusões sobre o que está incluído, ou excluído, da esfera dos conceitos indeterminados que são os requisitos de acesso a este recurso jurisdicional. Este será o principal contributo que esta dissertação trará para o universo jurídico, seja o académico, seja o profissional.

## SUMMARY

Civil procedure law; Civil appeals; *Writ of certiorari*; Rule of the double conform decisions; Indeterminate concepts

The interesting of this masters dissertation is to add knowledge to the civil procedure area, especially about the *writ of certiorari* in the Portuguese legal system.

The object of this study is article number 672 of the civil procedure code of 2013 that contains three requirements, where two of them include indeterminate concepts that need a specific court's case law.

We will begin with the initial studies and drafts of the appeal. This new appeal appears in the code in the year 2007, with the civil procedure reform. We will talk about the important questions that arise from the legislative work and from all the legal opinions given on the different drafts.

We will address the administrative law (article number 150 of the administrative procedure code) because this appeal for the administrative Supreme Court inspired the civil procedure options.

We will try to find similar points between the Portuguese *writ of certiorari* system and the systems from France, United Kingdom and United States. The American legal system has various similarities.

The main point of this paper is to become familiar with the analysis made by the jurisprudence of the Supreme Court about the true meaning of the appeal requirements and separate the decisions by topics to facilitate comprehension by students or professionals (lawyers and other law workers).





## Introdução

Nesta dissertação propomo-nos a estudar o recurso de revista excecional, do artigo 672º CPC2013. O principal foco deste estudo será a concretização dos requisitos do recurso que se baseiam em conceitos indeterminados, tais como "relevância jurídica" e "interesses com relevância social". Essa concretização será realizada recorrendo aos acórdãos da formação específica de juízes do STJ que permitirá perceber o que está, ou não, abrangido pelo conceito.

Começaremos este estudo com a análise dos trabalhos preparatórios deste recurso que foi introduzido na reforma de 2007 dos recursos civis. O legislador, depois de criar a "dupla conforme" como restrição no acesso ao STJ, de modo a racionalizar e reduzir a produção judicial deste tribunal, procurou uma alternativa a essa restrição para permitir o acesso ao terceiro grau de jurisdição mesmo para os casos de conformidade das decisões. Iremos demonstrar todo o trabalho realizado por juristas e até pela Assembleia da República de modo a percebermos as reais intenções de se incluírem conceitos indeterminados como requisitos de um recurso civil, além de perceber os princípios e os objetivos que foram perseguidos na reforma de 2007 e a forma como foram postos em prática.

Outro contributo para este estudo introdutório é incursão que faremos pelo direito administrativo já que o artigo 150º do CPTA contém um recurso de revista, de acesso ao STA, que serviu de inspiração ao legislador civil para pensar na revista excecional. Analisaremos jurisprudência do STA, faremos o levantamento da doutrina administrativa mais importante e procuraremos as diferenças e as semelhanças nas previsões normativas. O objetivo é encontrar um contributo que ajude à concretização e à mais rica interpretação da revista excecional civil.

Outro ponto de estudo será o direito comparado. Analisaremos os sistemas jurídicos de três países (EUA, Reino Unido e França) onde procuramos pontos semelhantes nos recursos civis de acesso à última instância. Este estudo de direito comparado servirá para compreender as soluções que esses países têm para situações idênticas às que conhecemos, sabendo-se as diferenças que existem entre os sistemas jurídicos analisados. França será um bom exemplo de um sistema com enormes diferenças face ao nosso; o Reino Unido terá pontos

semelhantes no acesso ao *Supreme Court* e, por fim, os EUA são quem tem mais elementos comuns, ou que pelo menos, mais parecenças encontraremos.

Esta dissertação pretende ser um contributo válido para o estudo e compreensão de um recurso civil bastante recente e cujo estudo pode ser uma ajuda valiosa para que os profissionais da justiça e os cidadãos saibam como o podem usar em benefício dos seus direitos e/ou pretensões.

Pretende-se alcançar uma concretização dos conceitos indeterminados de modo a criar um ponto de apoio e de estudo para todos os que recorram a este recurso civil ao longo da sua vida profissional ou académica.

## **Título I - Enquadramento do regime**

### **1. O início do recurso de Revista Excecional**

#### **a) Origem**

O regime do recurso de revista excecional surgiu na reforma de 2007 do processo civil português, que, em especial na área dos Recursos Cíveis, alterou vários regimes<sup>1</sup>: eliminou-se o recurso de agravo, passando a existir apenas uma via de recurso única para a Relação (a apelação); foi revisto o regime do recurso *per saltum* para o STJ; foi criada a regra da dupla conforme como meio de restringir o acesso ao STJ como 3ª via de recurso cível. Será, por consequência desta nova regra, que se cria o recurso de revista excecional.

A reforma acima referida foi consumada com o Decreto-Lei nº 303/2007 de 24 de Agosto que teve origem na Lei de Autorização Legislativa nº 6/2007 de 2 de Fevereiro, na qual o Parlamento deu indicações expressas para ser revisto o regime dos recursos<sup>2</sup> e sobre o regime da revista excecional, a referência é indireta e ainda “incerta”<sup>3</sup>.

#### **b) Justificação da consagração no CPC**

O regime da “dupla conforme”<sup>4</sup> tem origem no artigo 2º, nº1, alínea g) da Lei de autorização legislativa nº 6/2007 e, ainda que não seja alvo do nosso estudo, merece uma breve referência devido à relação de dependência e até de causa-efeito que tem com o recurso de revista excecional no panorama atual do CPC, tal como teve no momento da sua criação em 2007.

---

<sup>1</sup> Referimos algumas alterações sem intenção de listar exaustivamente.

<sup>2</sup> Artigo 1º, nº 1 da referida Lei.

<sup>3</sup> A opção pela criação de um artigo autónomo, a escolha do regime em concreto e das palavras a usar na redação foram elementos que só foram definitivamente escolhidos e passados a escrito no momento da apresentação do Decreto-Lei Autorizado submetido a audições públicas - Cfr. REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, p. 409.

<sup>4</sup> Previsto atualmente no artigo 671º, nº3 do CPC2013 (antes da Reforma estava previsto no artigo 721º, nº3 do CPC1961 – versão conferida pelo DL 303/2007).

A “dupla conforme” é uma regra criada com o objetivo de impedir o acesso ao Supremo dos processos cujas decisões anteriores (1ª instância e Relação) são coincidentes. Sempre que a decisão da Relação confirme a decisão da 1ª instância, sem que exista voto de vencido, existem duas decisões conformes e, portanto, aplicando-se o artigo 672º, nº3 do CPC2013, fica vedado o acesso ao STJ.

Ao criar-se esta regra que limita (e bastante) o acesso ao Supremo que em comparação com o quadro normativo anterior onde tal regra não existia, denota uma mudança radical de regime: passou a impedir-se a entrada dos processos abrangidos por esta nova regra no STJ, em oposição ao regime anterior onde a possibilidade de aceder ao Supremo, em terceiro grau de jurisdição, não estava limitada (exceto pelos requisitos gerais).

Pensando, provavelmente, na limitação que a dupla conforme trazia para o sistema, os deputados do Parlamento fizeram uma subtil, mas ao mesmo tempo muito significativa referência, na parte final da regra da “dupla conforme”, deixando uma ideia do que mais tarde viria a ser o recurso de revista excecional – “*salvo quando a admissão do recurso seja claramente necessária para uma melhor aplicação do direito*”<sup>5</sup>. Esta expressão deixou ideias daquilo que mais tarde seriam as exceções à dupla conforme.

Esta expressão surgiu, cronologicamente, antes da apresentação do Decreto-Lei autorizado que seria a versão final da reforma de 2007. Até se chegar a esse documento existiram dois anteriores que ajudam a compreender todos os passos dados durante os trabalhos preparatórios. Esses documentos serão alvo de análise na secção seguinte.

---

<sup>5</sup> Tal referência encontra-se na parte final da alínea g) do nº1 do artigo 2º da, já referida, Lei de Autorização Legislativa nº 6/2007.

### c) Trabalhos preparatórios – as origens do artigo 672º do CPC2013

Nesta secção vamos sistematizar todo o percurso desde o início dos trabalhos até ao momento em que se encontrou a redação do atual artigo 672º (herdeiro do anterior artigo 721º-A, resultado da reforma<sup>6</sup>).

Começaremos o estudo no Anteprojeto da reforma com o anexo das propostas de revisão dos artigos – centrando a análise na redação sugerida para o artigo 721º. De seguida teremos o Projeto que acompanhou a proposta de Lei de Autorização, e por fim, faremos a análise de tudo o que envolveu a proposta de Decreto-Lei Autorizado que foi submetido a audições públicas<sup>7</sup>.

Ao longo dos trabalhos foram emitidos pareceres e relatórios que transmitiram opiniões, críticas e diferentes visões que iremos, também, analisar.

#### i. Anteprojeto de Revisão do Regime de Recursos em Processo civil<sup>8</sup>

O primeiro momento da reforma dos Recursos, de onde viria a surgir o recurso de revista excecional, ocorreu no dia 25 de Novembro de 2005 quando o Gabinete de Política Legislativa e Planeamento (GPLP) apresentou o primeiro documento de trabalho – o “*Anteprojeto da reforma dos Recursos em processo civil*” – durante um colóquio na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

No início deste documento encontram-se as “*linhas gerais do Anteprojeto*” que sumariam as ideias principais da Reforma. Daí destaca-se o ponto três<sup>9</sup> onde se constata a intenção de implementar a já falada regra da dupla conforme, prevendo-se duas exceções: (i) As mencionadas no artigo 678º<sup>10</sup>, e (ii) Quando se tratem de decisões que estejam em contradição com jurisprudência “*uniformizada ou consolidada*” do STJ. Ao invés do que as “*linhas gerais do Anteprojeto*”

---

<sup>6</sup> Original artigo 721º-A no momento em que foi introduzido no CPC em 2007, pela versão conferida pelo Decreto-Lei nº 303/2007.

<sup>7</sup> É neste último documento da reforma que se centrará a análise da revista excecional, analisando o novo artigo 721º-A.

<sup>8</sup> Pode consultar-se em REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, pp. 179-213.

<sup>9</sup> REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, p. 184.

<sup>10</sup> Corresponde ao atual artigo 629º. Realça-se, principalmente, o nº2 onde estão previstas as situações em que o recurso é sempre admissível.

deixavam antever, a redação sugerida do artigo 721º apenas contemplou a regra da dupla conforme sem ser contemplada qualquer exceção.

Ao mesmo tempo que se constata esta ausência de exceções deve-se reparar que foi sugerida, em alternativa, uma redação para o mesmo artigo 721º que se inspirava no artigo 150º do CPTA, importando um sistema de avaliação casuística dos processos que poderiam aceder ao supremo<sup>11</sup>.

Nesta primeira proposta de alteração optou-se por apresentar uma redação do artigo onde se incluiu a regra da dupla conforme, limitando o acesso ao STJ de forma “cega”, sem se prever qualquer exceção à regra. Ao mesmo tempo que se sugeriu em alternativa, como uma segunda opção, um sistema oposto à dupla conforme que filtra o acesso ao STJ por meio de uma avaliação casuística dos processos (feita por uma conferência de juízes conselheiros) e onde só alguns processos poderiam aceder ao terceiro grau de jurisdição<sup>12</sup>.

Da nossa parte consideramos que a ideia de deixar duas alternativas para a mesma norma parece correta, visto que existiam dúvidas sobre qual seria a melhor opção<sup>13</sup>. Pode transparecer a existência de dúvidas quanto ao caminho que se pretende verdadeiramente seguir, mas é também um sinal de abertura para se auscultarem as entidades e doutrinas mais experientes da área com o objetivo de se chegar à opção mais consensual e, desejavelmente, mais correta.

Depois de elaborado o Anteprojeto já aqui analisado foram emitidos vários pareceres por diversas entidades relevantes. É útil resumir as opiniões e os contributos proferidos.

De entre todas as opiniões recolhidas, apenas o Conselho Superior da Magistratura (CSM)<sup>14</sup> mostrou-se plenamente a favor desta primeira proposta de alteração, ao considerar a solução da “dupla conforme” uma escolha que oferece

---

<sup>11</sup> REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, p. 199. Sobre esta temática será feita uma análise profunda e serão avaliadas potenciais inspirações retiradas do Direito Administrativo para o regime processual civil – *INFRA*, Título I, 2º capítulo, p. 20 e ss.

<sup>12</sup> O legislador deixou, nesta fase, em aberto a solução a adotar. Sugeriu duas alternativas completamente opostas que cumprem o mesmo objetivo de limitar o acesso ao STJ.

<sup>13</sup> Percebe-se que assim tenha acontecido visto que se pretendia incluir no sistema uma regra totalmente nova de limitação de acesso ao STJ e esse era o momento certo para serem feitas experiências.

<sup>14</sup> O parecer foi da autoria de Abrantes Geraldês. REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, p. 222, em concreto veja-se o ponto 9.

certeza, objetividade e segurança no momento da determinação da possibilidade de recurso para o STJ.

Com opinião oposta encontramos o Gabinete de estudos da Ordem dos Advogados<sup>15</sup> e o advogado Rui Macedo<sup>16</sup> que consideram esta regra da dupla conforme uma restrição desmedida do direito ao recurso, principalmente quando conjugada com a intenção de se subir o valor da alçada da Relação – estas duas alterações introduziriam um elevado entrave na possibilidade de recurso para o STJ quando comparado com o sistema vigente até 2007. Ambas as opiniões subscrevem a ideia de que o “*simples requisito negativo da dupla conforme*” iria, apenas, criar o “*abastardamento*” do Direito, ficando os magistrados da Relação com elevadas tentações de tomar a decisão mais cómoda e fácil de confirmar todas as decisões da 1ª instância, impossibilitando, assim, o recurso para o STJ.

Como alternativa à regra da dupla conforme, Rui Macedo sugeriu um critério quantitativo que deveria ser aplicado em substituição daquela regra<sup>17</sup>. Este critério consistia na fixação de um valor a partir do qual a dupla conforme não se aplicava (sugeriu-se que esse valor fosse igual à alçada da Relação mais metade). O que se pretendia era excluir a rigidez da dupla conforme das causas com valores particularmente elevados, seguindo a mesma ideia que defende a existência de alçadas como critério definidor da possibilidade de recurso – a partir de certo valor seria sempre possível recorrer para o Supremo, a baixo desse “valor elevado” a dupla conforme impediria o recurso.

Uma breve nota para o contributo da Procuradoria-Geral da República (PGR) que se limitou, apenas, a tecer uma breve crítica (muito idêntica às já registadas pela OA e por Rui Macedo), dizendo que a regra da dupla conforme “*corre o risco*” de se refugiar apenas na formalidade das decisões já que não foi incluído na regra a obrigatoriedade de coincidência de fundamentos.

Atentando, agora, nas opiniões sobre a redação alternativa sugerida para o artigo 721º (inspirada no artigo 150º do CPTA), foi unânime a ideia de que tal

---

<sup>15</sup> Parecer elaborado por Lebre de Freitas. REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, pp. 236-238.

<sup>16</sup> Relatório sobre o Anteprojeto da revisão do sistema de recursos em processo civil – REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, pp. 253-255.

<sup>17</sup> REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, p. 254. O gabinete de estudos da Ordem dos Advogados aderiu a tal sugestão, veja-se p. 237.

redação não seria positiva para o sistema civil de recursos já que viria complicar algo que se pretendia simplificar. Não seria benéfico o acréscimo de atos processuais. Existiriam, provavelmente, muitas decisões divergentes já que seria enorme a incerteza da decisão, visto que tal decisão prévia se baseia em conceitos vagos.

Ficou bem evidenciado que a maioria das opiniões discordava da adoção de uma regra tão restritiva como a dupla conforme sem que fossem previstos mecanismos de recurso alternativos, ou fosse pensado um critério mais maleável (como o sugerido por Rui Macedo). Ficou vincada a necessidade de excecionar a dupla conforme, faltava decidir em que termos se fariam essas exceções.

ii. Projeto que acompanhou a proposta de Lei de Autorização<sup>18</sup>

O Governo teve que formular um projeto de Decreto-Lei para acompanhar a discussão e votação da Lei de Autorização Legislativa de modo a elucidar os deputados sobre os objetivos e opções que tinha pensadas para as matérias em alteração. É esse projeto que vamos analisar de seguida.

Centrando a análise na proposta de alteração ao artigo 721º<sup>19</sup> constata-se que o artigo sofreu alterações em comparação com a versão sugerida pelo Anteprojeto. Anteriormente ficou evidente a inclusão de uma redação principal que previa a dupla conforme e uma redação alternativa que filtrava o acesso ao STJ por meio de conceitos vagos que, analisados casuisticamente, concretizariam o critério de permitir ou não o acesso ao terceiro grau de jurisdição.

Neste segundo momento de revisão o legislador apresentou uma redação do mesmo artigo 721º onde parece englobar as duas ideias, mantendo a dupla conforme mas prevendo dois grupos de exceções: Uma na parte final do nº3 que é uma incorporação das ideias do artigo 150º do CPTA, e outra no nº4 relacionada com a oposição de decisões e que nunca foi mencionada no Anteprojeto.

Vejamos, mais em detalhe, em que consistiram estas novas propostas.

---

<sup>18</sup> Pode consultar-se na íntegra em REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, pp. 269-314.

<sup>19</sup> REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, pp.294-295.



A primeira alteração que desperta atenção surge na parte final do nº3<sup>20</sup>. É uma exceção à dupla conforme que se bifurca em duas situações diferentes.

Primeiro, abria-se a possibilidade de recorrer do acórdão da Relação que tivesse confirmado a decisão da 1ª instância desde que aquele acórdão dissesse respeito a uma questão juridicamente relevante e que por isso justificaria a intervenção do STJ. Em segundo lugar, passava a ser possível recorrer, nos casos abrangidos pela “dupla conforme”, quando o processo suscitasse a discussão de interesses imateriais de importância social.

Estas duas exceções têm fundamentos diversos mas têm a base comum de a sua análise, pelo Supremo, ser importante para “*uma melhor aplicação do Direito*”. Esta expressão obviamente necessita de concretização quando confrontada com os factos e com a questão jurídica em análise.

Podemos encontrar essa concretização ao ver uma questão jurídica que seja mais ou menos complexa, mais ou menos discutida na doutrina e na jurisprudência, ou seja, por ventura, uma questão completamente nova e que necessita da análise do STJ – são situações que demonstram a necessidade de análise de determinada questão de modo a que a aplicação do Direito seja esclarecida e se torne (mais) simples e perceptível.

Quanto aos conceitos de “*relevância jurídica*” e “*interesses imateriais de relevância social*” estamos perante conceitos indeterminados que terão de ser concretizados, casuisticamente, pela jurisprudência. O significado da expressão “indeterminado”<sup>21</sup> ajuda-nos a perceber que o uso deste tipo de conceitos (uma opção muito comum no direito civil) pretende deixar um amplo espaço de adaptação para o intérprete ou aplicador da norma, com o objetivo de atribuir plasticidade e adaptabilidade aos conceitos e à regulação que neste caso se pretende fazer sobre a admissão do recurso em exceção à regra da dupla conforme.

O legislador opta, normalmente, por este tipo de conceitos sempre que pretende regular dada matéria de modo a incluir um elevado número de opções e

---

<sup>20</sup> Sugerido nº3 do artigo 721º (parte relevante): “... salvo quando esteja em causa uma questão cuja apreciação, pela sua relevância jurídica ou por versar sobre interesses imateriais de particular relevância social, é claramente necessária para uma melhor aplicação do direito.”

<sup>21</sup> Significa “Não determinado, não estabelecido ou fixado com clareza quanto à extensão, tamanho, forma, número, duração ou natureza; impreciso” Cfr. GRANDE DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, Volume IV, 2015, p. 2196.

de interpretações, algo que usando uma técnica legislativa rígida e objetiva não conseguiria alcançar. Como refere *Baptista Machado*<sup>22</sup>, a utilização deste tipo de técnica legislativa justifica-se de modo a permitir a adaptação da norma “às particularidades do caso ou à mudança das situações”. Esta noção adequa-se perfeitamente ao objetivo que este regime da revista excecional pretende atingir – atribuir uma (alargada) possibilidade de recurso como forma de excecionar uma regra muito restritiva.

Em nossa opinião esta opção por conceitos indeterminados revela-se acertada pelo facto de garantir a um elevado espectro de questões a possibilidade de alcançar o STJ, apesar da rigidez da dupla conforme.

Falando agora do nº4 do artigo 721º. Foi integrada outra exceção à “dupla conforme” que se baseia na oposição entre o acórdão da Relação recorrido e outro já transitado em julgado do STJ, ou de qualquer das Relações<sup>23</sup>. Esta exceção apoia-se num dos três objetivos apontados no ponto 3 da exposição de motivos do Projeto que acompanhou a proposta de lei de autorização<sup>24</sup> - “racionalização do acesso ao Supremo Tribunal de Justiça, acentuando-se as suas funções de orientação e uniformização da jurisprudência”.

Este objetivo de racionalização do acesso ao Supremo, tornando-o um tribunal claramente orientado para a uniformização da jurisprudência, foi largamente materializado na Reforma através de várias alterações ou inovações<sup>25</sup>.

Além dessas situações específicas, foi também aqui regulada a situação em que o acórdão da Relação que confirmou a decisão da 1ª instância que esteja em contradição com qualquer outro acórdão de qualquer Relação ou do próprio STJ. É fundamental que a questão jurídica central se baseie na mesma legislação, ou se forem acórdãos espaçados no tempo, a legislação deve permanecer inalterada

---

<sup>22</sup> INTRODUÇÃO AO DIREITO E AO DISCURSO LEGITIMADOR. 1996, p. 114. Veja-se também a definição de Menezes Cordeiro, “os conceitos dizem-se indeterminados por não permitirem comunicações claras quanto ao seu conteúdo”, enumerando cinco adjetivos possíveis para classificar esta técnica legislativa, “polissemia, vaguidade, ambiguidade, porosidade e esvaziamento”. Menezes Cordeiro, TRATADO DE DIREITO CIVIL, 1º Vol. 2012, pp. 773-778.

<sup>23</sup> Sugerido nº4 do artigo 721º: “É sempre admissível recurso de revista do acórdão da Relação que esteja em contradição com outro já transitado em julgado, proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça ou por qualquer Relação, no domínio da mesma legislação e sobre a mesma questão fundamental de direito, salvo quando tiver sido fixada pelo Supremo jurisprudência com ele conforme.”

<sup>24</sup> REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, p. 271.

<sup>25</sup> São exemplos, a criação do novo Recurso para Uniformização de Jurisprudência (a decidir pelo STJ) e a revisão das regras do regime do recurso *per saltum* para o STJ.

na sua *ratio*. Outro ponto importante no que toca à aplicabilidade desta exceção é o caso de já existir jurisprudência uniformizada que vá no mesmo sentido do Acórdão fundamento – se isto acontecer o recurso deixa de ser possível pois o legislador considera que ao existir jurisprudência uniformizada igual àquele acórdão que daria azo a recurso, a intervenção do STJ é desnecessária<sup>26</sup>.

Ao incluir esta exceção relacionada com a oposição de julgados, o legislador alarga ainda mais (e bem na nossa opinião) a possibilidade de se conseguir ultrapassar a regra da “dupla conforme” e alcançar o STJ.

No seguimento destas alterações sugeridas ao artigo 721º analisam-se as críticas resultantes de três pareceres.

O Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF)<sup>27</sup> insurge-se inteiramente contra a inclusão da regra da dupla conforme por considerar que irá retirar qualidade às decisões, principalmente, dos tribunais da Relação visto que os Desembargadores passam a ter um poder desmedido de conseguir bloquear o acesso ao Supremo, “*qualificando todas as questões como simples, confirmando as decisões da 1ª instância*”. Além de considerar que a opção de transpor a norma administrativa do artigo 150º do CPTA para o processo civil não seria uma boa solução já que esse regime seria uma grande mudança para aquilo que era hábito existir no sistema civil.

Abordando a inclusão das exceções nos números 3 e 4, as opiniões da Associação Sindical dos Juízes (ASJ)<sup>28</sup> e do Gabinete de Estudos da Ordem dos Advogados<sup>29</sup> (que também emitiu comentários ao Anteprojeto) seguem sentidos idênticos, ainda que cada uma delas tenha sugerido duas soluções diferentes para substituir a regra da dupla conforme.

A ASJ concorda com a regra da “dupla conforme” excecionada de modo a permitir o acesso (condicionado) ao STJ. O comentário feito à proposta de alteração do artigo 721º demonstra desagrado com a escolha da forma como

---

<sup>26</sup> O objetivo de uniformizar a interpretação e aplicação do Direito já estava assegurado para aquela questão jurídica.

<sup>27</sup> REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, pp. 329-330. Parecer da autoria do Dr. Carlos Manuel de Andrade Miranda.

<sup>28</sup> REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, pp. 322-323. Parecer elaborado por João Cura Mariano.

<sup>29</sup> REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, pp. 333-335. Parecer redigido pelo Professor Lebre de Freitas.

foram pensadas as exceções à regra. Indicaram que as exceções introduzidas alargam de tal maneira a possibilidade de recurso que a regra da “dupla conforme” mais parece tornar-se a exceção e as exceções agora incluídas passam a ser a regra. Em relação à forma correta para excecionar a dupla conforme, a ASJ deixou a sugestão de a “dupla conforme” ser substituída pela medida já aqui descrita, da autoria de Rui Macedo<sup>30</sup>, que consiste numa “super alçada” que limita o recurso para todos os processos com valor que não a ultrapassassem. Na opinião da ASJ esta solução ofereceria mais “*racionalidade e objetividade*” ao sistema de recurso para o STJ, mantendo a importante intenção de limitar/filtrar mais do que até então, o acesso ao STJ.

A Ordem dos Advogados, depois de criticar a regra da “dupla conforme” como o único caminho sugerido para condicionar o acesso ao STJ (comentário ao Anteprojeto<sup>31</sup>), agora aplaude, ainda que sem grandes entusiasmos, a inclusão de exceções à regra que permitem o recurso. O pouco entusiasmo com as exceções introduzidas à “dupla conforme” já se tinha notado na opinião deixada no parecer emitido ao Anteprojeto, já que a OA sempre se pronunciou contra esta solução de limitação do acesso ao Supremo por a considerar muito rígida e por ser uma mudança muito radical. Neste segundo parecer sugeriu, em alternativa à “dupla conforme”, a introdução de uma tabela de custas processuais cinco vezes superior à normal aplicável às partes que optassem por recorrer para o STJ nos casos em que as duas decisões anteriores eram conformes e visse, depois, o seu recurso indeferido. O objetivo pretendido com esta medida era afastar a limitação do recurso por imposição legal (não diminuindo as garantias das partes, nem alterando radicalmente o sistema existente), passando a responsabilidade para as partes que, quando confrontadas com as possíveis custas a pagar no caso de um indeferimento, iriam, muito provavelmente, optar por não recorrer. Ficava, assim, na visão da Ordem, assegurado o objetivo de reduzir o número de recursos para o STJ.

Depois de analisados todos os argumentos e críticas feitas ao projeto de Decreto-Lei, é útil fazer-se um sumário para melhor perceção de todas as alterações importantes:

---

<sup>30</sup> SUPRA, pp. 7-8.

<sup>31</sup> SUPRA pp. 7-8.

- 1) As exceções introduzidas nos números 3 e 4 do artigo 721º revisto são as exceções à regra da irrecorribilidade e será este o ponto de partida para a redação do futuro artigo do recurso de revista excecional;
- 2) A construção da exceção da parte final do nº3 foi claramente inspirada no artigo 150º do CPTA, optando-se por conceitos indeterminados que terão de ser concretizados caso a caso;
- 3) A exceção do nº4 baseia-se em situações de contradição jurisprudencial, reforçando as funções ordenadoras e uniformizadoras do STJ;
- 4) Foram feitas várias críticas às soluções propostas pelo legislador para excecionar a “dupla conforme”. Era evidente que este novo regime não estava a ser muito bem recebido;
- 5) Foi dado um passo firme e concreto em direção ao aparecimento da revista excecional tal como está configurada hoje no artigo 672º do CPC2013.

Antes de prosseguirmos para o último documento de trabalho, concentramo-nos na Ata da discussão parlamentar da proposta de Lei nº95/X/2<sup>32</sup> (ocorrida no dia 21-12-2006) que iria culminar na aprovação da Lei de Autorização Legislativa nº 6/2007 que será a base da análise realizada na próxima subsecção.

Em relação ao estudo da revista excecional o mais importante a evidenciar é a intervenção do Ministro da Justiça, Alberto Costa do Partido Socialista, onde se pode destacar o seguinte em relação à “dupla conforme”:

*“Este princípio poderia oferecer riscos se desacompanhado de complemento adequado”<sup>33</sup>.*

Uma simples frase que demonstra e justifica a importância de serem pensadas exceções para essa limitação ao recurso. São exemplos possíveis dessas exceções a *“relevância jurídica”*, as situações de *“interesses imateriais de particular relevo social”* e, por último, as questões de oposição do acórdão recorrido com outro de qualquer Relação ou com o STJ.

Todas estas exceções permitem o recurso de revista para o STJ nos casos em que exista “dupla conforme”. Ao atentar-se no discurso do responsável político pela reforma percebe-se que além da ideia de limitar o acesso ao STJ, havia a

---

<sup>32</sup> REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, pp. 343-362.

<sup>33</sup> REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, p. 345.

vontade de excecionar a regra de irrecorribilidade, possibilitando o recurso em matérias com relevância para o Direito e/ou para a sociedade.

iii. Proposta de Decreto-Lei Autorizado submetido a audições públicas<sup>34</sup>

Chegámos à última fase que antecedeu a publicação da versão final da reforma de 2007 do CPC em matéria de recursos. Nesta proposta de Decreto-Lei o recurso de revista excecional conheceu o mais relevante avanço desde o início dos trabalhos de revisão – aditou-se um novo artigo, o 721º-A, que prevê o recurso de revista excecional como uma exceção à regra da dupla conforme<sup>35</sup>.

Este novo artigo criou um novo recurso de revista, com carácter excecional, sendo uma exceção à regra da dupla conforme. A regulação da “dupla conforme” sempre contemplou a possibilidade de serem criadas exceções, mas nunca foram impostos limites a essas exceções, cabia ao legislador escolher a opção que considerava mais correta e mais adequada. Será nosso objetivo avaliar a opção que o legislador tomou quando escolheu a redação do novo artigo 721º-A, sendo desde já garantido que concordamos integralmente com a opção de autonomizar o regime da exceção à “dupla conforme” através de um novo recurso de âmbito excecional.

Estando já estudada e percebida a importância da “dupla conforme” como fundamento de existência do novo recurso de revista excecional, vamos agora focar-nos em exclusivo no novo artigo 721º-A.

Cumpramos analisar toda a sua redação de forma a compreenderem-se as inovações inseridas e as opções seguidas pelo legislador nesta última proposta, tendo como meio de comparação as propostas estudadas anteriormente.

---

<sup>34</sup> REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, pp. 371-420.

<sup>35</sup> Com esta proposta (final), o artigo 721º, nº3 regula exclusivamente a regra da dupla conforme, deixando a ressalva de que haverá exceções a tratar no “*artigo seguinte*”. O artigo seguinte é o 721º-A que se dedica ao novo recurso de revista excecional. Ambos os artigos, na versão sugerida pela proposta de Decreto-Lei, podem ser consultados em: REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, pp. 396-397 e 409-410, respetivamente para os artigos 721º e 721º-A.

O nº1 enumera os três requisitos<sup>36</sup> (as três alíneas) em que é possível recorrer para o STJ mesmo havendo “dupla conforme” entre as decisões de 1ª e 2ª instância:

a) Situações de relevância jurídica, cuja análise “*seja claramente necessária para uma melhor aplicação do direito*”;

b) Situações em que estão “*em causa interesses de particular relevância social*”<sup>37</sup>;

c) Situações de “*contradição do acórdão da Relação com outro, já transitado em julgado, proferido por qualquer Relação ou pelo Supremo Tribunal de Justiça, no domínio da mesma legislação e sobre a mesma questão fundamental de direito*”<sup>38</sup>.

Como se nota a opção por conceitos indeterminados mantém-se, atribuindo-se plasticidade e adaptabilidade a estes critérios de admissão do recurso. A redação da alínea c) mantém-se completamente igual, confirmando-se, assim, a opção de sedimentar o STJ como um tribunal vocacionado para a uniformização da jurisprudência, devendo-se concentrar, ainda mais, nessa tarefa.

Foi simplificada a redação, colocando em alíneas autónomas aquilo que na Proposta de Decreto-lei estava dividido em dois números do artigo 721º. A partir deste momento tornou-se completamente perceptível que existiam três situações em que o recurso para o STJ era possível, funcionando essas situações como “*válvula de segurança*” do sistema para casos em que era incompreensível não existir a possibilidade de apresentação de recurso de revista.

A ideia da “*válvula de segurança*” não veio garantir a possibilidade de existir recurso. Este novo recurso de revista excecional é isso mesmo, uma via excecional, de aceder ao STJ, já que a regra geral é a inexistência de possibilidade de recorrer por existir dupla conformidade de decisões. A opção do

---

<sup>36</sup> Estes três requisitos são o ponto central deste estudo e por isso serão exaustivamente estudados e analisados no Título II deste estudo, para aí se remetem todas as análises e todas as considerações. *Infra*, p. 45 e ss.

<sup>37</sup> Retirou-se a referência a “*interesses imateriais*” de forma a alargar o leque de situações que poderiam ser incluídas no conceito indeterminado, cuja concretização ficou (ainda) mais abrangente. Cfr. José Miguel Alves de Brito, NOTAS SOLTAS SOBRE A REFORMA DO REGIME DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, in Revista Scientia Iuridica, Tomo LVI, nº 311, Julho/Setembro de 2007, p. 539.

<sup>38</sup> Mantém-se, na parte final desta alínea c), a ressalva de o recurso não ser possível quando já exista acórdão de uniformização sobre a matéria de direito em questão. Toda a alínea manteve-se igual ao que já constava do nº4 do artigo 721º na versão do Projeto de Decreto-Lei que acompanhou a Lei de Autorização – veja-se o que foi dito, *SUPRA*, pp. 8 e ss.

legislador por requisitos não objetivos, usando conceitos vagos, ajuda à adaptabilidade dos mesmos a variadas situações jurídicas e factuais, mas criará, também, dúvidas quanto à determinabilidade da decisão de aceitação do recurso visto que a concretização dos conceitos indeterminados é uma operação não vinculada e que permite liberdade de interpretação a cargo dos juízes responsáveis pela decisão preliminar.

Voltando à análise do artigo, no seu nº2 foram elencados os ónus a cargo das partes recorrentes de modo a deixar claro a forma como as partes deveriam apresentar o recurso, devendo clarificar o objeto do recurso e cumprir com os requisitos do nº1. Cada alínea deste nº2 tem correspondência com a mesma letra das alíneas do nº1 (uma ajuda de compreensão e simplificação de análise). Cada alínea determina aquilo que a parte recorrente deve cumprir para que o seu recurso seja, pelo menos, apreciado pela formação prevista no nº3<sup>39</sup>, já que esses requisitos devem ser cumpridos “*sob pena de rejeição*”.

Uma última nota sobre o artigo 721º-A. O nº5 menciona o caráter definitivo da decisão tomada pela conferência de juízes referida no nº3, sobre a aceitação ou não da revista excecional. Seja qual for o sentido da decisão, esta não admitirá recurso ou impugnação. Esta regra é mais um fator que sublinha a excecionalidade deste meio de revista já que a opção de classificar como impugnável certas decisões dos tribunais revela sempre uma tendência do legislador em dar importância à celeridade dos processos, procurando, assim, soluções que ajudem a esse objetivo (diminuição de atos processuais, proibindo recursos de certas decisões por imposição legal).

Deixaremos nas próximas linhas umas breves notas, sistematizando as opiniões e críticas dadas a este Projeto de Decreto-Lei Autorizado.

O número de opiniões oferecidas ao Projeto de Decreto-Lei autorizado foi superior em comparação com os outros momentos da reforma, mas, ainda assim, as opiniões dadas em especial sobre o novo artigo 721º-A (revista excecional)

---

<sup>39</sup> Esta conferência composta por três juízes de entre os mais velhos das seções cíveis é uma fórmula nova, comparada com aquilo que se tinha pensado anteriormente. Veja-se sobre este assunto a redação alternativa sugerida no Anteprojeto (o nº6 da norma), REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, p. 199.



foram diminutas. Muitas entidades não abordaram, sequer, o tema<sup>40</sup>, ou dedicaram-lhe poucas linhas, ou ainda, abordaram apenas partes do artigo que não serão alvo do nosso estudo<sup>41</sup> e por estas razões não merecerão menção nos parágrafos seguintes.

A maioria das críticas feitas ao inovador regime da revista excecional aborda a elevada restrição que é colocada pela “dupla conforme” e que agora se encontra mitigada pela “*válvula de segurança*” que o recurso de revista excecional veio criar face à regra geral de irrecorribilidade existente<sup>42</sup>.

Na continuação desta opinião generalizada é possível encontrar críticas mais específicas sobre a mais-valia criada pela revista excecional. Rosendo Dias José<sup>43</sup> (no parecer do CSTAF com o STA) deixou uma analogia de forma a criticar a “dupla conforme”, dizendo que o figurino escolhido para o regime “*desinteressasse pela natureza e valia das matérias em questão fechando ou abrindo as portas à intervenção do Supremo em termos perfeitamente formais*”, já que o novo artigo 721º-A é uma exceção ao regime-regra que impossibilita o recurso em casos de conformidade de decisões. Percebe-se esta crítica por ser feita por uma entidade da jurisdição administrativa onde o recurso de revista para o terceiro grau de recurso é submetido a uma filtragem onde é analisada, em concreto, a valia e importância das matérias em termos muito idênticos áquilo agora pensado para o artigo 721º-A.

Outra opinião que interessa sublinhar é a deixada por António Barreto Nunes no parecer da PGR<sup>44</sup> ao dizer que o preenchimento dos conceitos indeterminados

---

<sup>40</sup> REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, p., 434. O parecer da Associação sindical dos Juizes Portugueses nem sequer aborda o novo artigo 721º-A, apesar de abordar as mudanças operadas com o regime do artigo 721º na dupla conforme.

<sup>41</sup> REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, p. 425. O parecer da autoria de Armindo Ribeiro Mendes critica apenas o nº3 do artigo 721º-A, não fazendo referência ao seu regime processual mais relevante.

<sup>42</sup> Esta opinião é visível nos pareceres do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais em conjunto com o STA (pp. 459 e 462); no parecer da Procuradoria-Geral da República (pp.479-481) e, por fim, no parecer do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (p. 490). Todas estas referências encontram-se em REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008.

<sup>43</sup> Autor do parecer do CSTAF em conjunto com o STA. “REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, p. 462.

<sup>44</sup> “REFORMA DOS RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, TRABALHOS PREPARATÓRIOS, Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política da Justiça, 2008, p. 481.

do nº1 do artigo 721º-A apenas será alcançado com “a *sedimentação da jurisprudência*” da formação de apreciação preliminar. O parecer indica, ainda, que essa jurisprudência que concretiza os conceitos vagos será a única forma de avaliar da “*bondade ou inoportunidade*” da escolha feita pelo legislador nesta reforma.

Esta última referência retirada do parecer da PGR é uma ideia que, quase, resume todo o objetivo desta dissertação: a análise da jurisprudência da formação de juízes referida no nº3 do artigo 721º-A é a forma de avaliar se o caminho escolhido para a redação da revista excecional foi a correta ou não (esperamos conseguir chegar a essa resposta).

#### d) Conclusões

Evoluiu-se bastante desde o Anteprojeto até ao Decreto-Lei nº 303/2007 que materializou a Reforma dos recursos em processo civil, alterando o CPC<sup>45</sup>.

A regra da dupla conforme é o ponto de partida para a necessidade e para a própria existência do recurso de revista excecional.

Nas “linhas gerais do Anteprojeto”, foi enunciada a intenção de prever a regra da dupla conforme, incluindo-se a previsão de dois grupos de exceções a essa regra. Pretendia-se restringir o acesso ao STJ mas sabia-se que era importante, ainda assim, não limitar completamente as possibilidades de aceder ao 3º grau de jurisdição.

No Anteprojeto, a regra da dupla conforme foi pensada para o nº2 do artigo 721º do CPC1961 e não foram contempladas exceções. A escolha da inclusão de tal regra sem se incluírem outros complementos ou sugestões deu origem a várias críticas.

---

<sup>45</sup> É importante notar que o artigo 721º-A foi renumerado para o artigo 672º com a reforma do CPC em 2013 (através da Lei nº 41/2013, de 26 de Setembro). A sua redação manteve-se igual em todos os números, introduzindo-se, apenas, um novo nº5 que visou clarificar o destino de um recurso de revista excecional improcedente – ficou claro que sempre que um recurso cumprir os requisitos de revista normal e a revista excecional improceder por não haver dupla conforme, para esses casos o novo nº5 indica que o recurso deve ser submetido ao relator para apreciação preliminar da revista “normal”. O objetivo deste novo número foi decretar o aproveitamento do recurso de forma a agilizar o processamento dos recursos, bem como, respeitar os princípios da adequação formal e o aproveitamento de atos processuais.

A opção escolhida para reduzir o número de recursos para o STJ foi a “dupla conforme”. Esta opção não foi bem recebida pela maioria das entidades que se pronunciaram, com exceção do Conselho Superior da Magistratura que concordou com a objetividade oferecida por tal solução. Neste primeiro momento de propostas de alteração ainda não se contemplava nenhuma ideia relacionada com a revista excecional.

Avançando para o Projeto que acompanhou a proposta de lei de autorização, aí sim foram inseridas significativas alterações na redação do artigo 721º. Foram incluídas verdadeiras exceções à “dupla conforme” que vieram diminuir o caráter restritivo da regra, possibilitando o recurso em três situações: questões de relevância jurídica; questões sobre interesses imateriais de relevância social; e ainda, nas situações de oposição entre o acórdão recorrido e um outro do STJ, ou de qualquer Relação.

Já se contemplaram três situações que excecionaram a regra da dupla conforme. Foi, assim, dado o primeiro passo para a criação do recurso de revista excecional. As opiniões a esta nova proposta foram mais positivas que na primeira sugestão mas, ainda assim, a Ordem dos Advogados e o Dr. Rui Macedo sugeriram critérios diferentes (de cariz quantitativo) para substituir a “dupla conforme” como forma que restringe-se o acesso ao STJ.

Chegando ao Projeto de Decreto-Lei autorizado que se submeteu a audições públicas, aqui se encontra um artigo autónomo (721º-A) que vem condensar e sistematizar todas as exceções pensadas para a regra da “dupla conforme”.

O novo artigo 721º-A consagra as três situações já equacionadas no Projeto anterior, tendo sido feitas algumas correções linguísticas, pequenas alterações conceituais (como a eliminação da adjetivação “*imateriais*” em relação aos interesses de relevância social), além da “arrumação” sistemática ter sido importante, ao colocar-se todo o regime num só artigo.

A opção pelos conceitos indeterminados é o ponto-chave da posição adotada pelo legislador. Confere-se, desse modo, plasticidade e maleabilidade aos requisitos do recurso, permitindo-se que a concretização operada pela formação específica seja o mais abrangente possível de modo a não ser excluído nenhum tema logo à partida. Ainda assim, esta técnica legislativa, principalmente no âmbito processual, cria alguma instabilidade e imprevisibilidade em relação à admissão do recurso, algo que, além de inovador no processo civil português, não

favorece a expectativa das partes em relação à aplicação e estabilidade das soluções normativas.

Sublinha-se o generalizado receio em relação à concreta consequência que o inovador artigo 721º-A poderia oferecer ao sistema. Da mesma forma, sublinham-se os contributos dados no sentido de se caracterizar este novo recurso de revista como uma “*válvula de segurança*” do sistema que exceciona a “dupla conforme” nas situações que o legislador considerou necessárias, valorizando a solução por conferir (de novo) uma verdadeira possibilidade de recurso.

## **2. Direito Administrativo – recurso de revista do artigo 150º do CPTA**

### **a) Introdução**

O recurso de revista no contencioso administrativo surgiu com o Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA)<sup>46</sup>. Uma das novidades introduzidas pelo CPTA no panorama administrativo e que nos ocupa neste capítulo é o recurso de revista. Este novo meio de impugnação das decisões dos tribunais centrais administrativos é uma forma de permitir o acesso ao terceiro grau de jurisdição, algo que antes da entrada em vigor do CPTA não estava previsto na regulação contenciosa administrativa.

Ao contrário do que conhecemos da jurisdição comum, a hierarquia administrativa nem sempre contou com três tribunais. Com o Decreto-Lei nº 229/86, de 29 de Novembro<sup>47</sup> foi criado um patamar intermédio na hierarquia: O Tribunal Central Administrativo (TCA). Estes tribunais pretendiam “*descongestionar o volume de trabalho do STA*”<sup>48</sup> ao mesmo tempo que assumiriam certas funções do STA em primeira instância, bem como seriam o tribunal de recurso para (algumas) decisões dos tribunais de círculo. Esta organização dos tribunais administrativos equiparou-se à jurisdição comum ao

---

<sup>46</sup> O CPTA foi criado pela Lei nº15/2002, de 22 de Fevereiro.

<sup>47</sup> No uso da autorização legislativa conferida pela Lei nº 49/86, de 4 de Setembro.

<sup>48</sup> Mário Aroso de Almeida e Carlos Alberto Cadilha, COMENTÁRIO AO CÓDIGO DE PROCESSO NOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS, 2007, p.861.

criar-se um grau de jurisdição intermédio que veio alterar o paradigma de intervenção do Supremo Tribunal Administrativo<sup>49</sup>.

Com a criação dos tribunais centrais administrativos confirmou-se a existência de um duplo grau de jurisdição<sup>50</sup> nos tribunais administrativos. Com a redação do CPTA o legislador optou por criar um novo meio de impugnação das decisões da segunda instância<sup>51</sup>. A opção escolhida para consagrar esse segundo grau de recurso no contencioso administrativo foi o recurso de revista previsto no artigo 150º do CPTA<sup>52</sup>. Este recurso de revista teve como fundamento a intervenção do STA apenas em situações excecionais. O regime anterior (de não existir recurso) mantém-se, na prática, para uma grande quantidade de processos.

Com efeito, o critério de admissão da revista é um critério qualitativo, o que torna a admissão do recurso não automática e coloca-a dependente de uma análise e concretização casuística por parte dos juízes do STA.

Tal como consta da exposição de motivos do CPTA<sup>53</sup> os poderes do supremo tribunal foram repensados e este passou a focar-se na orientação dos tribunais inferiores, além de ficar ainda mais vincado o papel de uniformizador da aplicação e interpretação das questões “*que considere mais importantes*”. O STA ao tornar-se um tribunal muito mais vocacionado para uma intervenção ordenadora e corretiva face às decisões das instâncias inferiores, o novo recurso de revista não poderia ser generalizado (como na jurisdição comum através do critério das alçadas) com a “*inconveniente*” consequência de causar morosidade e também porque iria contrariar a (nova) ideia de conferir ao STA um papel de “*especial aplicador do direito, reservando a sua intervenção apenas para as situações que considerar absolutamente necessárias*”.

---

<sup>49</sup> O STA passou a configura-se como um tribunal vocacionado para a correção de erros na apreciação do direito por parte das instâncias inferiores, intervindo apenas em casos excecionais especificados no artigo 150º do CPTA.

<sup>50</sup> A existência de um duplo grau de jurisdição não resulta de nenhuma imposição constitucional. A decisão de consagrar tal número tribunais de recurso cabe, inteiramente, ao legislador ordinário e em, grande parte justifica-se com o *princípio da tutela jurisdicional administrativa efetiva*. Miguel Ângelo Oliveira Crespo, O RECURSO DE REVISTA NO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO, 2007. pp.165-169.

<sup>51</sup> Até à criação do recurso de revista do artigo 150º do CPTA as decisões do TCA nunca foram recorríveis para a instância superior (STA).

<sup>52</sup> Redação atual conferida pelo Decreto-Lei nº 214-G/2015, de 2 de Outubro.

<sup>53</sup> Mário Aroso de Almeida e Carlos Alberto Cadilha, COMENTÁRIO AO CÓDIGO DE PROCESSO NOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS, 2007, p. 862.

O recurso de revista do artigo 150º do CPTA foi incluído na legislação de contencioso administrativo para funcionar como uma “*válvula de segurança do sistema*” (conceito retirado da exposição de motivos do CPTA), dando ao STA o poder (e a responsabilidade) de decidir as situações que merecerem a sua intervenção, decisão essa que deve ser sempre orientada pelos poderes conferidos<sup>54</sup> pelo legislador aquando da criação do CPTA em 2002.

É importante notar que todo o regime deste recurso de revista se pauta pela excecionalidade. O acesso ao STA através da análise e preenchimento dos requisitos ocorre com recurso a operações de interpretação e/ou aplicação das normas que devem ser sempre concretizadas tendo por base a excecionalidade que norteia todo o regime. Isto significa que um juiz do STA, que tenha que tomar uma decisão sobre a admissão da revista excecional, sabe que a análise que fizer dos requisitos face aos factos deve ocorrer com base na excecionalidade que pauta todo o regime do recurso. Portanto, a decisão final sobre a admissão (ou não) do recurso não pode basear-se, apenas, no aparente preenchimento dos conceitos – a exigência neste preenchimento é grande, caso contrário não se estaria a respeitar a letra e o espírito da norma. A excecionalidade é a *ratio* desta norma e como tal o STA só deve intervir em “situações limite” que pela sua gravidade ou complexidade o justifiquem<sup>55</sup>.

Para se perceberem as situações que justificam a intervenção do STA e compreender, ainda melhor, quais os objetivos do recurso de revista é fundamental conhecer o regime do artigo 150º do CPTA.

---

<sup>54</sup> Como mencionados *Supra* – uniformização da interpretação e aplicação do direito; papel de orientador dos tribunais inferiores; corretor dos erros grosseiros cometidos pelos tribunais inferiores.

<sup>55</sup> Esta última frase resume, na nossa opinião, o regime do artigo 150º do CPTA. As palavras “*complexidade*” e “*gravidade*” dizem, obviamente, respeito a situações jurídicas e são, por exemplo: Erros grosseiros de decisão na análise ou interpretação; a densidade de normas existentes em dado regime jurídico em análise, ou a panóplia de interligações que são necessárias fazer para se conseguir definir um certo regime jurídico.

b) O regime do recurso de revista

Os requisitos do recurso de revista para o STA das decisões tomadas em segunda instância são os seguintes<sup>56</sup>:

- A questão em análise deve revestir “*importância fundamental*” por ser de “*relevância jurídica ou social*”. Ou em alternativa,
- O recurso deve ser admitido quando tal for “*claramente necessário para uma melhor aplicação do direito*”.

Estes requisitos apontam para um leque muito variado de situações que podem incluir questões como: erros grosseiros das instâncias inferiores que devem ser resolvidos pelo STA; questões que abranjam um elevado número de pessoas da mesma comunidade poderão ser exemplos de situações com relevância social; e ainda, um novo regime jurídico que nunca foi alvo de decisões por parte do STA dada a sua recente entrada em vigor poderá ser um exemplo de uma situação com relevância jurídica já que o STA fixará uma interpretação que será seguida pelas restantes entidades jurídicas administrativas<sup>57</sup>.

Esta construção normativa apoiou-se em conceitos indeterminados colocando o foco da admissibilidade do recurso numa análise casuística e qualitativa das questões. O uso de conceitos indeterminados no contencioso pretende, principalmente, alargar o conjunto de possíveis decisões que o julgador pode considerar para uma dada questão.

A principal questão que se suscita e que cumpre deixar, desde já, respondida é a distinção entre discricionariedade e a margem de livre decisão através do preenchimento de conceitos indeterminados. Existem variadas opiniões na doutrina nacional que é importante consultar e que possibilitam a adoção de uma posição que seguiremos ao longo de todo este capítulo<sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup> Os ditos requisitos encontram-se no nº1 do referido artigo 150º do CPTA.

<sup>57</sup> Estes conceitos serão concretizados de forma mais completa na secção seguinte, veja-se *Infra* pp.26 e ss.

<sup>58</sup> **Freitas do Amaral** distingue entre os conceitos indeterminados que conferem discricionariedade ao decisor e os que requerem meras operações de interpretação da lei – CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, Volume II, 2016, pp. 93-100.

**Marcelo Rebelo de Sousa e Salgado de Matos** incluem a discricionariedade no conceito margem de livre apreciação. A discricionariedade existe quando estejamos perante “*a escolha de duas alternativas jurídicas de atuação admissíveis*”; na livre apreciação incluem-se os conceitos indeterminados e a liberdade avaliativa – DIREITO ADMINISTRATIVO GERAL, Tomo I, 2006, pp. 187-191.

A posição que seguimos é aquela que entende que o uso de conceitos indeterminados nesta norma do artigo 150º do CPTA possibilita, aos juízes, uma margem de livre decisão onde cabe interpretar os factos e preencher os conceitos indeterminados que integram as normas, originando, a final, “*uma resposta positiva ou negativa quanto à verificação de um dos indicados pressupostos de admissão*”<sup>59</sup>.

Esta opção, pelo uso de conceitos indeterminados, persegue vários objetivos entre os quais o de alargar o espectro de situações que a previsão legal consegue cobrir, possibilitando respostas diversificadas consoantes as específicas características de cada caso. Sendo certo que os requisitos serão, tendencialmente, interpretados de forma restrita uma vez que esse é o espírito da norma e resulta claro que essa foi a intenção do legislador (tal como já evidenciámos).

Os conceitos indeterminados permitem interpretações adaptadas ao contexto dos factos ocorridos, integrando-os em padrões normativos cujas concretizações se balizam por critérios legais, sociais, culturais, etc.<sup>60</sup>. Ao serem utilizados os conceitos indeterminados nesta área do contencioso deve sublinhar-se a importância que os princípios da igualdade e da proporcionalidade têm na formulação destas normas. Estes dois princípios com consagração constitucional

---

**João Caupers e Vera Eiró** referem que a discricionariedade permite ao órgão decisor o acesso a “*uma certa margem de liberdade de decisão, de forma a poder adaptar esta à diversidade das condições da vida*”. A indeterminação dos conceitos utilizados nas normas pode significar duas realidades distintas: A redação é vaga mas o que se requer é a simples interpretação da lei que conhece apenas um significado possível e correto; ou em alternativa, a relativa indeterminação dos conceitos permite ao órgão decisor alguma latitude e liberdade de apreciação – INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO, 2016, pp. 84-92.

**Sérvulo Correia** entende que só se está perante um conceito indeterminado quando a indeterminação em causa requer “*uma avaliação ou valoração da situação concreta baseada numa prognose*” – LEGALIDADE E AUTONOMIA CONTRATUAL NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, 1987, p. 474.

<sup>59</sup> Cfr. Miguel Ângelo Oliveira Crespo, O RECURSO DE REVISTA NO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO, 2007, p. 181.

<sup>60</sup> Um juiz do STA quando vai concretizar os conceitos indeterminados presentes no nº1 do artigo 150º do CPTA socorre-se de vários critérios que o ajudem a integrar (ou não) os factos ocorridos nos conceitos ali expressos. Essa integração é feita com a ajuda, entre outros, dos usos sociais da comunidade, as tendências culturais, os contextos políticos e económicos, etc.. O acórdão STA de 13/10/2005 (P. 908/05) é um bom exemplo do uso destes critérios já que considerou que o caso aí em discussão integraria o conceito de relevância social dada a presença efetiva que a empresa CTT tinha na vida das pessoas e no contexto económico nacional (socorreu-se de considerações sociais e económicas sobre o momento em que a decisão foi tomada).



no artigo 13º da CRP são inspirações do princípio administrativo da tutela jurisdicional efetiva<sup>61</sup>.

A redação do artigo 150º do CPTA evidencia a importância que estes dois princípios têm em todo o contencioso administrativo<sup>62</sup> já que a utilização dos conceitos indeterminados denota uma preocupação com a flexibilização do acesso ao STA. Se colocarmos o foco no espectro de situações às quais o legislador deu possibilidade de recorrer para o STA, nenhum tema fica excluído usando-se os conceitos indeterminados como requisitos do recurso de revista. Denota-se uma despreocupação face aos temas que poderiam ou não aceder ao STA, já que os requisitos foram construídos para a restrição não ocorrer por essa via.

Esta situação revela uma preocupação pela igualdade das partes no preenchimento dos requisitos, não deixando, à partida, nenhuma questão ou matéria do direito administrativo excluído da possibilidade de aceder ao STA por mera imposição legal. Todos os temas serão potencialmente admitidos desde que se consigam integrar nos conceitos indeterminados especificados no artigo.

O que se pretende atingir com o recurso de revista para o STA é uma restrição dos processos que este tribunal aprecia. Como o preenchimento dos requisitos é uma operação mutável, isto é, tem tendência a adaptar-se aos tempos e às mudanças sociais, jurídicas e culturais, fica garantido que a opção tomada pelo legislador salvaguarda a necessidade e o equilíbrio entre o meio escolhido (construir os requisitos do recurso através dos conceitos indeterminados) para se atingir o fim (possibilitar o recurso mas em moldes restritos, filtrando os processos que acedem ao STA).

Este recurso de revista possibilita o acesso ao STA mas fá-lo em moldes restritos o que revela uma preocupação com a qualidade das decisões, com a celeridade dos processos e uma intenção clara de se posicionar o STA como um tribunal de revisão por excelência que funcionará como instância ordenadora e reveladora daquilo que deve ser considerado o correto direito administrativo.

---

<sup>61</sup> Artigos 2º e 7º, que é o corolário do primeiro, ambos do CPTA.

<sup>62</sup> Cfr. Miguel Ângelo Oliveira Crespo, O RECURSO DE REVISTA NO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO, 2007, pp. 227-230 e 233-237.

c) Concretização dos requisitos do nº1 do artigo 150º do CPTA<sup>63</sup>

Nesta secção iremos resumir a concretização feita pelo STA dos conceitos indeterminados incluídos no nº1 do artigo 150º.

Começando pelo conceito de “importância fundamental”, a professora Elizabeth Fernandez refere que e essa importância deve ser aferida “à luz de interesses comunitários” e deve assumir “uma relevância de grau superior, autónoma e independente à das partes envolvidas no processo”<sup>64</sup>. Esta construção apoia-se em vários acórdãos do STA que, ao longo dos anos, foram moldando os conceitos ao analisar as questões apresentadas, concedendo ou negando a revista excecional.

Ao olharmos para a referida jurisprudência do STA sobre a revista excecional retiramos rapidamente a ideia de que o conceito de “importância fundamental” é sempre analisado na dependência de a questão conter relevância jurídica e/ou social.

Quanto à relevância jurídica, Elizabeth Fernandez refere que esta deve ser aferida “através do conceito de complexidade lógico-jurídica indispensável para efetuar a resolução do caso concreto”, além de acrescentar que este conceito é traduzido pela ideia de “questão nova” e pela complexidade da mesma<sup>65</sup>. Está em causa a dificuldade séria que a questão traduz em termos jurídicos no que toca às operações lógico-interpretativas necessárias para a correta interpretação dos regimes jurídicos em discussão. Esta dificuldade sucede

---

<sup>63</sup> Faremos uma concretização breve de modo a deixar apenas as ideias fundamentais para a necessária compreensão do regime administrativo. O objetivo de todo este 2º capítulo é encontrar pontos de apoio, semelhanças e diferenças entre dois regimes de recurso de revista tão idênticos e onde o administrativo serviu de inspiração ao civil.

<sup>64</sup> Cfr. Elizabeth Fernandez, “NOTAS SOBRE A EXCECIONALIDADE DA REVISTA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO” in Cadernos de Justiça Administrativa, nº60 Novembro/Dezembro de 2006, p.26.

<sup>65</sup> Elizabeth Fernandez “NOTAS SOBRE A EXCECIONALIDADE DA REVISTA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO” in Cadernos de Justiça Administrativa, nº60 Novembro/Dezembro de 2006, pp. 26 e 29.

pela inovação do regime jurídico (leis novas)<sup>66</sup>, pela densidade de normas, ou devido a diferentes regulações temporais (aplicação da lei no tempo)<sup>67</sup>.

Outros indicadores da relevância jurídica de uma questão são a interligação do direito interno com o direito europeu e todas as dificuldades acrescidas que resultam da necessidade de harmonizar os dois sistemas – isto ficou patente no “Acórdão CTT”<sup>68</sup> onde o STA considerou existir relevância jurídica visto que “essa questão [sobre a interpretação do conceito de “natureza empresarial” dos CTT com base numa norma interna que transpõe uma Diretiva Europeia] implica a consideração de um conteúdo de direito comunitário que exige uma melindrosa atividade interpretativa a exercer sobre uma norma de diploma interno que com ele se pretende articular, pondo-se ainda em causa o rigor da transposição operada por este diploma e, por consequência, a sua eventual desaplicação, é, por si, garantia suficiente das apontadas notas de particular complexidade e de grande importância jurídica da questão”.

Por outro lado, a relevância jurídica pode notar-se nas situações em que a questão tem características que permitam prever a sua repetição em casos futuros, seja devido às dificuldades interpretativas dado o denso regime jurídico, ou seja devido à inúmera quantidade de vezes que a questão surge no STA. Esta ideia comprova-se pelo Acórdão do STA de 11/10/2007<sup>69</sup> que aceitou a revista, mantendo o entendimento já seguido por acórdãos anteriores<sup>70</sup>, de que a questão de saber se a notificação para entrega da declaração de património, rendimentos e cargos sociais (prevista no artigo 3º da Lei 25/95, de 18 de Agosto) basta-se com a via postal, ou se deve ser feita por contato pessoal, tem relevância jurídica

---

<sup>66</sup> Seguindo este entendimento veja-se o Acórdão do STA de 23/03/2006 (P.0262/06) disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt). Estava em causa a delimitação da própria competência da jurisdição administrativa quanto a decidir se certos atos da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting seriam, ou não, meras decisões desportivas ao abrigo de um novo regime jurídico (Nova lei de Bases do Desporto).

<sup>67</sup> Neste sentido veja-se o Acórdão do STA de 27/06/2007 (P.0560/07) disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt). Estava em discussão a aplicação de um regime transitório de aposentação de funcionários públicos que foi revogado depois de o pedido de aposentação ter sido entregue pelo recorrente. O STA aceitou a revista por considerar que existe relevância jurídica dada a dificuldade decorrente da integração de vários regimes ao longo do tempo, já que a boa aplicação da lei no tempo é um fator de segurança jurídica e, também, uma forma de definir com precisão o alcance e os destinatários dessa mesma lei.

<sup>68</sup> Acórdão do STA de 13/10/2005 (P. 980/05) disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>69</sup> Acórdão do STA 11/10/2007 (P.0804/07), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>70</sup> Cfr. Acórdão do STA 26/09/2007 (P. 733/07), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

apoiada na “*melindrosa operação exegética em causa e por ser susceptível de se repetir em casos futuros*”.

Quanto à relevância social<sup>71</sup> de uma questão suscitada neste recurso de revista, o STA tem entendido que esta relevância se denota na “*suscetibilidade que a questão candidata a recurso de revista tem para se repetir*”, e ainda, denota-se, também, nos casos em que a questão em análise incorpora circunstâncias que se alargam a mais interessados para além dos envolvidos no processo (“*proteção de interesses comunitários de relevo*”). No acórdão do STA de 25/01/2007<sup>72</sup> ficou decidido que a interpretação a fazer do subsídio de natal e férias era no sentido de ambos integrarem a remuneração base para efeitos de cálculo da pensão mensal de funcionário aposentado (análise do artigo 47º/1 -a do Estatuto da Aposentação) e que a revista deveria ser aceite já que a questão jurídica em análise comporta implicações para uma alargada comunidade de aposentados abrangidos pela Caixa Geral de Aposentações e que, por isso, se reveste de relevância social.

O facto de o julgador perceber que o caso concreto terá consequências para um vasto número de pessoas de uma certa comunidade é razão para conferir ao caso a relevância social tal como exige o requisito do recurso de revista. O “Acórdão Túnel do Marquês”<sup>73</sup> é um exemplo paradigmático – considerou-se existir relevância social na questão de concessão, ou não, de providências cautelares que iriam intimar à paralisação das obras do túnel. Tal situação reveste relevância social já que tem um impacto significativo para milhares de pessoas que utilizam essa via para entrar na cidade de Lisboa e, também, por todos os transtornos socioeconómicos que tal paralisação acarretaria para a cidade.

---

<sup>71</sup> Seguindo as ideias de Elizabeth Fernandez, “NOTAS SOBRE A EXCECIONALIDADE DA REVISTA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO” in Cadernos de Justiça Administrativa, nº60 Novembro/Dezembro de 2006, pp. 26, 27, 30 e 31.

<sup>72</sup> Acórdão do STA de 25/01/2007 (P.012/07), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>73</sup> Acórdão do STA de 19/10/2004 (P. 01011/04) disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Sobre a mesma questão da relevância social veja-se o “Acórdão CTT” - Acórdão do STA de 13/10/2005 (P.0980/05), também disponível [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

No “acórdão CTT” está em causa a discussão da aplicação, ou não, de um diploma comunitário à empresa CTT de modo a classificá-la como “pessoa coletiva sem natureza empresarial”. Esta discussão tem só por si relevância jurídica (como já foi indicado *Infra*, na p.27) mas, tendo em conta o contexto nacional em que se insere a atuação dos CTT e a sua importância pública junto dos cidadãos, o tribunal considerou existir, igualmente, relevância social nesta revista dado o “*relevo social e económico da entidade no contexto nacional*”.

Outra ideia relevante que sobressai como caracterização do conceito de relevância social é o impacto que a mesma tem na comunidade. Por exemplo, o Acórdão do STA de 10/07/2013<sup>74</sup> admitiu o recurso de revista justificando-se com a relevância social da questão relacionada com a aplicação da pena disciplinar expulsiva de funcionário, considerando que esta pena é só por si suficientemente gravosa para o visado mas que as implicações extravasam e atingem, também, *“todo um conjunto de pessoas que se relacionam com o sancionado, em especial, os familiares”*.

Por último, trataremos do conceito indeterminado presente na parte final do nº1 do artigo 150º do CPTA – *“quando a admissão do recurso seja claramente necessária para uma melhor aplicação do direito”*.

Este conceito indeterminado tem-se aplicado nas situações em que a questão em análise diga respeito a um erro grosseiro e absolutamente visível de decisão, ou quando não exista uma correta aplicação do direito por parte das instâncias inferiores. Através do Acórdão do STA de 13/01/2011<sup>75</sup> no qual a questão em análise no recurso dizia respeito a uma decisão do TCA onde o regime jurídico aplicável ao caso tinha sido um Plano Diretor Municipal (PDM) que já estava alterado/revogado no momento da decisão final do TCA (argumento referido pelo recorrente nas alegações de recurso). A decisão da formação de juízes deu razão a essa alegação do recorrente ao confirmar que a decisão recorrida não teve em conta o PDM mais atual em vigor no momento da prolação da decisão. Com base nesta situação o STA integrou esta questão no conceito de *“melhor aplicação do direito”* já que o recurso de revista se mostrou necessário para que fosse reparado o erro grosseiro cometido pelo TCA.

Outra situação que tem sido, igualmente, considerada como causa justificativa do recurso *“para uma melhor aplicação do direito”*, é a situação em que ocorra uma omissão de pronúncia. Tal aconteceu no Acórdão do STA de 21/05/2008<sup>76</sup> onde estava em causa um pedido de suspensão de eficácia de um despacho da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. A decisão da primeira instância não acedeu ao pedido e no recurso para o TCA a decisão tomada limitou-se a anular a decisão anterior e nada se disse sobre o pedido formulado

---

<sup>74</sup> Acórdão do STA de 10/07/2013 (P.01097/13), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>75</sup> Acórdão do STA de 13/01/2011 (P.0994/11), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>76</sup> Acórdão do STA de 21/05/2008 (P.0363/08), disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

no recurso. Na análise do recurso de revista, o STA considerou que estava preenchido o requisito da “*melhor aplicação do direito*” visto que a decisão do TCA continha uma clara omissão de pronúncia e que isso consubstancia um erro grosseiro e “*patente*” de direito.

É importante sublinhar que este requisito da “*melhor aplicação do direito*” pode ser preenchido, várias vezes, em conjunto com o requisito de “*relevância jurídica*” já que ambos comportam situações em que são as circunstâncias jurídicas que justificam a admissão do recurso.

Este último requisito agora concretizado tem o objetivo de permitir o recurso para além das situações já abordadas da relevância jurídica ou social, também aos casos em que o direito administrativo não tenha sido corretamente aplicado. Este requisito visa, igualmente, permitir a análise dos casos mais relevantes, onde esteja em causa a mais correta e uniforme aplicação do direito de modo a maximizar a capacidade de previsibilidade das decisões administrativas.

#### d) Conclusões

Este recurso de revista no contencioso administrativo inspirou, cinco anos mais tarde, a criação do recurso de revista excecional na jurisdição civil.

Com a criação dos tribunais centrais administrativos o supremo tribunal passou a focar-se, ainda mais, na uniformização da jurisprudência, bem como na função ordenadora das instâncias inferiores no que toca à interpretação do direito administrativo. Através deste novo recurso, de aplicação geral, torna-se possível aceder ao STA, ainda que a sua admissão não seja de todo garantida (ao contrário do que sucede com a revista “normal” na jurisdição civil).

O que melhor define este recurso do artigo 150º do CPTA é a excecionalidade. A admissão deste recurso depende da interpretação e/ou integração que se faça dos conceitos indeterminados que integram os requisitos processuais do recurso (nº1 do artigo 150º do CPTA). Idêntica opção legislativa foi transposta para o CPC sendo que até os próprios conceitos escolhidos no regime civil foram muito idênticos.

Sobre a interpretação e integração dos conceitos indeterminados que preenchem os requisitos do recurso, estão em causa operações de exegese por parte dos juízes com o objetivo de concretizar o alcance desses conceitos face

aos fatos e questões jurídicas suscitadas no processo. O uso de conceitos indeterminados no contencioso administrativo não era novidade mas, enquanto requisitos de um recurso jurisdicional foi uma completa inovação.

Esta opção legislativa torna os requisitos maleáveis, dá-lhes a capacidade de se adaptarem aos casos concretos e permite um sem-número de concretizações. Ainda assim, tal como resulta do estudo realizado, a interpretação e concretização a fazer destes conceitos indeterminados deve ser tendencialmente restrita de modo a reduzir a admissão do recurso apenas aos casos excecionais e de comprovada importância.

A melhor ferramenta para conhecer a concretização dos conceitos indeterminados presentes no nº1 do artigo 150º do CPTA é a jurisprudência do STA. Partindo dessa jurisprudência é possível fazer a seguinte sugestão de concretização:

- O conceito de relevância jurídica tem sido definido pelas situações onde se denotem graves dificuldades interpretativas derivadas da densidade jurídica existente e/ou da diversidade de regimes jurídicos em discussão.

- Existe relevância social em todas as questões que revelem capacidade de se repercutir fora dos limites do litígio (expansão da controvérsia), ou que tenham impacto numa esfera alargada de pessoas, diretamente relacionadas, ou não, com o litígio.

- Em relação ao conceito de melhor aplicação do direito, todas as situações que digam respeito a erros de decisão nas instâncias inferiores, decorrentes da má aplicação das normas, ou até em situações de omissão de pronúncia, são exemplos de casos onde o STA tem encontrado razões para a admissão da revista.

Depois de conhecido o regime no direito administrativo é possível compará-lo com a revista excecional do artigo 672º do CPC. É notório (em ligação com o estudo realizado no capítulo anterior) que a revista administrativa inspirou a opção seguida no CPC: começando pela fórmula escolhida para a redação da norma; os conceitos indeterminados escolhidos são muito idênticos; e ainda, a opção de a admissão do recurso ser submetida a uma filtragem feita por uma formação específica de juízes.

No campo das diferenças entre estes dois recursos de revista<sup>77</sup> é notório que a revista excecional civil concretizou totalmente, com expressa menção no corpo do artigo, todos os ónus que as partes recorrentes deveriam cumprir para que o seu recurso fosse apreciado (ver nº2 do artigo 672º CPC2013). Ao contrário do que sucede no direito administrativo onde a concretização desses ónus tem sido realizada pelo próprio STA na sua jurisprudência, já que não existe menção expressa na redação das normas.

### **3. Direito Comparado**

Neste capítulo pretendemos fazer uma breve análise de três sistemas jurídicos – o Francês, o Norte-Americano (Estados Unidos da América) e o Inglês (Reino Unido).

Em especial, vamos comparar o método de recurso e as correspondentes regras que regulam o acesso ao mais alto tribunal. O objeto do nosso estudo comparado cinge-se, portanto, à possibilidade de se recorrer para o tribunal supremo em processos de âmbito civil. Tentaremos encontrar em cada um destes sistemas algo que se compare ao recurso de revista excecional português, seja pelos requisitos, pela forma de processamento ou pelas regras escolhidas.

O grande objetivo deste estudo comparativo é a criação de pontos comuns e o estabelecimento de diferenças que permitam pensar e avaliar as soluções portuguesas de uma forma mais crítica e consolidada. Ao conhecerem-se as soluções existentes noutros sistemas jurídicos, estaremos mais capazes de valorizar e densificar o estudo do recurso de revista excecional para o STJ.

#### **a) Direito Francês**

Em França existe, tal como em Portugal, uma dualidade de jurisdições: a jurisdição comum e a administrativa. Abordando apenas a jurisdição comum, os

---

<sup>77</sup> Sobre as diferenças e os pontos de aproximação - J. O. Cardona Ferreira, GUIA DE RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, 6ª Edição, Coimbra Editora, 2014, pp. 212-215.



tribunais organizam-se em três hierarquias: os de primeira instância (*tribunaux de première instance*), os de recurso (*Cours d'appel*) e o tribunal supremo (*Cour de Cassation*).

Em matéria de recursos civis, é sempre possível recorrer das decisões da primeira instância para os tribunais de recurso, independentemente do valor do processo (existe apenas uma exceção<sup>78</sup>) e da matéria em discussão no recurso (pode-se recorrer em matéria de direito e em matéria de facto). Como se percebe o duplo grau de jurisdição está garantido e não existem entraves legais significativos ao recurso<sup>79</sup>.

É, de igual modo, sempre possível recorrer para o tribunal de Cassação desde que a decisão recorrida tenha sido emitida em última instância<sup>80</sup>. Explicando: as decisões dos *cours d'appel* são decisões em última instância visto que não é possível questionar essa decisão em mais nenhum grau de recurso e daí se considerar tal decisão como sendo de última instância; o mesmo acontece para certas decisões dos tribunais de primeira instância que digam respeito a questões de menor importância e/ou com um valor inferior a 3900€ e que, por não admitirem recurso, são consideradas decisões em última instância<sup>81</sup>.

O supremo tribunal francês tem como missão principal a “vigilância” da correta aplicação do direito nas decisões dos tribunais inferiores<sup>82</sup>. O seu foco principal é avaliar se as decisões dos tribunais inferiores aplicam corretamente o direito e todas as normas vigentes, não tendo o objetivo de fazer uma nova avaliação do litígio propriamente dito (o supremo tribunal não funciona como uma terceira instância de recurso).

---

<sup>78</sup> Os processos decididos pelos *Tribunaux d'instance* e pelas *Juridictions de proximité* não admitem recurso devido à menoridade/simplicidade das questões aí discutidas e por, em regra, os processos submetidos a estes tribunais não terem valor superior a 3900€ (este valor corresponde à alçada dos tribunais de segunda instância e não sendo ultrapassado, não pode existir recurso). Esta é a única exceção à garantia do duplo grau de jurisdição em matéria de recursos civis.

<sup>79</sup> Dário Moura Vicente, DIREITO COMPARADO, Volume I, 2014, p. 191.

<sup>80</sup> Cfr. Artigo 605 do Código de Processo civil francês: “Le pourvoi en cassation n'est ouvert qu'à l'encontre de jugements rendus en dernier ressort.”

<sup>81</sup> Cfr. Explicação já feita SUPRA, nota 78.

<sup>82</sup> Cfr. Artigo 604 do Código de Processo Civil francês: “Le pourvoi en cassation tend à faire censurer par la Cour de cassation la non-conformité du jugement qu'il attaque aux règles de droit.”

Para o tribunal de Cassação aceitar rever um processo, tem de ser apresentado recurso com um pedido de entre os seguintes (entre outros idênticos): erros na aplicação do direito aos factos; erros na interpretação das normas aplicáveis; erros na fundamentação ou falta dela na decisão, e ainda, omissão de pronúncia em relação a algo que o tribunal tinha o dever de se pronunciar. O tribunal aceitará o recurso sempre que for formulado um pedido do género daqueles acima mencionados e desde que não sejam formulados quaisquer pedidos relacionados com a matéria de facto.

Portanto, os requisitos para se aceder ao supremo tribunal francês são a formulação de um pedido relacionado apenas com a matéria de direito e que diga respeito a potenciais erros que existam nesse segmento da decisão. Esse recurso apenas poderá incidir sobre decisões que tenham sido tomadas em última instância e, por último, o recurso de cassação só pode ser interposto no prazo máximo de 2 meses a contar da notificação, às partes, da decisão recorrida<sup>83</sup>.

A decisão do tribunal de cassação em todos os seus recursos será uma de duas possíveis: Ou conclui que a decisão recorrida está conforme ao direito e a mesma torna-se definitiva (indeferindo o pedido formulado no recurso); ou, ao invés, decide que existem erros na decisão recorrida e anula-a, ordenando a repetição da decisão, fazendo-se novo julgamento, noutro tribunal da mesma hierarquia daquele que foi recorrido.

Como se comprova, o *Cour de Cassation* tenta harmonizar a jurisprudência e com isso influenciar os tribunais inferiores de modo a prevenir erradas decisões futuras (ainda que não exista a regra do precedente jurisprudencial, as decisões do tribunal de Cassação têm um elevado poder persuasivo sobre os restantes tribunais).

Esta linha de ação levada a cabo pelo mais elevado tribunal francês permite ao sistema jurídico ter uma maior capacidade de adaptação às alterações sociais, políticas, económicas e internacionais que vão surgindo de modo a dotar os profissionais do direito de novas ferramentas, sempre com o objetivo de a lei francesa acompanhar essas mudanças<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> Cfr. Artigo 612 do Código de Processo Civil francês: “Le délai de pourvoi en cassation est de deux mois, sauf disposition contraire”.

<sup>84</sup> Cfr. Ideia referida no texto disponível no sítio web do Tribunal de Cassação (traduzido em inglês diretamente pelo dito sítio web) - [http://www.courdecassation.fr/about\\_the\\_court\\_9256.html](http://www.courdecassation.fr/about_the_court_9256.html) (acedido pela última vez em 11/2016). Página 15 do documento.

## b) Direito Inglês

Nos sistemas de *Common Law* vigora o sistema do precedente jurisprudencial e não existe uma preocupação/tradição com a codificação das leis (ou normas) como existe nos países da família jurídica continental, tal como as decisões dos tribunais estão sempre orientadas para a harmonização do sistema.

O sistema judicial inglês divide-se em várias hierarquias de tribunais: os de primeira instância (são exemplos, o *County Court* ou o *Family Court*), na segunda instância existe o *High Court of Justice*, a terceira instância é representada pelo *Court of Appeal* e no topo da hierarquia nacional está o *Supreme Court of UK*.

Até ao terceiro grau de jurisdição o recurso permite a alteração da matéria de facto (ainda que no *Court of Appeal* existam grandes restrições a que tal situação aconteça). Os recursos das decisões judiciais são recorríveis desde que o recurso diga respeito a uma questão de elevada importância relacionada com os princípios de Direito inglês ou com a prática do Direito na “*vida real*”, ou qualquer outra razão que o tribunal considere justificável<sup>85</sup>.

No restante desta seção iremos centrar o estudo na possibilidade de aceder ao *Supreme Court* através do recurso cível correspondente.

O processo de decisão do supremo tribunal faz-se por via de pareceres emitidos pelos vários juízes em relação ao pedido formulado e a decisão final será o resultado, calculado por maioria, das opiniões que cada juiz formulou em relação à questão em análise no recurso. O regime de recurso é o de substituição, isto é, os tribunais de recurso decidem sobre o mérito da causa (havendo, como já referido, exceções onde a matéria de facto pode também ser reavaliada) e a sua decisão substitui a anterior<sup>86</sup>.

O caminho para aceder ao supremo tribunal inglês faz-se por intermédio da concessão de uma autorização (“*leave to appeal*”) que, em regra, é

---

<sup>85</sup> Como se constata o regime de recursos inglês pauta-se pela total liberdade para recorrer (não existem requisitos legais expressos e exaustivos como em Portugal). Todos os tribunais de recurso têm o objetivo de julgar apenas os processos com importância e relevância para o aperfeiçoamento do Direito inglês, além daqueles processos que permitam emitir jurisprudência capaz de influenciar os restantes tribunais através de um precedente.

Sobre estas ideias veja-se Gary Slapper e David Kelly, *THE ENGLISH LEGAL SYSTEM*, 2010, p. 170.

<sup>86</sup> Cfr. Dário Moura Vicente, *DIREITO COMPARADO*, Volume I, 2014, pp. 246-247.

concedida pelo tribunal imediatamente inferior (o *Court of Appeal*)<sup>87</sup>. Esta autorização será concedida se se considerar que está em discussão uma questão de Direito de importância pública geral que deva ser apreciada pelo Tribunal<sup>88</sup>. Se a autorização for concedida (seja pelo *Court of Appeal*, ou pelo próprio Supremo) o processo segue para o mais alto tribunal a fim de ser julgado o recurso que apenas pode versar sobre matéria de direito.

Esta via de recurso é geral e única para todo o sistema judicial. O direito a interpor recurso existe em todos os casos, para todos os processos, mas está longe de se considerar verdadeiramente garantido visto que a autorização para ser aceite depende de uma decisão do tribunal baseada em conceitos indeterminados.

O sistema de recurso para o tribunal superior construiu-se de forma a prosseguir os mesmos objetivos que regem o próprio *Supreme Court* – pretende-se criar Direito através das decisões e não decidir os litígios em última instância; pretende-se uniformizar as interpretações através do precedente, e através deste, influenciar os tribunais inferiores para futuros casos idênticos<sup>89</sup>.

A opção por um sistema de filtragem casuística é algo restritivo e que permite aos tribunais influenciar o sistema. Ao deferir ou indeferir as autorizações de recurso, os tribunais estarão a escolher os processos que “merecem” o recurso, ao mesmo tempo que concretizam os requisitos do recurso que são construídos por conceitos indeterminados.

De forma a clarificar a forma como o Supremo tribunal inglês escolhe os recursos a decidir é útil deixar alguns exemplos reais de casos de modo a construir uma ideia genérica de como os juizes do Supremo têm interpretado o conceito indeterminado que é requisito de decisão do “permission to appeal”. Começamos pelos que foram aceites (“*permission to appeal granted*”)<sup>90</sup>.

---

<sup>87</sup> Esta autorização será, ao invés, concedida pelo próprio *Supreme Court* quando o tribunal inferior indeferiu a autorização de recurso. Neste caso a parte que requereu a autorização pode voltar a pedi-la mas agora esta será avaliada pelo próprio supremo tribunal inglês.

<sup>88</sup> “*A point of law of general public importance*” – estamos perante um conceito indeterminado como requisito para aceder ao Supremo tribunal inglês por via de recurso jurisdicional (este requisito aplica-se a todos os recursos já que esta é a via geral de recurso).

<sup>89</sup> Cfr. Droit Global Law – “*Cours Suprêmes: Comment le filtrage des recours révèle le pouvoir des juges*”. Université Panthéon-Assas (Paris II) sob a direção de Louis Vogel. Editions Panthéon-Assas, 2005, pp. 57-68.

<sup>90</sup> A consulta de todos os casos referidos abaixo pode ser feita no link: [www.supremecourt.uk/decided-cases/index.html](http://www.supremecourt.uk/decided-cases/index.html).

Questões relacionadas como a formação de contratos, os seus princípios gerais e as questões atinentes à ilegalidade dos mesmos (*Patel v Mirza*<sup>91</sup>), ou as questões sobre cláusulas penais inseridas em contratos comerciais ou de consumo e as consequências que acarreta para os envolvidos e, também, para terceiros (*Cavendish Square Holding BV v Talal El Makdessi*<sup>92</sup>) são temas que o *Supreme Court* integrou no conceito de “importância pública geral”.

Outros exemplos que também mereceram a integração nesse conceito indeterminado são, por exemplo, as questões relacionadas com uma empresa que entra em processo de insolvência e que tem créditos de um trabalhador que foi vítima de um acidente de trabalho (*Campbell v Gordon*<sup>93</sup>). As questões de índole familiar como o divórcio e tudo o que envolve a partilha de bens (*Prest v Petrodel Resources Limited*<sup>94</sup>) também têm importância geral. As questões relacionadas com a adoção de uma criança e, no caso concreto aqui referenciado, estão em causa as dificuldades de interligação entre uma convenção internacional e o ato legislativo interno que transpõe essa convenção (*AR v RN*<sup>95</sup>). Um último exemplo relaciona-se com o regime do direito de propriedade e alguns institutos conexos como o enriquecimento sem causa e a sub-rogação que, no caso aqui referido, têm relevância para o litígio por surgirem na decorrência de um contrato de compra e venda de um terreno (*Bank of Cyprus UK Limited v Menelaou*<sup>96</sup>).

De seguida apresentamos alguns exemplos de casos em que o *Supreme Court* rejeitou os recursos (“*permission to appeal refused*”) <sup>97</sup>, não integrando, assim, o conceito de “questão de importância pública geral”.

---

<sup>91</sup> Decidido a 20/07/2016, Case ID: UKSC 2014/0218.

<sup>92</sup> Decidido a 4/11/2015, Case ID: UKSC 2013 /0061.

<sup>93</sup> Decidido a 6/07/2016, Case ID: UKSC 2015/0061.

<sup>94</sup> Decidido a 12/07/2013, Case ID: UKSC 2013/0004 – estão em causa problemas de interpretação sobre regras de direito internacional privado já que os cônjuges eram de nacionalidades diferentes.

<sup>95</sup> Decidido a 22/05/2015, Case ID: UKSC 2015/0048.

<sup>96</sup> Decidido a 4/11/2015, Case ID: UKSC 2013/0171.

<sup>97</sup> Os casos rejeitados que são referidos abaixo devem ser consultados no *link*: [www.vlex.com](http://www.vlex.com). Deve consultar-se também: <https://www.supremecourt.uk/docs/permission-to-appeal-2016-0708.pdf> para os processos recusados em Julho e <http://www.supremecourt.uk/docs/permission-to-appeal-2016-0304.pdf> para os processos recusados em Março, de forma a complementar as informações já retiradas de cada processo. Ligações web acedidas pela última vez em 2/2017.

Questões de carácter meramente processual colocadas, neste caso, num processo de insolvência (*Mortgage Debenture Ltd v Cook*<sup>98</sup>); questões relacionadas estritamente com valores pecuniários sejam por dúvidas na interpretação da lei aplicável, sejam por dúvidas na determinação do valor da indemnização devida (*ICS CAR SRL v Secretary of State for the Home Department*<sup>99</sup> e *MGN v Gulati and Others*<sup>100</sup>). Quando os principais fundamentos do recurso são argumentos meramente subjetivos e que demonstram simples discordância com a decisão, não se pode considerar que exista importância geral na questão (*Saleem v London Borough of Wandsworth*<sup>101</sup>); e por último, questões relacionadas com os direitos de autor e os direitos conexos, em especial no caso aqui referido foram suscitadas dúvidas em relação à propriedade dos direitos de músicas e respetivas letras (*BSI enterprises Limited v Blue Mountain Music Limited*<sup>102</sup>) – é uma questão demasiado particular.

#### c) Direito Americano

Os Estados-Unidos da América (EUA) apresentam algumas características singulares diferentes face ao nosso sistema, como por exemplo a sua densa e complexa organização judiciária, ou o seu sistema de recursos pautado por uma filtragem discricionária. Na área específica dos recursos em matéria cível para o supremo tribunal, os EUA têm bastantes diferenças no processo e nos requisitos de aceitação de tal recurso, algo que veremos de seguida.

Os EUA são uma federação que se divide em vários estados, cada um desses estados tem tribunais de primeira instância (*District Court*) e tribunais supremos estaduais (*State Supreme Court*) que são a primeira instância de recurso. Para permitir o recurso em segundo grau de jurisdição existem os chamados *US Courts of Appeals* espalhados por todo o país e que têm jurisdição para específicos agrupamentos de *Districts*<sup>103</sup>.

---

<sup>98</sup> Recurso recusado a 11/07/2016, Case ID: [2016] EWCA Civ 103.

<sup>99</sup> Recurso recusado a 11/07/2016, Case ID: [2016] EWCA Civ 394.

<sup>100</sup> Recurso recusado a 22/03/2016 Case ID: EWCA Civ 1291.

<sup>101</sup> Recurso recusado a 22/03/2016, Case ID: EWCA Civ 780.

<sup>102</sup> Recurso recusado a 22/03/2016, Case ID: EWCA Civ 1151.

<sup>103</sup> Por exemplo, o *US Court of Appeals for the First Circuit* tem jurisdição para decidir os recursos dos tribunais, de primeira instância ou dos *State Courts*, dos *Districts* de Maine, New Hampshire, Puerto Rico, Rhode Island e Massachusetts.

A principal função do supremo tribunal é a fiscalização da correta aplicação das leis face à Constituição (algo idêntico ao nosso Tribunal Constitucional). É através dos recursos que aceita apreciar que vai operando essa fiscalização concreta, avaliando a conformidade das decisões com o direito Americano.

O supremo tribunal julga os processos decididos ou pelos *US Courts of Appeals*, ou, também, os decididos pelos supremos tribunais estaduais. Para aceitar apreciar um recurso, o supremo tribunal tem que conceder autorização para que o tribunal recorrido lhe envie as informações do processo (tal como no direito inglês). Essa autorização expressa-se através da concessão do “*writ of certiorari*”<sup>104</sup>. Quando o tribunal decide acerca da autorização deve observar o disposto na Regra 10 do Regimento do Supremo Tribunal<sup>105</sup> de onde se retiram importantes diretrizes:

- 1) O recurso deve ser concedido quando o caso suscitar uma questão federal de elevada importância (requisito composto por um conceito indeterminado);
- 2) Justifica, também, a aceitação do recurso a existência de contradições jurisprudenciais entre a decisão recorrida e outras decisões anteriores do próprio Supremo, ou de outro *US Court of Appeal* ou, ainda, de algum *State Court*;
- 3) O recurso apenas pode versar sobre matéria de Direito, já que as questões de facto não são avaliadas pelo Supremo (na última parte da Regra 10 é expressamente referido que o *writ of certiorari* será “*raramente concedido*”

---

<sup>104</sup> Esta expressão provém do Latim – *Certio rem facere* – e significa informar ou tornar certo. Através do *writ* o Supremo ordena ao tribunal recorrido que lhe envie certidão do processo para que possa conhecer e decidir o recurso. Cfr. Dário Moura Vicente, DIREITO COMPARADO, Volume I, 2014, pp. 294 e 295.

<sup>105</sup> “**Rule 10. Considerations Governing Review on Certiorari:**

*Review on a writ of certiorari is not a matter of right, but of judicial discretion. A petition for a writ of certiorari will be granted only for compelling reasons. The following, although neither controlling nor fully measuring the Court’s discretion, indicate the character of the reasons the Court considers:*

*(a) a United States court of appeals has entered a decision in conflict with the decision of another United States court of appeals on the same important matter; has decided an important federal question in a way that conflicts with a decision by a state court of last resort; or has so far departed from the accepted and usual course of judicial proceedings, or sanctioned such a departure by a lower court, as to call for an exercise of this Court’s supervisory power;*

*(b) a state court of last resort has decided an important federal question in a way that conflicts with the decision of another state court of last resort or of a United States court of appeals;*

*(c) a state court or a United States court of appeals has decided an important question of federal law that has not been, but should be, settled by this Court, or has decided an important federal question in a way that conflicts with relevant decisions of this Court.*

*A petition for a writ of certiorari is rarely granted when the asserted error consists of erroneous factual findings or the misapplication of a properly stated rule of law.”*

*em situações de errada aplicação da leis aos factos, ou errada consideração factual”).*

Estes são os requisitos que justificam a grande maioria dos recursos aceites pelo *Supreme Court*<sup>106</sup>.

Uma importante característica do supremo tribunal, que é, ao mesmo tempo, reveladora do espírito do sistema judicial, encontra-se na primeira frase da Regra 10: “*Conceder o “writ of certiorari” não é uma questão de Direito mas sim um exercício de discricionariedade judicial*”. Portanto, os juízes do Supremo seguem os critérios legais da Regra 10 como base mas têm total liberdade em relação à forma como os concretizam – maioritariamente os juízes respeitam o requisito sobre a existência de divergências jurisprudências entre processos que discutam questões de grande relevância federal. É na concretização da “*grande relevância federal*” das questões suscitadas que os juízes do Supremo têm total liberdade em relação ao modo de concretização.

Deixamos alguns exemplos<sup>107</sup> de pedidos de “*writ of certiorari*” apreciados pelo supremo tribunal que permitem ter uma noção mais concreta dos temas que o tribunal integra na definição do conceito indeterminado acima discutido.

Os processos *LIGHTFOOT v. CEDANT MORTGAGE CORP*<sup>108</sup> e *MICROSOFT CORP v. BAKER*<sup>109</sup> dizem respeito a dúvidas quanto à correta definição da jurisdição dos *State Courts* e dos *Federal Courts* (questões de relevância jurídica).

No processo *LIFE TECHNOLOGIES CORP v. PROMEGA CORP*<sup>110</sup> foi colocada uma questão relacionada com Direitos de Autor (patentes) onde existiam divergências jurisprudenciais e o supremo tribunal não concorda com a decisão recorrida, face a isso o pedido de “*certiorari*” foi concedido. Também relacionado com patentes, no processo *IMPRESSION PRODUCTS, INC v. LEXMARK INTERNACIONAL, INC*<sup>111</sup> o pedido de “*certiorari*” foi aceite visto que a questão discutida revestia relevância jurídica de âmbito federal já que colocava em dúvida um precedente anteriormente afirmado pelo Supremo Tribunal.

---

<sup>106</sup> Outro requisito importante é a “*the rule of four*” – para que um pedido de *writ of certiorari* seja concedido basta que quatro dos nove juízes que compõe o tribunal votem a favor da concessão.

<sup>107</sup> Os processos mencionados de seguida podem ser consultados em: <https://www.supremecourt.gov/grantednotedlist/16grantednotedlist>

<sup>108</sup> Processo nº 14-1055, “*certiorari*” concedido a 28/06/2016.

<sup>109</sup> Processo nº 15-457, “*certiorari*” concedido a 15/01/2016.

<sup>110</sup> Processo nº 14-1538, “*certiorari*” concedido a 27/06/2016.

<sup>111</sup> Processo nº 15-1189, “*certiorari*” concedido a 2/12/2016.



Por último, o supremo tribunal aceitou um pedido de “*certiorari*”, no caso DIGNITY HEALTH v. ROLLINS<sup>112</sup>, onde estava em discussão uma questão de índole social, relacionada com pensões atribuídas a trabalhadores e onde surgiram dúvidas quanto à correta interpretação das normas aplicáveis à atribuição, ou não, de determinadas pensões a trabalhadores de uma igreja que aparentemente não reunia as características de lugar de culto. O “*writ*” foi concedido com o objetivo de o Supremo resolver a questão e tornar clara qual é a correta aplicação a seguir.

Da análise efetuada resulta que nos EUA não existe um direito ao recurso jurisdicional para o Supremo. A possibilidade de o recurso ser aceite depende em muito da matéria em causa (questões de relevância federal) e/ou da sua contradição com anterior jurisprudência dos tribunais superiores americanos. Mas o fator que mais influencia a conceção, ou não, do recurso é a interpretação pessoal que cada juiz do *Supreme Court* faz sobre a dita relevância federal.

Não existe uma verdadeira garantia no que toca ao direito de recurso – a decisão do Supremo quanto ao “*certiorari*” não está legalmente vinculada a um leque fechado de respostas, os juízes têm liberdade para integrar nos requisitos do recurso aquilo que bem entenderem.

#### d) Conclusões e pontos de reflexão com a revista excecional

Neste estudo sobre três diferentes sistemas jurídicos foi dada especial atenção aos respetivos processos de recurso cível para o supremo tribunal em cada um dos diferentes países. Deixamos, de seguida, as conclusões que sublinham os pontos de semelhança ou de diferença, de forma a servirem como meio de reflexão sobre o recurso de revista excecional civil português.

Todos os pedidos de recurso para o *Cour de Cassation* são aceites desde que o pedido se cinja apenas a questões de Direito e que formule um pedido relacionado com a não conformidade da decisão recorrida face às normas legais aplicáveis. O tribunal de cassação analisa os processos, julgando essa

---

<sup>112</sup> Processo nº 16-258, “*certiorari*” concedido a 2/12/2016.

conformidade face ao Direito francês, anulando ou mantendo a decisão recorrida (regime de substituição).

O supremo tribunal francês não é uma terceira instância de recurso, ao contrário do nosso STJ. Em França o *Cour de Cassation* garante a correta aplicação do Direito; em Portugal o STJ funciona como a última via de recurso em matéria de Direito.

O STJ português procura a harmonia e a coerência da jurisprudência e concretiza esse objetivo (principalmente) com o recurso para uniformização de jurisprudência. O recurso de revista excecional é, também, uma forma de harmonizar a aplicação do Direito mas é apenas utilizado em casos muito excecionais, não tem um alcance de aplicação largo já que a filtragem operada pelos requisitos é muito restrita. De forma contrária, o supremo tribunal Francês procura a harmonia na aplicação do Direito através das suas decisões que substituem as dos tribunais inferiores, impondo-se, assim, aos restantes tribunais uma forma mais efetiva de harmonização da aplicação do Direito.

O supremo tribunal Inglês não é uma instância de recurso. Tem, ao invés, objetivos de harmonização da interpretação jurídica e de criação de Direito através dos seus precedentes jurisprudenciais.

O sistema inglês foi pensado de modo a que as decisões do presente consigam ajudar à estabilidade do Direito no futuro. Prefere-se que apenas uma minoria consiga aceder ao Supremo mas que essa minoria permita o tomar de decisões capazes de influenciar milhares de futuras decisões dos tribunais inferiores.

O direito ao recurso jurisdicional no Reino Unido não é um direito garantido. É sempre possível interpor recurso mas o tribunal recorrido tem que autorizar o recurso através da concessão do “*leave to appeal*”. Esta autorização é ponderada através da análise dos conceitos de “*princípios de Direito inglês*” e de “*relação do caso com a aplicação do Direito aos factos da vida real*”.

A avaliação do pedido de recurso por parte supremo tribunal está dependente da concessão de uma autorização própria (o “*permission to appeal*”). O único requisito de que depende esta autorização é um conceito indeterminado – “*estar em causa uma questão de Direito de importância pública geral*”. O recurso para o *Supreme Court* apenas pode versar sobre questões de Direito e quanto às

questões de facto o tribunal está vinculado ao que foi decidido nos tribunais inferiores.

Esta via de recurso para o supremo tribunal é única e geral para todo o sistema judicial inglês e contém muitas semelhanças com o recurso de revista excecional português, vejamos:

- O requisito do recurso é muito semelhante aos requisitos das alíneas a) e b) do nº1;

- O facto de o pedido de recurso se sujeitar a uma autorização prévia é algo semelhante ao nosso regime. Entre nós foi criada a conferência de juízes que decide, previamente, sobre a autorização, ou não, do recurso de revista excecional (nº3 do artigo 672º CPC2013);

O recurso de revista excecional parece-nos ter algumas semelhanças (ou inspirações) no sistema inglês, especialmente no que toca aos requisitos de recurso para o Supremo Tribunal, já que estes são muito idênticos aos que foram pensados entre nós. A opção portuguesa por um recurso excecional pautado pela filtragem de acordo com a importância dos temas em discussão tem, aparentes, semelhanças com o sistema de recurso inglês para o *supreme court*.

No caso Americano, para que o recurso interposto seja decidido pelo supremo tribunal é necessário que exista uma decisão favorável quanto ao “*writ of certiorari*”. A decisão do “*writ*” é tomada pelos nove juízes que compõem o Supremo e basta que quatro votem a favor para que o recurso seja autorizado (“*the rule of four*”).

Os requisitos legais que regem a decisão do “*writ*” estão presentes na regra 10 do regimento do *Supreme Court*. Esses requisitos são:

- A questão recorrida deve cingir-se a uma questão federal importante;
- Deve dizer respeito apenas a questões de direito;
- Devem existir divergências entre a decisão recorrida e decisões anteriores dos tribunais superiores americanos.

É importante referir que regra em análise menciona que a decisão final sobre o “*writ*” não tem, obrigatoriamente, que obedecer àqueles requisitos. É conferida uma ampla margem de liberdade decisória aos juízes no momento de integrar, ou não, as questões recorridas no conceito de “*questão federal importante*”.

O supremo tribunal americano foca-se na coesão do sistema, julgando questões jurídicas de índole federal e que tenham um impacto público premente.

O sistema americano contém alguns pontos comuns em relação às ideias que lançaram o recurso de revista excecional. São exemplos disso:

- O conceito indeterminado que se encontra na regra 10 do regimento do *Supreme Court* – “*questão federal importante*”;
- O sistema de recurso tende a conceder o recurso apenas para as questões que mais controvérsia e relevância têm no país, tal como se procurou alcançar, em parte, com a criação do recurso de revista excecional português;
- O sistema americano, tal como o inglês, funciona através de uma filtragem casuística dos processos que devem, ou não, ser sindicados pelo supremo tribunal.

## **Título II – Concretização dos requisitos do recurso de revista excepcional do artigo 672º do CPC2013**

Neste segundo Título iremos concretizar os conceitos indeterminados que compõem os requisitos do recurso já aqui muito discutido. Recorreremos à jurisprudência da formação específica<sup>113</sup> e à doutrina através de variados autores que foram contribuindo para o alargamento da discussão em torno destes requisitos.

O método seguido nas próximas páginas é o seguinte: para cada alínea/requisito haverá, primeiro, um leque de definições genéricas, depois, será explicada a aplicação jurisprudencial, dividida por temas, com base nas decisões tomadas pela formação específica do STJ para apreciação preliminar deste recurso.

Em jeito de resumo estatístico, apresenta-se um gráfico ilustrativo do número anual de acórdãos redigidos pela formação específica do STJ.

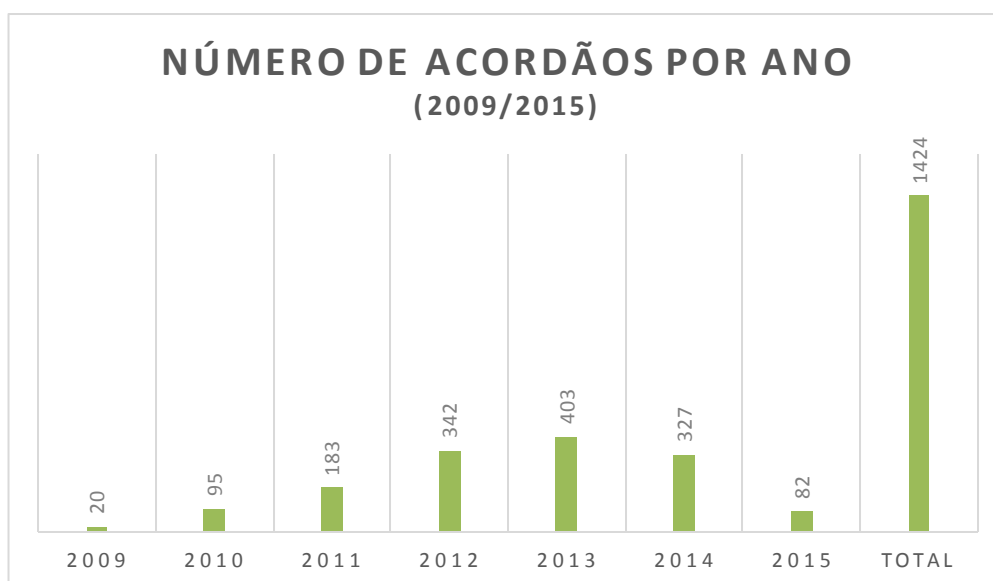


Gráfico 1 - Número de acórdãos da formação específica referida no artigo 672º/3 do CPC2013. Período de 2009 a 2015

<sup>113</sup> Compilações de acórdãos de revista excepcional disponíveis em: <http://www.stj.pt/index.php/jurisprudencia-42213/revistaexcepcional>.

## 1. Relevância jurídica

### a) Definições genéricas

O conceito de relevância jurídica é aquele que mais vezes surge nos requerimentos do recurso de revista excecional. O requisito incorpora a ideia de a análise do recurso ser *“necessária para uma melhor aplicação do direito”*. É notório que este requisito tem um carácter marcadamente jurídico e relacionado com a concreta aplicação das normas aos factos ocorridos, procurando melhorar a aplicação do Direito, seja reparando decisões ou opiniões erradas do passado, seja procurando prevenir decisões contrárias no futuro, definindo uma interpretação a seguir para dada questão<sup>114</sup>.

Para que exista relevância jurídica<sup>115</sup> de uma questão suscitada num processo esta tem que ser *“controversa por ser muito debatida na doutrina e/ou na jurisprudência”*, ou por ainda não ter obtido qualquer resposta por parte dos tribunais devido ao seu carácter inédito. Outra possibilidade para definir o conceito de relevância jurídica encontra-se nas questões que apresentam dificuldades sérias de interpretação/solução devido a *“complexas operações exegéticas”* ou devido ao melindre resultante dos vários regimes jurídicos que são necessários analisar para se alcançar uma resposta – estas dificuldades justificam a relevância jurídica de uma questão.

A jurisprudência acrescenta, ainda, outras duas definições abstratas deste requisito. As questões *“paradigmáticas ou exemplares”*, por dizerem respeito a regimes jurídicos tradicionalmente complexos ou por serem questões que nunca antes foram colocadas, apresentam relevância jurídica. Outra definição avançada indica que existe relevância jurídica numa questão quando a resolução da mesma

---

<sup>114</sup> Cfr. António Santos Abrantes Geraldês, RECURSOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 2014, p. 314.

<sup>115</sup> Vejam-se os contributos de António Alves Velho, SOBRE A REVISTA EXCECIONAL. ASPETOS PRÁTICOS, 2015, p. 3, disponível em: [http://www.stj.pt/ficheiros/coloquios/coloquios\\_STJ/CPC2015/painel\\_3\\_recursos\\_AlvesVelho.pdf](http://www.stj.pt/ficheiros/coloquios/coloquios_STJ/CPC2015/painel_3_recursos_AlvesVelho.pdf); Elizabeth Fernandez, “REVISITANDO O RECURSO DE REVISTA EXCECIONAL: DESTA VEZ, O PREVISTO NO ARTIGO 721º-A DO CPC”, in Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Heinrich Ewald Hörster, 2012, pp. 235-237; J. O. Cardona Ferreira, GUIA DE RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, 2014, pp. 215 e 216; António Abrantes Geraldês, RECURSOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 2014, pp. 313-319.

se considera uma grande ajuda para se “*obter consenso nas instâncias inferiores e dar um caminho seguro de interpretação aos profissionais jurídicos*”<sup>116</sup>.

O conceito de relevância jurídica, como se constata, apresenta uma maleabilidade bastante elevada dentro do espectro jurídico, debruçando-se sobre questões de índole substantivo, ou processual. Este conceito permite o recurso a todas aquelas questões que necessitam de uma resposta por parte do STJ com vista à pacificação de opiniões diversas, ou com vista à definição futura dos corretos caminhos de aplicação do Direito.

#### b) Aplicação jurisprudencial

Nas próximas linhas faremos uma compilação das decisões que versaram sobre o conceito de relevância jurídica, aceitando ou negando o recurso, fazendo, assim, uma concretização das matérias que incorporam o conceito.

Vamos dividir a concretização deste requisito por temas tendo em conta as questões abordadas no recurso apresentado.

Para efeitos estatísticos, contabilizam-se 299 acórdãos que abordaram o requisito de relevância jurídica no período de 2009 a 2015. Dentro desse total, 165 decidiram-se pela não existência de relevância jurídica, ao passo que 135 alcançaram uma concretização positiva.

Para justificar os casos onde o STJ decidiu não existir relevância jurídica, foram apontados os seguintes argumentos:

- 1) Questões em torno de regimes ou institutos jurídicos comuns e que são, desde sempre, estudados nas faculdades, cujas respostas não requerem nenhuma análise detalhada, ou esforço exegético complexo não apresentam relevância jurídica;
- 2) A presença de questões puramente processuais;

---

<sup>116</sup> A título exemplificativo (já que as ideias adiantadas pela jurisprudência se repetem em vários acórdãos) indicamos quatro acórdãos da formação que ilustram as várias definições possíveis para o conceito de relevância jurídica: 29/03/2012, nº 1696/08.0TBFAR.E1.S2; 13/07/2012, nº 2775/11.2TBLLE.E1.S1; 23/04/2013, nº 127/08.0TBFIG.C1.S1; 11/02/2015, nº 1380/13.3T2AVR.C1.S1. Sumários disponíveis em [www.stj.pt](http://www.stj.pt).

- 3) Questões onde apenas está em causa a discordância da parte face à decisão e não uma dúvida de fundo sobre a motivação da mesma;
- 4) Questões onde, apesar de existirem dúvidas, a jurisprudência já tenha uma resposta estabilizada.

Sobre a concretização positiva do conceito/requisito, os argumentos utilizados pelos juízes do STJ que justificaram a relevância jurídica das questões são:

- 1) O carácter inédito das questões suscitadas;
- 2) A complexidade exegética que a questão suscita;
- 3) A necessidade de conjugação de vários regimes jurídicos diferentes para o estudo da questão;
- 4) A procura da melhor aplicação do Direito, que se fundamenta na escassez, ou na oposição, de respostas dadas pelos tribunais às questões em discussão.

De seguida vamos apresentar a aplicação que a formação de juízes, prevista no número 3º do artigo 672º do CPC2013, fez do conceito de relevância jurídica. O conjunto de decisões tomadas pela formação estará dividido por temas.

#### i. Questões Processuais

Tal como evidenciámos acima, o STJ definiu *a priori* que “*uma questão meramente processual não tem relevância jurídica*”, evidenciando um critério que generalizou em variadas questões com pendor processual.

São exemplos disso, decisões sobre valor e eficácia probatória de documentos outorgados pelas partes intervenientes<sup>117</sup>; sobre o regime da suspensão da instância<sup>118</sup>; sobre o regime da omissão de pronúncia<sup>119</sup>; conhecer a força executiva do título apresentado à execução<sup>120</sup>; questões sobre o alcance do caso julgado<sup>121</sup>; sobre a proibição de condenação para além do pedido<sup>122</sup>; as nulidades

---

<sup>117</sup> 23/11/2011, nº 516/08.0TBVLN.G1.S1 e 6/12/2011, nº 539/09.2TVLSB.L1.S1

<sup>118</sup> 28/10/2010, nº 919/08.0TBSTR.E1.S1 e 16/02/2012, nº 1875/09.3TBBERG-A.C1.S1

<sup>119</sup> 11/12/2013, nº 2422/10.0TVLSB.L1.S1 e 22/04/2014, nº 4747/08.5TBSXL.L1.S1

<sup>120</sup> 3/05/2011, nº 288/09.1TBEPS-B.G1.S1 e 5/06/2014, nº 2323/13.0TBVNG.P1.S1

<sup>121</sup> 19/04/2013, nº 239/09.3TBVRS.E1.S1

<sup>122</sup> 5/03/2013, nº 3044/08.0TBAVR.C1.S1



processuais<sup>123</sup> e, ainda, a questão específica de se saber se uma rejeição de recurso sobre matéria de facto deve, ou não, ser precedida de um despacho de convite ao aperfeiçoamento<sup>124</sup>.

Ainda que sejam em número mais reduzido, existiram casos em que o STJ atribuiu relevância jurídica a questões de índole processual. Começando pela figura do caso julgado onde as questões sobre autoridade, limites e efeito preclusivo<sup>125</sup> foram integradas dentro do conceito de relevância jurídica por suscitarem dificuldades exegéticas recorrentes<sup>126</sup>.

Outras duas questões incluídas no âmbito positivo da relevância jurídica foram os fundamentos de anulação de uma decisão arbitral (artigo 46º da Lei 63/2011)<sup>127</sup> e a questão de saber qual deve ser o destino de uma ação declarativa de reconhecimento de direitos movida contra quem, na pendência da ação, é declarado insolvente: *“há lugar à extinção da instância por inutilidade superveniente da lide, ou prossegue-se com vista ao reconhecimento dos créditos?”*<sup>128</sup>.

## ii. Relações jurídicas<sup>129</sup>

Começamos pelo conjunto de decisões que consideraram não existir razões para atribuir relevância jurídica às questões suscitadas.

Em relação ao regime do negócio jurídico temos dois casos para explicitar. O primeiro considerou não existir relevância jurídica na temática sobre a interpretação da declaração negocial por considerar que *“está amplamente estudada e não apresenta nenhuma complexidade relevante”*<sup>130</sup>. O segundo caso diz respeito à determinação das consequências jurídicas da declaração de

---

<sup>123</sup> 24/04/2013, nº 3244/08.3TBFAR.E2.S1

<sup>124</sup> 3/10/2013, nº 1074/10.1TVPRT.G1.S1

<sup>125</sup> 12/01/2012, nº 816/09.2TBAGD.C1.S1; 27/03/2014, nº 17722/12.9TBBCL.G1.S1; 5/11/2015, nº 11991/04.2TDLSE-B.L2.S1 e 11/12/2015, nº 1734/11.0TBVIS.C1.S1

<sup>126</sup> As questões sobre o alcance do caso julgado foram, tal como referido supra, excluídas do âmbito da relevância jurídica.

<sup>127</sup> Não foi dada justificação para esta interpretação, o STJ apenas disse que *“a arbitragem é um instituto que não é sujeito ao escrutínio dos tribunais”*. 17/06/2011, nº 2217/08.0TBVRL.P1.S1

<sup>128</sup> 25/10/2012, nº 5342/11.7TBVNG.P1.S1 e 22/11/2012, nº 1239/11.9TVLSB.1.S1

<sup>129</sup> Os acórdãos aqui citados dizem respeito a questões relacionadas com os institutos incluídos no Título II da Parte Geral do CC, onde destacamos os direitos de personalidade, as incapacidades, o negócio jurídico, o exercício e tutela dos direitos e as provas.

<sup>130</sup> 21/02/2013, nº 325/10.7TVLSB.L1.S1

nulidade do negócio jurídico – tal como no anterior caso, o STJ considerou não existir relevância jurídica por ser “*um tema simples e sem questões de difícil resolução*”<sup>131</sup>.

Outro tema alvo de concretização negativa por parte da formação de juízes foi o do abuso de direito. Um caso diz respeito ao seu estudo e análise geral e em especial sobre o conhecimento das regras de aplicação do instituto jurídico – considerou-se que não tinha relevância jurídica porque é um tema ampla e totalmente estudado e cujas questões já não colocam dúvidas<sup>132</sup>. Outro caso relacionado com este instituto encontra-se no acórdão que analisou a questão de saber se, no âmbito de uma providência cautelar, o requerente que interponha tal providência atuando como “*veneri contra factum proprium*”, é algo que não apresenta complexidade visto que a análise desse instituto está sedimentada na ordem jurídica portuguesa<sup>133</sup>.

O último caso que evidencia irrelevância jurídica diz respeito ao tema das provas, em especial sobre a distinção entre prova livre e prova vinculada – o STJ considera que esta distinção suscita dúvidas que a doutrina já esclareceu, bem como a jurisprudência e que, por isso, não existe qualquer relevância na sua análise<sup>134</sup>.

Passamos para as situações em que os juízes consideraram existir relevância jurídica.

Registam-se quatro casos que dizem respeito a direitos de personalidade e cujas questões em discussão foram classificadas como juridicamente relevantes. O primeiro caso inclui duas questões diferentes: a primeira diz respeito a saber se é atentatório da liberdade de expressão e informação a condenação de vários meios de comunicação a não revelar, por qualquer meio, a localização da casa de uma figura pública (que era o autor da ação); a segunda questão está relacionada com a dúvida em torno do carácter pessoal, ou não, de uma injunção (*non facere*) – os juízes consideraram juridicamente relevante saber se a injunção declarada contra um diretor de um jornal se mantém para o outro diretor que lhe suceder no cargo<sup>135</sup>.

---

<sup>131</sup> 25/10/2013, nº 1934/10.0TBFLG.P1.S1

<sup>132</sup> 15/05/2014, nº 3104/11.0TBBCL.L1.S1

<sup>133</sup> 29/03/2012, nº 28/10.2TBFZZ.C2-A.S1

<sup>134</sup> 26/04/2012, nº 13026/09.0TBVNG.P1.S1

<sup>135</sup> 2/02/2012, nº 1755/08.0TVLSB.L1.S1

Dois acórdãos abordaram a mesma questão e atribuíram a ambos relevância jurídica – a questão em discussão diz respeito a saber, concretamente, os limites da liberdade de expressão em confronto com o direito à honra e, também, de saber como pode um dos direitos prevalecer sobre o outro <sup>136</sup>.

O último caso relacionado com direitos de personalidade diz respeito à questão de saber se é, ou não, imprescritível o direito de um homem à busca da sua identidade pessoal, ou se esse direito deve ceder perante a necessidade de reconhecer a tranquilidade e segurança de outras pessoas <sup>137</sup> – a formação de juízes considerou existir relevância jurídica por estarem em causa questões complexas que implicam um estudo detalhado de vários regimes jurídicos.

Outro tema classificado com relevância jurídica é o das incapacidades. O exemplo que encontrámos discute a questão de saber a quem incumbe o ónus de prova do estado mental de pessoa com síndrome demencial grave no momento da celebração de um negócio jurídico <sup>138</sup>.

O tema da procuração também se inclui neste leque. Foi atribuída relevância jurídica à questão de saber quais as consequências da inexistência de procuração do tomador a favor da pessoa que intervém por procuração como endossante de um cheque <sup>139</sup>.

Por último, o instituo do abuso de direito, que já mencionámos no conjunto de casos que não têm relevância jurídica, encontra, agora, um exemplo onde os juízes da formação específica consideram existir razões para atribuir relevância jurídica. A questão em análise diz respeito, em específico, à concretização do abuso de direito como forma de limitação ao exercício dos direitos dos consumidores (artigo 4º, nº 5 do DL 67/2003) <sup>140</sup>.

---

<sup>136</sup> 20/06/2013, nº 693/10.0TVLSB.L1.S1 e 7/05/2014, nº 941/09.0TBLSV.L1.S1

<sup>137</sup> 7/05/2014, nº 973/11.8TBBCL.G1.S1

<sup>138</sup> 7/02/2013, nº 1556/08.5TBVRL.P1.S1

<sup>139</sup> 21/10/2014, nº 2450/10.5RVLSB.C1.S1

<sup>140</sup> 25/11/2014, nº 3576/10.0TBMTS.P1.S1

iii. Obrigações<sup>141</sup>

Nas próximas linhas faremos referência aos casos em que os diferentes institutos relacionados com o Direito das obrigações obtiveram uma concretização negativa por parte dos juízes da formação específica.

A distinção entre os regimes da novação subjetiva e da assunção de dívida não apresenta complexidade<sup>142</sup>. A análise do regime do enriquecimento sem causa não apresenta nenhuma dificuldade especiais que justifiquem o recurso<sup>143</sup>. A determinação e caracterização dos requisitos da impugnação pauliana não têm complexidade que lhes confira relevância jurídica<sup>144</sup>.

Passamos, agora, para situações em que os temas de direito das obrigações foram incluídos na relevância jurídica.

Encontrámos três acórdãos que dizem respeito ao direito de retenção e todos contemplam a inclusão das questões na esfera do conceito de relevância jurídica. O primeiro coloca a questão de saber se o locatário dispõe de direito de retenção de imóvel por ter feito benfeitorias e se esse direito é eficaz perante o proprietário<sup>145</sup>. O segundo exemplo contempla a questão de saber se “*o credor hipotecário é, em relação à sentença que declara a existência do direito de retenção, um terceiro juridicamente indiferente ou juridicamente interessado?*”<sup>146</sup>. O último caso, juridicamente relevante, coloca a questão de saber em que termos e com que amplitude se deve reconhecer ao promitente-comprador de imóvel o direito de retenção estabelecido no artigo 755º/1-f) do CC<sup>147</sup>.

A distinção entre as figuras da assunção de dívida e da fiança é importante analisar de modo a encontrarem-se as melhores soluções para as situações que surgem na vida corrente<sup>148</sup>. O instituto da novação como causa extintiva das obrigações, em virtude da constituição de uma obrigação nova, é algo novo na discussão dos

---

<sup>141</sup> Esta subsecção está pensada para agrupar as decisões que digam respeito a regimes gerais do Direito das obrigações, em especial as questões sobre garantias, cumprimento e causas de extinção. Sobre o tema das fontes de obrigações, faremos duas subsecções específicas para os Contratos e outra para a Responsabilidade Civil. Esta autonomização justifica-se pelo volume de decisões sobre estes dois temas.

<sup>142</sup> 7/04/2011, nº 6154/08.0YYPRT-A.P1.S1

<sup>143</sup> 28/02/2013, nº 6571/10.6T2SNT.L1.S1

<sup>144</sup> 13/02/2014, nº 659/10.0TVPRT.P1.S1

<sup>145</sup> 2/06/2011, nº 163/09.0TVPRT.P1.S1

<sup>146</sup> 2/06/2015, nº 5729/09.5YYPRT-C.P1.S1

<sup>147</sup> 16/06/2015, nº 135/12.7TBMSF.G1

<sup>148</sup> 16/06/2011, nº 245/08.5TBOHP.C1.S1

tribunais e por essa razão deve ser apreciada pelo STJ<sup>149</sup>. No âmbito de uma ação pauliana, tem relevância jurídica saber se a dação em pagamento é suscetível de lesar o credor no seu direito à solvabilidade do património do devedor<sup>150</sup>. Por último, existe relevância jurídica em saber “se é possível, à luz do artigo 847º/1-a do CC, compensar uma obrigação ainda não vencida?”<sup>151</sup>.

#### iv. Contratos

Vários tipos de contratos foram alvo de acórdãos por parte da formação específica do STJ, desde os tipificados no CC até a contratos atípicos que surgem com mais, ou menos frequência, dependendo do ano do acórdão e da conjuntura económica vivida no país.

Seguem-se os casos em que os juízes decidiram não existir relevância jurídica.

A interpretação das normas do contrato de mútuo<sup>152</sup> e a análise da figura da união de contratos<sup>153</sup> são dois exemplos de irrelevância jurídica. Saber se a cessação de um contrato de avença depende, ou não, de forma escrita<sup>154</sup> é, também, algo sem controvérsia.

A interpretação de cláusulas contratuais gerais<sup>155</sup>; as questões relacionadas com a mora e o incumprimento definitivo no âmbito de contratos-promessa<sup>156</sup>, e por fim, uma questão relacionada com a fixação judicial de prazo para a celebração de um contrato-promessa de compra e venda<sup>157</sup>, são tudo questões em que os juízes consideraram não haver complexidade que justifica a revista excecional.

Os casos de contratos que obtiveram concretização positiva para a existência de relevância jurídica estão, principalmente, relacionados com contratos atípicos e

---

<sup>149</sup> 19/02/2013, nº 43/09.9TBLGS.E1.S1

<sup>150</sup> 19/11/2013, nº 5165/10.0TBLRA.C1.S1

<sup>151</sup> 1/12/2015, nº 412/12.7TBBRG-A.G1.S1

<sup>152</sup> Em especial relacionadas com a não ratificação da gestão. 13/03/2010, nº 2376/08.2TBLLE.E1.S1

<sup>153</sup> 17/06/2010, nº 158/08.0TBRMZ.E1.S1

<sup>154</sup> 24/02/2011, nº 417/08.2TBCBR.C1.S1

<sup>155</sup> O acórdão indica que esta questão é, além do mais, matéria de facto e que por isso está automaticamente excluída da competência do STJ. 11/10/2012, nº 2596/09.2TBMTS.P1.S1

<sup>156</sup> 13/11/2012, nº 6560/09.3TVLSB.L1.S1; 5/06/2014, nº 1439/10.9TVLSB.L1.S1 e 5/06/2014, nº 689/08.2TBOHP.C1.S1

<sup>157</sup> 21/03/2013, nº 3861/09.4TJCBR.C1.S1

muitos deles relacionados com atividades económicas com exponencial crescimento nos últimos anos.

Começando por um caso no âmbito de um contrato de venda de bens onerados, surge a questão de saber se lhe é aplicável o regime da caducidade do artigo 917º do CC, ou se é aplicável o prazo geral de prescrição do artigo 309º do CC<sup>158</sup>. Questões relacionadas com a definição dos limites de um contrato de seguro desportivo para futebolistas<sup>159</sup> e o conhecimento e análise do contrato de *factoring*<sup>160</sup> são dois exemplos da importância económica destes contratos na sociedade recente e, por essa razão, terão tendência a repetir-se em processos futuros, daí a comprovada relevância jurídica.

As questões atinentes à qualificação e melhor conhecimento dos regimes aplicáveis a um contrato de *swap*<sup>161</sup> são um excelente exemplo de uma realidade completamente nova e cujo regime jurídico era desconhecido. Existe relevância jurídica em torno de novas questões relacionadas com o contrato de bancário, em especial sobre os serviços de “*homebanking*” e todos os riscos e responsabilidades inerentes ao mesmo<sup>162</sup>. A questão de saber se um contrato de financiamento pode ser equiparado a um plano de pagamentos em prestações, para efeitos de aplicação do regime de prescrição<sup>163</sup> é um caso de relevância jurídica pela complexidade suscitada.

Uma questão sobre a melhor forma de qualificar o contrato de instalação de lojista num centro comercial<sup>164</sup> e, por fim, as questões em torno da correta compreensão do preenchimento cumulativo dos requisitos previstos nas alíneas do artigo 33º/1 do DL 178/86 para a atribuição de clientela, no âmbito de um contrato de conceção comercial<sup>165</sup>, são dois exemplos de contratos não previstos no CC e que têm conhecido desenvolvimentos recentes fruto da evolução tecnológica e social.

---

<sup>158</sup> 2/03/2011, nº 16368/09.0T2SNT.L1.S1

<sup>159</sup> 5/06/2012, nº 2598/09.9TBVNG.P1.S1

<sup>160</sup> 21/03/2013, nº 5899/09.2TVLSB.L1.S1 e 12/11/2013, nº 1962/09.8TVPRT.P1.S1

<sup>161</sup> 8/05/2013, nº 1387/11.5TBBCL.G1.S1 e 12/03/2015, nº 1880/10.7TVLSB.L1.S1

<sup>162</sup> 3/10/2013, nº 2747/12.0TJLSB.L1.S1 e 25/10/2013, nº 6479/09.8TBBRG.G1.S1

<sup>163</sup> 23/01/2014, nº 189/12.6TBHRT-A.L1.S1

<sup>164</sup> Os juízes justificaram a relevância jurídica desta questão com a repetição de casos nos tribunais inferiores e por o legislador não ter ainda, autonomamente, legislado sobre a matéria. 13/01/2015, nº 6427/09.5TVLSB.L1.S1 e 17/09/2015, nº 2277/10.4TVLSB.L1.S1

<sup>165</sup> 2/12/2014, nº 2199/11.1TVLSB.L1.S1

Existem outros casos com relevância jurídica mas que dizem respeito a situações relacionadas com regimes mais comuns da esfera geral contratos. Um desses casos é o seguinte: os juízes consideram existir relevância jurídica em torno da questão de saber se *“a resolução infundada de um contrato-promessa equivale a uma recusa de cumprimento e, como tal a um incumprimento definitivo, ou se pelo contrário, tal resolução não configura uma recusa de cumprimento e por isso não destrói o vínculo contratual?”*<sup>166</sup>.

Outro dos casos divide-se em duas questões, a primeira diz respeito a saber se um desequilíbrio atentatório da boa-fé entre as partes é causa para a nulidade de um contrato; a outra questão diz respeito a saber se a insuficiência económica e o desemprego supervenientes à data da formação do contrato podem ser classificadas como fundamentos da resolução contratual por alteração das circunstâncias<sup>167</sup>. Outro exemplo prende-se com uma questão de alteração das circunstâncias e dos riscos próprios de um contrato aquando da avaliação de uma situação de incumprimento contratual, tendo em conta a crise económica que se vivia no ano de 2014 (ano de redação deste acórdão)<sup>168</sup>.

De seguida apresentamos quatro exemplos de contratos de arrendamento que obtiveram concretização positiva por parte da formação específica.

As questões sobre a resolução do contrato de arrendamento por falta de pagamento da renda e o *“complexo”* regime de prazos existentes para o inquilino evitar o despejo (problemáticas discutidas à luz do NRAU)<sup>169</sup> são questões complexas e de difícil resolução. Existe, também, relevância jurídica em descortinar com a máxima precisão o regime de aplicação temporal do NRAU, em especial saber se o novo regime se aplica *“só aos contratos celebrados no âmbito deste, ou se é igualmente aplicável aos contratos anteriores”*<sup>170</sup>.

Outro exemplo está relacionado com um processo executivo onde estava incluído um imóvel que foi objeto de um contrato de arrendamento – *“qual o destino de um contrato de arrendamento celebrado em data posterior à hipoteca, ainda que anterior à penhora, perante a venda judicial do imóvel objeto daquele*

---

<sup>166</sup> 8/05/2013, nº 564/11.3TVLSB.L1.S1

<sup>167</sup> 12/09/2013, nº 1117/10.9TVLSB.L1.S1

<sup>168</sup> 13/02/2014, nº 1167/10.5TBACB-E.C1.S1

<sup>169</sup> 13/09/2011, nº 4468/09.1YYPRT-A.P1.S1

<sup>170</sup> 12/09/2013, nº 7562/09.5TBOER.L2.S1

*contrato?*<sup>171</sup>. Um último exemplo de concretização positiva relacionado com arrendamento, diz respeito a dúvidas sobre a validade formal do regime de longo prazo dos contratos de arrendamento<sup>172</sup>.

Os dois últimos exemplos de relevância jurídica relacionados com contratos que apresentamos dizem respeito ao regime dos pactos de preferência. O primeiro caso suscitou duas questões relevantes: a primeira questão gerou dúvidas em saber como é que se considera satisfeita a exigência de forma escrita num pacto de preferência; a outra questão diz respeito a saber se a alteração do objeto do direito de preferência implica a violação, ou não, dos princípios da confiança, proteção, informação e lealdade inerentes à formação dos contratos<sup>173</sup>. No outro caso relacionado com o pacto de preferência classificou-se como relevante a questão de saber se a eficácia real associada ao pacto é susceptível de onerar para o futuro a posição do promitente-adquirente mesmo quando o preferente não exerceu a preferência<sup>174</sup>.

v. Responsabilidade Civil (pré-contratual, contratual e extracontratual)

Apenas se contabilizam quatro casos em que o STJ considerou não existir relevância jurídica nas questões suscitadas. Um desses casos, por ter uma resolução pacífica e consolidada, diz respeito ao regime geral da determinação da responsabilidade pré-contratual e consequente obrigação de indemnizar<sup>175</sup>. Outra questão sem relevância jurídica por estar, pacificamente, respondida pela jurisprudência é a dúvida sobre se o direito de regresso da seguradora contra o segurado depende, ou não, da prova do nexo de causalidade da condução sob o efeito de álcool e o acidente ocorrido<sup>176</sup>.

Outra questão que também não reveste qualquer complexidade jurídica é a figura da culpa nos acidentes de viação<sup>177</sup>. Outro caso sem relevância jurídica

---

<sup>171</sup> 7/05/2014, nº 351/09.9TVLSB.L1.S1

<sup>172</sup> 19/11/2015, nº 2234/11.3TBFAF.G1.S1

<sup>173</sup> 20/06/2013, nº 6723/09.1TVLSB.L1.S1

<sup>174</sup> 13/11/2014, nº 1847/08.5TVLSB.L1.S1

<sup>175</sup> 14/04/2011, nº 3419/08.5TVLSB.L1.S1

<sup>176</sup> Os juízes deram o exemplo do Acórdão de Uniformização nº 6/2002 de 28/07 onde esta questão já estava respondida. 2/03/2012, nº 1489/09.4TBVIS.C1.S1

<sup>177</sup> 15/05/2014, nº 3104/11.0TBBCL.L1.S1



encontra-se na questão de saber “a quem incumbe o ónus de provar, no caso responsabilidade civil por acidente de viação, quem conduzia o veículo no momento do acidente”<sup>178</sup>. Um último exemplo de irrelevância jurídica é o de saber se o ónus de prova, nos casos de responsabilidade civil por ato médico praticado por especialista, deve ou não ser invertido no que se refere à prova da ilicitude e do nexo de causalidade<sup>179</sup>.

Todos os casos apresentados de seguida dizem respeito a acórdãos em que a formação de juízes considerou existir relevância jurídica.

A questão de saber em que circunstância se deve considerar ilidida a presunção de culpa de um causador de danos provocados no exercício de uma atividade perigosa é complexa<sup>180</sup>. Por ser inovadora e controversa, reveste relevância jurídica a questão de saber qual a correta repartição do ónus da prova, no âmbito da responsabilidade extracontratual de instituição bancária numa situação de falta de pagamento visto que a conta do sacador não tinha dinheiro suficiente para o suportar<sup>181</sup>. Existe, também, relevância jurídica na responsabilização do Estado por ações ou omissões praticas pelos seus órgãos que violem direitos absolutos dos cidadãos<sup>182</sup>.

As questões relacionadas com a indemnização por perda de *chance* (pressupostos e limites) foram classificadas como casos de relevância de relevância jurídica<sup>183</sup>. Tem, também, relevância jurídica a concretização da responsabilidade civil das empresas fornecedoras de serviços de internet dada a novidade e quantidade de casos que se multiplicam nos tribunais portugueses<sup>184</sup>.

A questão sobre a titularidade do direito indemnizatório decorrente da perda do direito à vida, saber se é adquirido diretamente pelas pessoas elencadas no artigo 496º/2 do CC, ou se essa titularidade cabe primeiramente ao falecido e só depois a tais pessoas “é uma questão amplamente discutida na doutrina e jurisprudência” mas como não se encontrou uma resposta definitiva, o STJ considerou existir relevância jurídica na discussão e aceitou o recurso<sup>185</sup>.

---

<sup>178</sup> 5/03/2013, nº 471/09.0TBPNF.P1.S1

<sup>179</sup> 5/03/2013, nº 330/09.6TBPTL.G1.S1

<sup>180</sup> 20/03/2012, nº 498/08.9TBSTS.P1.S1

<sup>181</sup> 14/02/2013, nº 1122/10.5TVLSB.L1.S1

<sup>182</sup> 20/03/2014, nº 1668/12.0TVLSB.L1.S1

<sup>183</sup> 5/06/2014, nº 739/09.5TVLSB.L2-A.S1 e 27/10/2015, nº 2368/13.0T2AVR.P1.S1

<sup>184</sup> 19/11/2015, nº 1086/10.5TVPRT.L1.S1

<sup>185</sup> 11/02/2015, nº 1380/13.3T2AVR.C1.S1

Por último evidenciamos um caso em que a formação específica considerou existir relevância jurídica pelas dificuldades exegéticas suscitadas na questão sobre a *“melhor concretização a fazer do dever de informação que recai sobre o médico e que condiciona o consentimento informado do paciente”*<sup>186</sup>.

vi. Direito das Coisas

Contabilizam-se seis acórdãos que ao aplicar o conceito de relevância jurídica, decidiram-se pela concretização negativa.

Dois deles dizem respeito ao instituto da servidão onde o STJ considerou, em ambos, que não existiam dificuldades interpretativas visto que a complexidade das questões era reduzida. A primeira situação prende-se com a questão de saber se uma servidão legal de passagem para fins de exercício do direito de preferência na alienação de um prédio abrange, ou não, as servidões constituídas por qualquer tipo, sendo que neste caso específico foi colocado o foco em saber se a constituição por usucapião, mesmo sem sentença judicial, estaria abrangida pela servidão legal de passagem referida acima<sup>187</sup>. O outro acórdão relacionado com servidões diz respeito a saber se *“uma abertura existente num muro que delimita dois prédios confinantes”*, sem mais nenhum elemento, constitui, ou não, sinal suficiente da existência de um direito de servidão de passagem em benefício de um deles sobre o outro<sup>188</sup>.

Dois acórdãos consideraram não existir qualquer relevância jurídica na análise de um direito de propriedade específico, por considerar que este instituto acarreta *“sempre particularidades concretas que acarretam a irrelevância jurídica”*<sup>189</sup>.

Por último, questões relacionadas com a usucapião e posse, especificamente a análise e interpretação das regras legais correspondentes, *“não têm qualquer relevância jurídica por estarem amplamente tratadas, quer pela jurisprudência, quer pela doutrina”*<sup>190</sup>.

Contabiliza-se um caso sem relevância jurídica e relacionado com a propriedade horizontal. Referimo-nos a um acórdão de 2012 onde as questões

---

<sup>186</sup> 19/03/2015, nº 1752/13.3TBPDL.L1.S1

<sup>187</sup> 5/07/2012, nº 991/08.3TBVVD.G1.S1

<sup>188</sup> 21/11/2013, nº 2482/08.3TBAGD.C1.S1

<sup>189</sup> 10/07/2012, nº 2132/09.0TBCTB.C1.S1 e 13/09/2012, nº 607/09.0TVLSB.L1.S1

<sup>190</sup> 30/09/2014, nº 433/09.7TBSLV.E1.S1

colocadas foram a de saber se o título constitutivo da propriedade horizontal pode “*apenas ser alterado por vontade unânime dos condôminos ou se é necessária sentença judicial, e se as partes comuns podem ser alvo de usucapião*”<sup>191</sup>. Ambas as questões foram classificadas como simples e como tal não têm relevância jurídica

Passamos, agora, para as situações em que a formação considerou existir relevância jurídica.

Neste primeiro caso colocam-se duas questões diferentes, ambas com relevância jurídica: a primeira diz respeito à distinção entre acessão industrial imobiliária e o regime das benfeitorias, dizendo a formação que “*encontrar a distinção já deu origem a decisões divergentes*”; na segunda questão pretende saber-se se a transformação de um terreno rústico num campo de futebol corresponde a transformar um prédio rústico em urbano”<sup>192</sup>.

Restam, ainda, dois exemplos de relevância jurídica relacionados com a propriedade horizontal. A interpretação do artigo 1432º/4 do CC “*sobre a marcação de nova reunião da assembleia de condôminos*” suscita dúvidas e como tal reveste relevância<sup>193</sup>. O outro caso diz respeito a “*enormes dúvidas que têm surgido*” sobre o início do prazo de caducidade do direito à reparação de defeitos nas partes comuns de prédio constituído em propriedade horizontal<sup>194</sup>.

#### vii. Direito da família

Nesta subsecção iremos elencar exemplos da aplicação jurisprudencial do conceito de relevância jurídica que se debruçaram sobre temas como o casamento e os seus diferentes regimes de bens, a filiação, relações de união de facto, entre outros.

Começamos pelos casos de concretização negativa.

As questões atinentes à presunção de paternidade quando o filho tenha sido tratado como tal pelo pretenso pai e tal relação de parentesco seja reputada pelo público (artigo 1871º/1-a do CC) e ao prazo de caducidade da ação de

---

<sup>191</sup> 5/06/2012, nº 1345/10.7TVLSB.L1.S1

<sup>192</sup> 29/03/2012, nº 1696/08.0TBFAR.E1.S2

<sup>193</sup> 27/01/2015, nº 741/09.7YXLSB.S1

<sup>194</sup> 27/10/2015, nº 721/12.5TCFUN.L1.S1

investigação de paternidade baseada na presunção anteriormente referida, “são questões tratadas pela jurisprudência e por isso não têm relevância jurídica”<sup>195</sup>.

Outros dois exemplos de irrelevância jurídica estão relacionados com a união de facto. Um deles foi considerado irrelevante em termos jurídicos por não existir complexidade na compreensão do regime legal das situações de união de facto mantidas na constância de matrimónio não dissolvido<sup>196</sup>. O outro exemplo está relacionado com dúvidas em torno de saber que elementos são necessários preencher para se considerar uma relação de pessoas do mesmo sexo como sendo uma união de facto<sup>197</sup>.

Outro exemplo muito elucidativo da exigência de excecionalidade que este recurso de revista apresenta é o caso em que os juízes decidiram que a simples relação entre a tutela do cônjuge sobrevivente com a tutela de direitos, liberdades e garantias não justifica, sem mais, a relevância jurídica. Teriam que, por exemplo, ser enumerados outros fatores relacionados com a tutela do cônjuge que pudessem revelar complexidade ou novidade<sup>198</sup>.

O último caso de concretização negativa em relação à relevância jurídica está relacionado com a seguinte questão colocada no recurso: “*para a manutenção da obrigação de alimentos de um pai a um filho maior é exigível ao filho que instaure uma ação autónoma para o efeito, ou basta-lhe apresentar essa pretensão como exceção perentória em sede de oposição ao pedido de cessação da obrigação em causa?*”<sup>199</sup>.

Seguimos para as situações em que a formação considerou existir relevância jurídica.

Estando em causa um casamento entre um cidadão português e outro estrangeiro, a possível anulação desse casamento, com fundamento em impedimento dirimente, suscita problemas de interpretação visto que será

---

<sup>195</sup> 31/05/2012, nº 503/08.9TBSEI.C1-A.S1

<sup>196</sup> A parte recorrente apresenta razões de discordância face às regras legais e, tal como já estudámos, esse argumento não permite a classificação da questão recorrida como relevante em termos jurídicos. 25/10/2012, nº 1552/11.5TBOAZ.P1.S1

<sup>197</sup> Os juízes consideraram que esta questão “*não tinha capacidade de generalização*” visto ser demasiado concreta e direcionada a uma relação em específico e daí a inexistência de relevância jurídica. 12/09/2013, nº 960/11. 6TJPRT.P1.S1

<sup>198</sup> 29/01/2014, nº 9352/08.3TBOER.L1.S1

<sup>199</sup> 12/12/2013, nº 442-E/2000.P1.S1

necessário integrar vários regimes normativos diferentes (CC, Lei da Nacionalidade, normas de regulação de aplicação da lei no espaço).<sup>200</sup>

A situação relacionada com o regime de prestações sociais por morte no caso de uma união de facto mereceu três decisões favoráveis em relação à relevância jurídica visto que a Lei 23/2010 alterou esse regime e as suas soluções, sendo novas, necessitavam de concretização por parte da jurisprudência<sup>201</sup>. Ainda relacionada com a união de facto mas, agora, especificamente, dirigida aos elementos constitutivos dos direitos atribuídos a esta forma de relação familiar, as soluções presentes na Lei 7/2001 revestem relevância jurídica no ponto específico que se prende com a exata determinação da válida constituição de uma união de facto<sup>202</sup>.

Relacionadas com a paternidade, temos duas situações para explicitar. Um desses casos de relevância jurídica justifica-se pelo carácter inovador da questão e diz respeito a saber quais são as consequências da falta reiterada, ou recusa de realizar um teste de ADN, por parte de uma pessoa investigada numa ação de investigação de paternidade<sup>203</sup>. A outra situação, classificada como “*nova e que justifica o recurso*”, é a que diz respeito à determinação dos efeitos pessoais (excluindo-se os patrimoniais) do reconhecimento da paternidade<sup>204</sup>.

A questão atinente ao prazo de caducidade de instauração da ação de investigação da maternidade, prevista na Lei 14/2009, “*tem sido alvo de decisões divergentes por parte do STJ*” e por isso justificou a relevância jurídica em duas ocasiões<sup>205</sup>.

A questão sobre a “*densificação do conceito de casa de morada de família*”, presente no artigo 4º da Lei 7/2001 e no artigo 1105º do CC, apresenta relevância jurídica pela complexidade e pelas dificuldades exegéticas levantadas pelo estudo em causa<sup>206</sup>.

Foi classificada como relevante em termos jurídicos, pela dificuldades interpretativas que suscita, a questão em torno de saber se a pensão de reforma

---

<sup>200</sup> 2/02/2010, nº 3401/08.2TBCACS.L1.S1

<sup>201</sup> 20/01/2011, nº 1038/08.5TBAVR.C2.S1; 29/11/2011, nº 254/10.4TBAVV.L1.S1 e 24/05/2012, nº 539/09.2TBENT.L1.S1

<sup>202</sup> 22/01/2013, nº 1185/09.6TVLSB.L1.S1 e 4/07/2013, nº 444/09.2TCFUN.L1.S1

<sup>203</sup> 30/04/2013, nº 1081/10.4TVLSB.L1.S1

<sup>204</sup> 26/09/2013, nº 905/08.0TBALB.P1.S1

<sup>205</sup> 3/10/2013, nº 155/12.1TBVLC-A.P1.S1 e 13/11/2014, nº 1847/08.5TVLSB.L1.S1

<sup>206</sup> 29/01/2014, nº 1360/11.3T2AMD.L1-A.S1

por invalidez atribuída a uma pessoa antes de casar, integra, ou não, o conceito de “produto do trabalho” (artigo 1724º do CC) para efeitos de ser considerado bem comum do casal, ou se pelo contrário, é um bem próprio e, por isso, incomunicável<sup>207</sup>.

Por último, indicamos uma caso em que, no âmbito de um procedimento de fixação de alimentos a filhos menores, o artigo 19º do DL 272/2001 estatui a aplicação supletiva do CPC a esse procedimento. Para o caso do acórdão em análise, importava notar que, dada essa aplicação supletiva, todos os prazos inerentes ao procedimento se suspendem nas férias judiciais (como indica o artigo 138º do CPC2013), mas a decisão recorrida aplicou o artigo 228º do CRCiv e por isso a relevância jurídica justificou-se com a necessidade de harmonizar a solução para o caso, procurando a solução correta com vista “à *melhor aplicação do Direito*”<sup>208</sup>.

#### viii. Insolvência

Apenas se regista um caso em que o STJ considerou não existir relevância jurídica. Aconteceu na questão de saber se a alienação de bens efetuada à filha, (bens, esses, adquiridos antes do exercício da atividade comercial que levou os pais à insolvência) “*pode, ou não, ser objeto de resolução em benefício da massa insolvente?*”<sup>209</sup>. Os juízes classificaram este problema como simples e que não acarretava nenhuma dúvida especialmente complexa.

Para os casos de concretização positiva, registam-se quatro exemplares.

No quadro de uma empresa que se torna insolvente, reveste relevância jurídica saber de que forma estão protegidos os créditos dos ex-trabalhadores dessa empresa insolvente – se por privilégio imobiliário especial, se por outro<sup>210</sup>. A definição do regime jurídico sobre a exoneração do passivo restante “*tem suscitado decisões divergentes*” e por isso justifica-se a relevância jurídica<sup>211</sup>.

---

<sup>207</sup> 5/06/2014, nº 800/12.9TBCBR.C1.S1

<sup>208</sup> 24/02/2011, nº 2563/09.6TMPRT.P1.S1

<sup>209</sup> 1/02/2013, nº 3476/10.4TBFAR-C.E1.S1

<sup>210</sup> 22/03/2011, nº 1164/08.0TBEVR-D.E1.S1

<sup>211</sup> 6/12/2011, nº 2010/10.0TBMTA-C.L1.S1

Existe relevância jurídica, devido ao difícil estudo, na questão de saber se a declaração de insolvência determina, por si, o vencimento imediato dos direitos de crédito do insolvente<sup>212</sup>.

Reveste relevância jurídica, quer pela novidade da questão, quer pela complexidade exegética inerente, saber qual a correta interpretação a fazer dos artigos 47º/1, 51º/1-f) e 109º/3 do CIRE, de forma a saber-se se as rendas vencidas desde a data de declaração de insolvência até à denúncia do contrato de arrendamento pelo administrador de insolvência constituem dívidas da massa, ou se constituem um crédito sobre o insolvente<sup>213</sup>.

#### ix. Societário

Dentro do âmbito societário contabilizam-se quatro casos em que se decidiu não existir relevância jurídica nas questões suscitadas.

As questões em torno dos deveres dos sócios que são gerentes e os respetivos regimes de responsabilidades perante outros sócios e/ou perante a sociedade, são “*questões amplamente estudadas e que não revestem qualquer relevância*”<sup>214</sup>. A questão de saber se é válida uma citação de pessoa coletiva, realizada na sede desta e feita na pessoa de um *free-lancer* que não está sujeito ao poder disciplinar da sociedade foi classificada pela formação como “*uma questão puramente processual*” e daí decorre a irrelevância jurídica<sup>215</sup>. A questão do ónus de prova quanto às ressalvas previstas no número 3 do artigo 6º do CSC, sobre a capacidade das sociedades comerciais, “*apesar de suscitar algum debate*”, não apresenta complexidade justificativa da conceção do recurso<sup>216</sup>. O último caso em que não existe relevância jurídica diz respeito à interpretação das normas que regulam o ato de citação e legitimidade para a ação social (artigo 77º do CSC)<sup>217</sup>.

De seguida faremos referência aos casos em que existiu relevância jurídica.

---

<sup>212</sup> Está em causa a ponderação dos artigos 779º, 780º/1, 781º e 934º do CC e do artigo 91º do CIRE. 29/03/2012, nº 3345/08.8TBGMR-G.G1.S1

<sup>213</sup> 11/10/2013, nº 208/10.0TBVD-AX.L1.S1

<sup>214</sup> 25/10/2011, nº 2183/09.5TVPRT.P1.S1

<sup>215</sup> Do ponto de vista do interesse de estudo dogmático/doutrinal parece ser uma questão bastante interessante. 2/11/2012, nº 50/09.1TBVPA-A.P1.S1

<sup>216</sup> 20/02/2014, nº 4512/08.0TBST.S.P2.S1

<sup>217</sup> 13/11/2014, nº 2086/09.3TBLRA

Existe relevância jurídica, baseada na necessidade de estabilizar um entendimento comum, na questão sobre os limites da intangibilidade do capital social (artigo 32º do CSC)<sup>218</sup>. As normas dos artigos 405º do CCom e 1185º e 1187º do CC que se aplicam à prescrição de títulos e juros de dívida pública, “*são também aplicáveis aos bancos e aos depositários dos mesmos?*” – o STJ considerou que existia relevância jurídica nesta questão<sup>219</sup>. A última questão com relevância social no âmbito societário diz respeito a saber a quem pertence o ónus de provar o interesse da sociedade no ato de prestação de garantias, nos termos do artigo 6º/3 do CSC<sup>220</sup>.

x. Direito Internacional

Todos os casos elencados de seguida revestem relevância jurídica, tal como parece ser uma regra genérica elencada pela formação no acórdão de 9/07/2014<sup>221</sup>.

A interpretação e aplicação de lei estrangeira aplicável num conflito de direito internacional privado é algo complexo por si. No caso em discussão, era a Lei Espanhola que estava em causa e devido à convivência geográfica é de prever a repetição deste problema no futuro, como tal a relevância jurídica justifica-se<sup>222</sup>. Outro caso diz respeito a saber quais são os limites de utilização e fiscalização pública de videogramas e fenogramas. Para tal é necessário interpretar-se, conjuntamente, normas do Código dos direitos de autor e dos direitos conexos e diversos instrumentos de Direito Internacional – tal interpretação conjugada reveste-se de relevância jurídica<sup>223</sup>.

Questões respeitantes à validade e à delimitação dos pressupostos e finalidades dos mandados de detenção europeus, em que Portugal seja o Estado emissor, em especial questões sobre eventual responsabilidade extracontratual

---

<sup>218</sup> 17/02/2011, nº 1179/08.9TBSTC.E1.S1

<sup>219</sup> 8/05/2013, nº 232/09.6TVPRT.L1.S1

<sup>220</sup> Não confundir com o caso referido anteriormente, onde foi decidida a não relevância jurídica de uma questão também sobre ónus de prova mas sobre as exceções referidas neste mesmo artigo. A questão agora referida diz respeito ao ónus de prova para a regra geral sobre o interesse da sociedade. 29/09/2015, nº 215/13.1TVLSB.L1.S1

<sup>221</sup> Acórdão nº 693/10.0TVPRT.C1.P1.S1. “*Estando em causa a interpretação de normas de direito estrangeiro, tal envolve, naturalmente, maior complexidade e exige particular estudo*”.

<sup>222</sup> 31/01/2012, nº 2357/08.6TVLSB.L2.S2

<sup>223</sup> 7/03/2012, nº 1799/10.0TBABF.E1.S1



do Estado por emissão indevida, são questões muito relevantes e complexas pela novidade e por convocarem princípios de Direito da União Europeia que oferecem dificuldades ao estudo<sup>224</sup>. Existe relevância jurídica na interpretação do artigo 25º-A/1 da Convenção de Varsóvia a fim de apurar se determinado prejuízo derivado da destruição, avaria ou perda de mercadorias a transportar resultou da atuação de agente da transportadora aérea internacional<sup>225</sup>.

xi. Temas diversos<sup>226</sup>

A dogmática do aval cambiário relacionada com o pacto de preenchimento de uma livrança é uma questão que está muito discutida pela jurisprudência e já não coloca quaisquer dúvidas e por isso não tem relevância jurídica<sup>227</sup>. A questão de saber entre duas vendas qual deve prevalecer: se a celebrada em primeiro lugar mas não registada, se a segunda que foi registada, é uma questão amplamente discutida pela doutrina e pela jurisprudência<sup>228</sup>.

Sobre direitos do consumidor temos três exemplos para evidenciar e todos têm relevância jurídica. Em relação ao direito de informação sobre o capital garantido “*offshore*” de um produto financeiro, a questão em discussão diz respeito a saber se essa garantia deve ser dada pela entidade emitente, ou se também deve ser dada pelo intermediário financeiro<sup>229</sup>. Existe relevância jurídica em saber se a comercialização de um produto financeiro com capital garantido impõe ao banco, ou também ao intermediário financeiro, o dever de informar o cliente sobre as regras que regulam esta aplicação financeira, bem como da evolução que o valor da aplicação vai tendo<sup>230</sup>. O último caso sobre os direitos do consumidor que importa referenciar diz respeito à definição e caracterização desses direitos especialmente consagrados no DL 67/2003 que transpõe a Diretiva 1999/44/CE<sup>231</sup>.

---

<sup>224</sup> 29/03/2012, nº 962/09.2TBABF.E1.S1

<sup>225</sup> 9/01/2014, nº 5808/09.0TVSB-L1.S1

<sup>226</sup> Esta subsecção diz respeito a questões cujos temas não estão incluídos em nenhuma das anteriores subsecções e/ou dizem respeito a questões isoladas que apenas foram apreciadas por uma ocasião.

<sup>227</sup> 24/02/2011, nº 823/08.2TBSTC-A.E1.S1

<sup>228</sup> 12/01/2012, nº 254/10.4TBVV.L1.S1

<sup>229</sup> 29/05/2012, nº 89/10.4TVPR.T.P1.S1

<sup>230</sup> 14/06/2013, nº 789/10. TBVRL.P1.S1

<sup>231</sup> 11/02/2015, nº 1725/12.3TBVRG.G1

A noção de terceiro para efeitos de registo é uma discussão alvo de inúmera produção jurisprudencial e doutrinal mas, na opinião da formação de juízes do STJ, ainda não está totalmente estabilizada e por essa razão é necessária a sua avaliação no âmbito da revista excecional e foi-lhe atribuída a relevância jurídica que permite o recurso<sup>232</sup>.

A questão que se prende com o conhecimento das regras da concorrência entre empresas reveste-se de relevância jurídica por resultar do estudo conjugado de normas nacionais e europeias<sup>233</sup>.

A questão sobre a definição e correta interpretação da dominialidade pública e dos caminhos públicos reveste-se de relevância jurídica pela importância que tem para a melhor aplicação do Direito, em especial na diferenciação entre o domínio público e o privado<sup>234</sup>.

Por último, a questão de saber se a classificação de um acidente como sendo de serviço e correspondente fixação de incapacidade parcial permanente são, ou não, atos vinculativos para o futuro – vejam-se os artigos 7º/7 e 38º/1 do DL 503/99 – é uma questão com relevância jurídica pela complexidade exegética que apresenta<sup>235</sup>.

## **2. Interesses de particular relevância social**

### **a) Definições genéricas**

Este requisito baseia-se, mais uma vez, num conceito indeterminado cuja concretização dependerá da análise dos factos presentes no acórdão recorrido. Encontrar acórdãos da Relação que versem sobre questões de particular

---

<sup>232</sup> 5/06/2012, nº 786/07.1TJVNFB.P1.S1

<sup>233</sup> 13/11/2012, nº 3371/08.7TVLSB.L1.S1

<sup>234</sup> 15/05/2014, nº 1052/04.TBLRA.C1.S1; 24/09/2014, nº 742-10.2TBSJM.P1.S1 e 24/02/2015, nº 324/12.4TBFAF.G1.S1

<sup>235</sup> 13/10/2015, nº 1957/12.4TVLSB.L1.S1

relevância social é algo bem mais difícil do que encontrar aqueles que contenham questões de relevância jurídica<sup>236</sup>.

Definir as questões que versam sobre interesses de relevância social<sup>237</sup> remete, na maioria dos casos, para situações que interessem a um elevado número de pessoas (vasta comunidade) e que “*se relacionem com valores socioeconómicos de relevo e que extravasem os limites do caso concreto*”. O carácter excecional deste recurso implica que a mera presença de um interesse social no litígio (por exemplo questões familiares, de habitação ou de consumo) não implica, automaticamente, a integração de tal questão no conceito de relevância social, dado que a interpretação feita pelos juízes da formação específica deve ser, tendencialmente, restritiva.

Uma questão terá relevância social<sup>238</sup> quando a discussão remeta para “*implicações políticas ou sociais que coloquem em causa a eficácia do Direito ou a confiança dos cidadãos nas instituições*”. Com a inclusão deste requisito tão geral e abstrato o legislador quis incluir no recurso de revista excecional aquelas situações em que as questões suscitadas digam respeito a valores e setores sociais de relevo e que merecem tutela do Supremo devido à sua importância, independentemente da valia e pertinência jurídica das mesmas questões para o labor do STJ.

Este conceito tem sido concretizado de modo a aceitar questões cuja análise seja preponderante de modo a evitar situações de “*alarme social ou controvérsia generalizada*”.

---

<sup>236</sup> António Abrantes Geraldès, RECURSOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 2014, p. 319.

<sup>237</sup> Vejam-se os contributos de: António Alves Velho, SOBRE A REVISTA EXCECIONAL. ASPETOS PRÁTICOS, 2015, pp. 3 e 4 disponível em: [http://www.stj.pt/ficheiros/coloquios/coloquios\\_STJ/CPC2015/painel\\_3\\_recursos\\_AlvesVelho.pdf](http://www.stj.pt/ficheiros/coloquios/coloquios_STJ/CPC2015/painel_3_recursos_AlvesVelho.pdf); Elizabeth Fernandez, “REVISITANDO O RECURSO DE REVISTA EXCECIONAL: DESTA VEZ, O PREVISTO NO ARTIGO 721º-A DO CPC”, in Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Heinrich Ewald Hörster, 2012, pp. 235-238; J. O. Cardona Ferreira, GUIA DE RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, 2014, pp. 216-219; António Abrantes Geraldès, RECURSOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 2014, pp. 319-324.

<sup>238</sup> A título exemplificativo (já que as ideias adiantadas pela jurisprudência se repetem em vários acórdãos) indicamos quatro acórdãos da formação que ilustram as várias definições possíveis para o conceito de interesses com relevância social: 13/07/2012, nº 2775/11.2TBLLE.E1.S1; 19/06/2012, nº 51/09.0TBMDE.P1.S1; 23/04/2013, nº 127/08.0TBFIG.C1.S1; 11/02/2015, nº 1688/10.0TBMCN.P1. Sumários disponíveis em [www.stj.pt](http://www.stj.pt).

## b) Aplicação jurisprudencial

Desde 2009 a 2015 contabilizam-se 171 acórdãos que concretizaram o conceito de “*interesses com relevância social*”. Desse total, 86 dizem respeito a casos em que foi decidido não existir relevância social e 85 é número de casos aos quais foi atribuída relevância social.

Tal como fizemos na análise do requisito anterior, faremos uma divisão das decisões por temas tendo em conta o número de acórdãos existentes para cada um deles e as questões essenciais que são alvo do recurso de revista excecional.

Os juízes da formação específica, à semelhança do que realçámos anteriormente para a relevância jurídica, utilizam variados argumentos para justificar as suas decisões sobre a aplicação dos requisitos do recurso aos factos.

Para justificar os casos de irrelevância social o argumento, esmagadoramente, usado pelo STJ foi o de considerar que “*a questão apenas diz respeito aos interesses das partes e não implica a discussão de valores inquietantes para a comunidade*”.

Para as situações de concretização positiva, os juízes consideraram que existe relevância social quando a questão analisada:

- 1) Tem um impacto social significativo por acontecer frequentemente;
- 2) Se relaciona com um conjunto alargado de pessoas;
- 3) Consegue repetir-se em casos futuros (expansão da controvérsia);
- 4) Cria inquietações políticas ou sociais;
- 5) Faz duvidar da boa aplicação e credibilidade do Direito, ou das instituições.

### i. Questões processuais

Contabilizam-se seis acórdãos onde os juízes consideraram não existir relevância social.

Dois desses casos dizem respeito a ações de reivindicação onde se procurava a condenação do utilizador (por arrendamento) de uma fração autónoma à entrega da mesma. Ambos os casos dizem respeito a arrendatários condenados que eram idosos e com carências económicas – só por si estes

casos não têm relevância social já que têm um carácter muito específico e não têm capacidade de expansão para a comunidade<sup>239</sup>.

O intentar de uma ação inibitória coletiva e todas as questões relacionadas, não basta para preencher o relevo social necessário, já que, no entendimento do STJ, o artigo 150º do CPTA não previu este tipo de ações mesmo estando em discussão interesses de ordem pública e, como tal, os juízes decidiram seguir o mesmo entendimento e negar, igualmente, o recurso<sup>240</sup>.

A simples questão processual de saber se a instância deve ser suspensa por virtude de existência de uma causa prejudicial de natureza criminal não reveste qualquer relevo social<sup>241</sup>. Na mesma linha de argumentação, a questão do apuramento da matéria de facto “*apenas diz respeito ao interesse das partes*” e por isso não tem relevância social por não afetar a comunidade<sup>242</sup>.

A última questão processual sem relevância social diz respeito a saber se o título dado à execução, “*seja em concreto, seja em abstrato*”, tem ou não força executiva – esta questão não tem relevância social por ser meramente processual e não colidir com quaisquer interesses sociais<sup>243</sup>.

Falemos, agora, dos casos processuais em que o STJ considerou existir relevância social.

O acórdão onde estava em questão saber se houve, ou não, uma violação dos direitos de defesa relacionada com a interrupção atendível do prazo para contestar determinada pelo pedido de nomeação de patrono – a formação considerou que esta situação tinha características que permitem a expansão da controvérsia e seria de esperar a repetição em casos futuros, daí que tenha considerado existir relevância social<sup>244</sup>.

Dentro do entendimento seguido no acórdão anteriormente referido, o caso em que se pretendia saber o exato sentido do artigo 4º da Lei 24/2004 de modo a saber sobre quem recai a obrigação de junção aos autos do comprovativo de apresentação de requerimento do pedido de patrocínio judiciário, está em causa uma questão sobre direitos de defesa (patrocínio judiciário) e isso reveste-se de

---

<sup>239</sup> 9/03/2010, nº 736/08.8TBPFR.P1.S1 e 21/03/2013, nº 4412/10.3TBCSC-L1-S1

<sup>240</sup> 2/06/2011, nº 851/09.0TJLSB.L1.S1

<sup>241</sup> 11/10/2012, nº 2596/09.2TBMTS.P1.S1

<sup>242</sup> 18/06/2013, nº 71/08.1TBSAT.C1.S1

<sup>243</sup> 5/06/2014, nº 2323/13.0TBVNG.P1.S1

<sup>244</sup> 14/10/2010, nº 3959/09.9TBOER.L1.S1

características que abrangem e podem influenciar os direitos de muitas pessoas<sup>245</sup>.

Outra questão que foi considerada como relevante em termos sociais diz respeito ao apuramento da validade, eficácia e aplicabilidade de cláusulas relacionadas com a composição de um tribunal arbitral, no momento de feitura do acordo arbitral. Estava em causa, especificamente, conhecer tais cláusulas porque o requerente invocara que os elementos que poderiam fazer parte do tribunal “*não ofereciam todas as garantias de imparcialidade e independência*” e, nas palavras dos juízes do STJ, o processo arbitral reveste-se de relevância social nesta questão porque não está sobre o escrutínio dos tribunais e deve acautelar-se problemas semelhantes no futuro<sup>246</sup>.

Por último, um acórdão de 2014 considerou que as ações inibitórias que digam respeito à validade de cláusulas contratuais gerais têm relevância social já que abordam um tema amplamente utilizado em contratos de consumo e de compra e venda que toda a comunidade utiliza no seu dia-a-dia<sup>247</sup>.

## ii. Relações jurídicas<sup>248</sup>

Existe apenas um caso referente a este tema em que a formação de juízes se decidiu pela inexistência de relevância social. A questão em análise pretendia saber de que forma o valor probatório de certos documentos, quando conjugados com outros elementos de prova, poderão, ou não, influenciar a convicção do julgador – esta questão não tem relevância social já que é circunscrita ao caso concreto e não mexe com valores sociais dominantes<sup>249</sup>.

Os casos onde o STJ considerou existir relevância social resumem-se em dois assuntos: direitos de personalidade e simulação de negócio por pessoa interdita.

Começando pelo caso da simulação, a formação de juízes considerou que “*saber se ocorre, ou não, simulação de uma escritura, quando foi declarado o*

---

<sup>245</sup> 24/04/2012, nº 1588/09.6TBVNG-A.P1.S1

<sup>246</sup> 16/03/2011, nº 170751/08.7YIPRT.L1.S1

<sup>247</sup> 16/09/2014, nº 2477/10.7YXLSB.L1.S1

<sup>248</sup> O tema das relações jurídicas, à imagem do que fizemos no capítulo anterior, engloba os casos que dizem respeito ao negócio jurídico, às provas e aos direitos de personalidade.

<sup>249</sup> 6/12/2011, nº 539/09.2TVLSB.L1.S1

*recebimento de um preço por uma pessoa interditada para reger a sua pessoa e bens, que intervinha na escritura como vendedora*<sup>250</sup>, é uma questão com relevância social pela capacidade de repetição futura e por todas as implicações comunitárias que casos idênticos podem ter no regular tráfego jurídico e na confiança das pessoas nos atos registrais realizados regularmente.

A contraposição entre o direito/liberdade de informar e o direito à honra e reputação reveste-se de relevância social pelas dificuldades ético-políticas que coloca a análise da questão<sup>251</sup>. O direito de conhecer os seus familiares (*“saber a verdade acerca da sua filiação”*) é um direito com consagração constitucional e implica questões sociais estruturantes e por isso tem toda a lógica analisar-se o recurso e atribuir-lhe relevância social<sup>252</sup>. No âmbito de uma ação de investigação de paternidade, a questão que diz respeito à tensão entre o direito fundamental à identidade pessoal e o direito de reserva da vida privada e familiar é uma questão com relevância social<sup>253</sup>. Por último, considerou-se existir relevância social na questão de saber se existe, ou não, inconstitucionalidade nas normas dos números 1 e 3 do artigo 1817º do CC sobre o prazo para a proposição da ação de investigação da maternidade<sup>254</sup>.

### iii. Contratos

Contabilizam-se sete acórdãos onde as questões em análise foram decididas pela não existência de relevância social.

Relacionados com arrendamento encontramos três. Dois deles colocam a questão de saber se, no âmbito de uma ação de reivindicação onde o arrendatário é condenado a entregar a fração onde reside *“há muitos anos em economia comum com a sua parceira”*, por se tratar de uma pessoa idosa e que reside na fração há décadas, serão características que justificam a relevância social? – a formação específica respondeu que a questão é demasiado concreta e que não

---

<sup>250</sup> 7/02/2013, nº 1556/08.5TBVRL.P1.S1

<sup>251</sup> 7/05/2014, nº 941/09.0TVLSB.L1.S1

<sup>252</sup> 18/12/2012, nº 1791708.5TBVRL.P1.S1 e 2/12/2014, nº 1261/12.8TVSTS.P1.S1

<sup>253</sup> No âmbito de investigação da paternidade, estava em causa saber se possíveis investigados ou familiares de investigados podem não colaborar ou não partilhar dados privados, mesmo que isso impeça a pessoa que procura o pai de o conseguir encontrar. 4/07/2013, nº 5779/11.1TBVNG.P1.S1

<sup>254</sup> 12/03/2015, nº 2615/11.2TBBCL.G2.S1

foram juntos outros factos que pudessem provar a influência comunitária do caso<sup>255</sup>. O terceiro caso relacionado com o arrendamento levanta a simples questão de se aferir da existência de um contrato de arrendamento – a formação de juízes decidiu que não existe relevância social, mesmo que esse arrendamento seja local de habitação, já que a conexão com questões constitucionais não justifica, por si, a relevância<sup>256</sup>.

Questões atinentes à oponibilidade do contrato de comodato a terceiros não revestem relevância social<sup>257</sup>. A questão relacionada com a “*simples e linear*” interpretação do contrato de seguro não justifica, por si só, a relevância social já que não se prevê a criação de alarme social por não se analisar essa questão<sup>258</sup>. A determinação das consequências da falta de informação, por parte da seguradora, em relação às cláusulas contratuais gerais do contrato de seguro, é algo sem relevância social no entendimento dos juízes por ser demasiado específica em relação “*à determinação das consequências*”, algo que por si não mexe com valores sociais relevantes ou estruturantes<sup>259</sup>. O último caso sem relevância jurídica diz respeito à análise da ação destinada a efetivar a responsabilidade contratual num contrato de agência, “*já que as consequências financeiras que podem advir não beliscam valores sociais*”<sup>260</sup>.

Passamos agora para os casos de concretização positiva sobre contratos.

Sobre o contrato de seguro temos dois casos para explicar. O primeiro acórdão sobre o contrato de seguro indica-nos que a interpretação de uma concreta cláusula contratual, no âmbito do contrato de seguro de crédito, que a seguradora utiliza em todos os contratos que vigoram com os seus clientes, é algo que se reveste de relevância social já que afeta inúmeras pessoas pela repetição em todos os contratos, bem como mina a credibilidade que as mesmas depositam nas entidades seguradoras<sup>261</sup>. O segundo caso evidencia que as questões em torno do contrato de seguro desportivo têm relevância social pela importância que

---

<sup>255</sup> 24/10/2012, nº 938/11.0TVLSB.L1.S1 e 1371172012, nº 1341/09.7BOLH.E1.S1

<sup>256</sup> 5/03/2013, nº 3634/06.6TBPRD-D.P1.S1

<sup>257</sup> 12/07/2012, nº 1961/08.7TVLSB-A.L1.S1

<sup>258</sup> 8/11/2012, nº 2157/10.3TVLSB.L1.S1

<sup>259</sup> 25/10/2013, nº 1221/11.6TBMAI.P1.S1

<sup>260</sup> 13/01/2014, nº 984/10.0TVPRT.P1.S1

<sup>261</sup> 14/04/2011, nº 1265/09.8TVLSB.L1.S1



a segurança tem no desporto e pelo número de desportistas segurados existentes em Portugal<sup>262</sup>.

Temos, também, dois casos sobre o contrato de mútuo à habitação. Um deles é completamente geral e explicita que “*a dogmática das regras do mútuo à habitação tem relevância social*”<sup>263</sup>. O segundo caso diz respeito à questão específica sobre a possibilidade de se eliminarem certas cláusulas contratuais gerais abusivas constantes de contratos de mútuo à habitação<sup>264</sup>.

Sobre o arrendamento existem dois acórdãos com questões relevantes do ponto de vista social. Um deles diz respeito à questão de índole geral sobre as dúvidas em torno da aplicação temporal do novo regime do NRAU<sup>265</sup>. O outro caso diz respeito a saber “*qual o destino de um contrato de arrendamento celebrado em data posterior à hipoteca, perante a venda judicial do imóvel objeto daquele contrato?*” – a formação de juízes considerou existir relevância social nesta questão pela importância que tem para a sociedade deixar bem claras as regras sobre as consequências de atos jurídicos registrais e contratuais que, neste caso, têm, ainda, implicações no direito à habitação das pessoas<sup>266</sup>.

Temos dois casos relacionados com os bancos que se revestem de relevância social. O primeiro diz respeito à determinação do exato regime jurídico aplicável ao recente contrato de *homebanking*, bem como da eventual responsabilidade do banco em virtude de acesso fraudulento a depósitos por via eletrónica<sup>267</sup>. O segundo caso diz respeito às dúvidas que se criam em torno dos diferentes prazos de prescrição aplicáveis aos contratos de financiamento bancário – existe relevância social porque a dúvida em relação a normas jurídicas cria alarme social e pode descredibilizar as instituições de crédito, já que estes contratos de financiamento podem afetar as economias familiares<sup>268</sup>.

A análise das relações existentes entre as administrações de centros comerciais e os lojistas tem relevância social pelas implicações comunitárias que tem e por implicar com imensas pessoas e com uma enorme diversidade de

---

<sup>262</sup> 5/06/2012, nº 2598/09.9TBVNG.P1.S1

<sup>263</sup> 28/02/2013, nº 745/11.0T2AVR.P1.S1

<sup>264</sup> 19/03/2015, nº 2482/10.3YXLSB.L1.S1

<sup>265</sup> 12/09/2013, nº 7562/09.5TBOER.L1.S1

<sup>266</sup> 7/05/2014, nº 351/09.9TVLSB.L1.S1

<sup>267</sup> 25/10/2013, nº 6479/09.8TBBRG.G1.S1

<sup>268</sup> 23/01/2014, nº 189/12.6TBHRT-A.L1.S1

relações e negócios jurídicos<sup>269</sup>. Questões atinentes ao contrato de *factoring* “*têm muita importância na vida económica e social de uma empresa*”<sup>270</sup>. Reveste, ainda, relevância social a apreciação da alteração anormal das circunstâncias e dos riscos próprios de um contrato, já que os juízes consideraram que o momento económico que se vivia (ano de 2014) era propício a quebras contratuais possivelmente baseadas nesses institutos dada a crise económica e social vivida<sup>271</sup>.

#### iv. Responsabilidade Civil

No âmbito da responsabilidade civil temos dois casos sem relevância social para evidenciar. O primeiro diz respeito à questão de saber se é de exigir, ou não, a prova do nexo de causalidade entre a falta de habilitação legal para conduzir e a ocorrência do acidente para que a seguradora possa fazer valer o seu direito de regresso – esta questão não tem relevância social porque se reconduz a um caso muito específico, a um nexo de causalidade específico e por isso não se apresenta relevante a análise do caso para ajudar a restante comunidade<sup>272</sup>. O segundo diz respeito ao âmbito geral da responsabilidade civil em acidentes de viação e os juízes da formação específica consideraram não existir relevância social já que a questão se apresenta de uma forma demasiado abrangente e que, assim enquadrada, se remete apenas para cada caso concreto e não se consegue expandir para a restante comunidade<sup>273</sup>.

De seguida analisamos os casos com relevância social.

A questão de saber se a seguradora de um veículo, cujo condutor causou o acidente e acabou por morrer, é, ou não, responsável por indemnizar os danos próprios não patrimoniais sofridos pelos sucessores é uma questão com relevância social<sup>274</sup>. Analisa o nexo de causalidade entre os vários atos relacionados com a compra e venda de imóveis para a habitação e os (possíveis) danos sofridos pelos compradores em resultados dos desajustes entre a compra

---

<sup>269</sup> 1471272012, nº 145/09.1TVPR.T.L1.S1

<sup>270</sup> 21/03/2013, nº 5899/09.2TVLSB.L1.S1

<sup>271</sup> 13/02/2014, nº 1167/10.5TBACB-E.C1.S1

<sup>272</sup> 3/10/2013, nº 21/09.8TBMCN.P1.S1

<sup>273</sup> 11/02/2015, nº 1688/10.0TBMCN.P1

<sup>274</sup> 16/11/2012, nº 705/10.8TBPFR.P1.S1

e aquilo que era esperado é uma questão com relevância social já que diz respeito a responsabilidade civil decorrente de uma atividade comum a toda a sociedade (comprar casa) e cuja resolução é importante para tranquilizar todos os possíveis intervenientes<sup>275</sup>.

A responsabilidade civil das empresas fornecedoras de serviços de internet assume relevância social “*pela importância atual destes serviços*”<sup>276</sup>.

O último caso referente à responsabilidade civil com relevância social diz respeito à questão de muitos dos veículos intervenientes nos milhares de acidentes de viação que ocorrem por ano não têm o devido seguro obrigatório válido – a questão do seguro de responsabilidade civil ligada à ocorrência de acidentes de viação tem relevância social dada a implicação alargada que esta questão tem, uma vez que uma grande percentagem das pessoas tem veículo e por isso estará, direta ou indiretamente, afetada por esta questão<sup>277</sup>.

#### v. Direito das Coisas

Os dois acórdãos referentes ao direito das coisas e sem relevância social estão, ambos, relacionados com o direito de propriedade. O primeiro caso coloca a questão de saber, no âmbito de uma ação de reconhecimento de propriedade, se o imóvel, que é casa de habitação da ex-mulher e dos filhos do ex-casal, é bem comum dos ex-cônjuges, ou se é bem próprio do ex-marido – esta questão não tem relevância social por dizer respeito um direito de propriedade específico e com traços concretos que não permitem a expansão da controvérsia<sup>278</sup>. Com se de um “acórdão-regra” se tratasse, o acórdão de 30/09/2014 enunciou a seguinte ideia sobre o direito de propriedade: “*não foi intenção do legislador conferir relevância social às questões relacionadas com o direito de propriedade*”<sup>279</sup>.

Contabilizam-se dois casos onde os juízes consideram existir relevância social.

Todos eles dizem respeito ao regime da propriedade horizontal. Num desses casos questiona-se se o título constitutivo de propriedade horizontal pode ser alterado por sentença judicial ou se a vontade unânime dos condóminos é a única

---

<sup>275</sup> 29/01/2014, nº 512/07.5TAVFR.P1.S1

<sup>276</sup> 19/11/2015, nº 1086/10.5TVPR.T.L1.S1

<sup>277</sup> 13/02/2014, nº 7697/10.1TBMAI.P1.S1

<sup>278</sup> 2/03/2012, nº 2106/09.1TBSXL.L1.S1

<sup>279</sup> 30/09/2014, nº 433/09.7TBSLV.E1.S1

via<sup>280</sup>. O outro caso que diz respeito à questão de saber se o terraço construído pelo r/c é zona própria ou comum<sup>281</sup>.

vi. Direito da Família

As situações de concretização negativa contabilizam quatro casos para evidenciar.

Dois deles dizem respeito à obrigação de alimentos a prestar a filhos. Num destes casos considerou-se não existir relevância social na questão de saber se o prazo fixado pelo artigo 7º/2 do DL 272/2001 corre ou não nas férias judiciais. Este prazo diz respeito à apresentação de requerimento de oposição ao processo de formação de acordo sobre a fixação de alimentos a filhos maiores<sup>282</sup>. O segundo caso sobre a obrigação de alimentos, onde não existe relevância social por a questão ser demasiado específica, diz respeito a saber se, para a manutenção dessa obrigação a um filho maior, é exigível ao filho que instaure uma ação autónoma para o efeito, ou se lhe basta apresentar essa pretensão como exceção perentória em sede de oposição ao pedido de cessão da obrigação de alimentos<sup>283</sup>.

O terceiro caso sem relevância social aborda a questão específica da paternidade presumida (interpretação e aplicação do artigo 1871º/1 -a do CC) e os juízes da formação consideraram que esta “*não choca com valores socialmente defensáveis nem cria sentimentos de revolta social*”<sup>284</sup>. Por último, a questão abordada neste caso diz respeito a saber o que é de exigir a pessoas do mesmo sexo, ambas idosas, para se configurar uma união de facto – foi considerada uma

---

<sup>280</sup> 5/07/2012, nº 1345/10.7TVLSB.L1.S1

<sup>281</sup> Os juízes acrescentaram, ainda, que a maioria esmagadora dos temas relacionados com a propriedade horizontal (condomínio) tem relevância social. 20/12/2011, nº 678/10.7TVLSB.L1.S1 e 21/04/2015, nº 1432/12.7TBCTB.C1.S1

<sup>282</sup> 24/02/2011, nº 2563/09.6TMPRT.P1.S1

<sup>283</sup> 12/12/2013, nº 442-E/2000.P1.S1

<sup>284</sup> 31/05/2012, nº 503/08.9TBSEI.C1-A.S1

questão demasiado particular e que por isso não se expandia para a comunidade e não tinha, assim, qualquer relevância social<sup>285</sup>.

Passamos para as situações em que a formação específica considerou existir relevância social.

A questão sobre a determinação de quando e como ocorre a retroação dos efeitos patrimoniais do divórcio foi colocada em dois acórdão e em ambos foi classificada como uma questão socialmente relevante<sup>286</sup>. A próxima questão, que foi alvo de cinco acórdãos, diz respeito à análise e interpretação das “*soluções inovadoras sobre o direito a prestações sociais por parte do unido de facto sobrevivente*” que foi considerada como socialmente relevante por mexer com valores sociais dominantes e, também, por poder ferir os princípios constitucionais da igualdade e da proporcionalidade<sup>287</sup>. Outro acórdão que também se debruçou sobre a união de facto, considerou existir relevância social na análise do regime geral da união de facto, com especial foco nos efeitos pessoais e patrimoniais<sup>288</sup>.

Em torno dos regimes da paternidade e maternidade foram decididos quatro acórdãos. Dois desses acórdãos consideraram existir relevância social na interpretação e análise do artigo 1842º do CC sobre o prazo de caducidade da ação de investigação da paternidade, já que “*esta questão choca com o direito fundamental à identidade pessoal e tem repercussões sociais marcantes*”<sup>289</sup>. Outro caso relacionado com a paternidade diz respeito à análise de situações de abuso de direito nas ações de investigação de paternidade<sup>290</sup>. O quarto caso diz respeito à questão sobre a (in)constitucionalidade do prazo de caducidade (previsto na Lei 14/2009) de instauração da ação de investigação da maternidade que se reveste, igualmente, de relevância social<sup>291</sup>.

Definir com precisão os casos em que existe risco de anulação de um casamento é algo com relevância social já que tem capacidade de afetar a

---

<sup>285</sup> 12/09/2013, nº 669/08.8TBTNV.C1.S1

<sup>286</sup> Interpretação do artigo 1789º/2 do CC. 17/06/2010, nº 1195/08.0TBBRR.L1.S1 e 14/02/2012, nº 607/08.8TBACN-A.C1.S1

<sup>287</sup> 20/01/2011, nº 1038/08.5TBAVR.C2.S1; 12/05/2011, nº 93/09.5TVLSB.L1.S1; 8/09/2011, nº 1938/08.2TBCTB.C1.S1; 29/11/2011, nº 254/10.4TBAVV.L1.S1 e 24/05/2012, nº 539/09.2TBENT.L1.S1

<sup>288</sup> 4/07/2013, nº 444/09.22TCFUN.L1.S1

<sup>289</sup> 21/03/2012, nº 2525/10.0TBPTM.E1.S1 e 28/02/2013, nº 3460/11.0TBVFR.P1.S1

<sup>290</sup> 26/09/2013, nº 905/08.0TBALB.P1.S1

<sup>291</sup> 3/10/2013, nº 155/12.1TBVLC-A.P1.S1

totalidade de casamentos que existem na sociedade portuguesa<sup>292</sup>. Existe, também, relevância social na densificação do conceito de “residência permanente” de menor para efeitos da determinação da competência internacional do tribunal – nesta questão relevam os superiores interesses da criança em não perder o contato parental adequado à sua correta formação integral<sup>293</sup>. A concretização exata do conceito de “casa de morada de família” tem, igualmente, relevância social por se relacionar com questões familiares estruturantes e que mexem com a generalidade das pessoas<sup>294</sup>.

No âmbito da atribuição de uma reforma por invalidez a uma pessoa solteira que, depois disso veio a casar, pretende-se saber se essa reforma integra o conceito de “produto do trabalho” do artigo 1724º/2-a) do CC para efeitos de se considerar um bem comum do casal, ou em caso contrário, ser um bem próprio e por isso comunicável – tal questão reveste relevância social por mexer com os efeitos patrimoniais do casamento e com o regime de bens, cujas dúvidas podem causar instabilidade social quanto ao regime do casamento<sup>295</sup>. A dúvida quanto à correta forma de se contar o prazo estabelecido no artigo 1817º/1 do CC tem relevância social por se relacionar com estabelecimento da filiação<sup>296</sup>. O último caso relacionado com o direito da família que os juízes integraram no conceito de relevância social diz respeito a indagar sobre a legitimidade de outros familiares do menor, que não os pais biológicos, para instaurarem incidente de revisão de sentença de adoção desse mesmo menor<sup>297</sup>.

#### vii. Societário e Insolvência

A questão de saber se pode ser objeto de resolução em benefício da massa insolvente a alienação de bens adquiridos antes do exercício da atividade comercial que os levou à insolvência, feita pelos insolventes à filha é uma questão

---

<sup>292</sup> 2/02/2010, nº 3401/08.2TBCASC.L1.S1

<sup>293</sup> 13/04/2010, nº 870/09.7TBCTB.C1.S1

<sup>294</sup> 29/01/2014, nº 1360/11.3T2AMD.L1-A.S1

<sup>295</sup> 5/06/2014, nº 800/12.9TBCBR.C1.S1

<sup>296</sup> 25/06/2015, nº 1292/09.5TBVVD.G1.S1

<sup>297</sup> 9/07/2015, nº 5928/10.5TVPRT.L1.S1

sem relevância social por ser demasiado concreta e não ter implicações fora da esfera do processo<sup>298</sup>.

Não existe relevância social na questão sobre a função económica e social dos títulos de crédito<sup>299</sup>. Tal como, também, não há qualquer relevância social na questão atinente à responsabilidade da instituição de crédito em virtude do cumprimento de ordem de revogação de um cheque visado com indicação de estar extraviado<sup>300</sup>.

Existem interesses de relevância social dignos de análise na questão onde se coloca em causa a existência, ou não, de um privilégio creditório especial para os créditos dos ex-trabalhadores da empresa insolvente, já que esta questão colide com o princípio da mínima retribuição laboral<sup>301</sup>.

O apuramento de responsabilidades de entidades bancárias perante os seus clientes é uma questão com relevância social já que pode originar a perda de confiança destes naquelas instituições “e isso é muito negativo, principalmente, no tempo de crise que se vive”<sup>302</sup>. O apuramento da natureza e dimensão do dever de informação que recai sobre as instituições financeiras perante os seus clientes e/ou investidores reveste-se de relevância social<sup>303</sup>.

Existe relevância social em saber se as normas dos artigos 405º do CCom e dos 1185º e 1187º/c) do CC que se aplicam à prescrição de títulos e juros da dívida pública também se aplicam aos bancos depositários dos mesmos<sup>304</sup>. Por último, existe relevância social, dentro do quadro de crise que se vive, na análise do correto funcionamento, desenvolvimento e estabilidade das sociedades comerciais por quotas<sup>305</sup>.

#### viii. Direito do Consumo

Todos os casos de direito do consumo que vamos evidenciar foram incluídos na esfera do conceito de relevância social.

---

<sup>298</sup> 1/02/2013, nº 3476/10.4TBFAR-C.E1.S1

<sup>299</sup> 28/02/2013, nº 1846/09.0TBGMR-A.G1.S1

<sup>300</sup> 12/09/2013, nº 669/08.8TBTNV.C1.S1

<sup>301</sup> 23/03/2011, nº 1164/08.0TBEVR-D.E1.S1

<sup>302</sup> 14/04/2011, nº 1265/09.8TVLSB.L1.S1

<sup>303</sup> 15/12/2011, nº 1970/09.9TVPRT.P1.S1

<sup>304</sup> 21/03/2013, nº 5899/09.2TVLSB.L1.S1

<sup>305</sup> 9/01/2014, nº 1352/08.0TYLSB-L1-S1

A possibilidade de os consumidores terem legitimidade ativa em ações populares, de modo a fazerem valer os seus direitos enquanto grupo, é uma questão socialmente relevante<sup>306</sup>. A questão de saber se o MP tem, ou não, legitimidade para instaurar uma ação inibitória destinada a obter a declaração de nulidade de cláusulas contratuais gerais, inseridas em contratos de compra e venda de bens/serviços, tem relevância social visto que interessa a uma comunidade alargada e tem conexões com os direitos dos consumidores<sup>307</sup>.

Numa ação inibitória, no âmbito de um contrato de crédito, pretende-se saber a possibilidade de anular certas cláusulas contratuais gerais – esta dúvida deve ser analisada pelo STJ porque tem relevância social, tal como no caso anterior, por dizer respeito aos direitos dos consumidores e por o contrato de crédito ter uma influência muito alargada na sociedade portuguesa<sup>308</sup>.

Por último, existe relevância social nas questões que se prendem com o direito constitucional dos consumidores à qualidade dos bens e serviços consumidos, à formação e informação, à proteção da saúde e à sua segurança no momento de consumir<sup>309</sup>.

#### ix. Temas diversos

Nesta última subsecção englobamos todos os casos em que o tema discutido não se inclui em nenhum dos anteriores e/ou contabilizou apenas uma repetição, não merecendo por essa razão a autonomização numa subsecção específica.

Como temos feito até aqui, começamos pelos casos em que a formação específica considerou não existir relevância social.

A forma como alguém dispôs dos seus bens para além da morte (tema do direito das sucessões) não apresenta relevância social por si só e, ainda mais, por estar genérica e amplamente formulado, não especificando uma questão em especial<sup>310</sup>. Outro caso sem relevância social é a mera análise de questões

---

<sup>306</sup> 17/02/2011, nº 1593/08.0TJLSB.L1.S1. Está em causa a conjugação dos artigos 24º e 26º do DL 446/85, o 13º/1-c) da Lei 24/96 e os 20º/1, 52º/2 e 60 da CRP.

<sup>307</sup> 2/11/2012, nº 684/10.1YXLSB.L1.S1

<sup>308</sup> 11/12/2012, nº 403/09.5TJLSB.L1.S1 e 4/07/2013, nº 497/10.1YXLSB.L1.S1

<sup>309</sup> 18/12/2013, nº 485/07.4JACBR.P1.S1

<sup>310</sup> 7/10/2010, nº 1368/09.9TJPRT.P1.S1



relacionadas com a segurança social ou com o processo tributário<sup>311</sup>. A questão sobre as obrigações do fiador no caso de ocorrer incumprimento contratual por parte do devedor afiançado não apresenta qualquer relevância social pois não mexe com valores político-sociais dominantes e estruturantes<sup>312</sup>. O último caso em que os juízes consideraram não existir relevância social diz respeito a uma formulação genérica e que mais parece uma “decisão-regra” já que enuncia que *“qualquer tragédia que aconteça numa pequena localidade tem um impacto social fortíssimo nessa localidade mas não é por isso que corresponde a um particular e relevante interesse social”*<sup>313</sup>.

Evidenciamos, de seguida, os casos em que a formação específica considerou existir relevância social.

A situação de determinar o regime aplicável à situação previdencial dos trabalhadores do setor bancário e suas famílias *“ultrapassa o mero interesse das partes”* e tem relevância social<sup>314</sup>. No âmbito do regime sobre os poderes de administração de baldios, olhando para o conjunto de pessoas cuja exploração é uma das fontes principais de rendimentos, reveste-se de relevância social a determinação, o mais exata possível, dos poderes de administração sobre esses terrenos<sup>315</sup>. Existem interesses sociais relevantes em torno da determinação de qual das duas vendas deve prevalecer: *“se a celebrada em primeiro lugar mas não registada, se a feita posteriormente por pessoas que não intervieram nem sabia da primeira venda?”*<sup>316</sup>.

A questão sobre o regular exercício de funções de titulares de corpos sociais de uma IPSS reveste-se de relevância social por *“se mostrar essencial para complementar a satisfação de necessidades sociais que incumbe ao Estado proteger”*<sup>317</sup>. O eventual incumprimento dos deveres por parte de um advogado é uma questão com relevância social que se justifica pela importância que esta profissão tem na administração da justiça e na defesa dos direitos dos cidadãos<sup>318</sup>.

---

<sup>311</sup> 29/02/2012, nº 5036/10.0TBURG.G1.S1

<sup>312</sup> 29/03/2012, nº 2895/09.3TBLL.E1.S1 e 31/05/2012, nº 702/08.3TBOVR.C1.S1

<sup>313</sup> 22/05/2014, nº 745/08.7TBVLR.P1.S1

<sup>314</sup> 13/04/2010, nº 384/08.2TBOER.L1.S1

<sup>315</sup> 14/10/2011, nº 6/10.1TBMDB-A.P1.S1

<sup>316</sup> 12/01/2012, nº 254/10.4TBAVV.L1.S1

<sup>317</sup> 12/09/2013, nº 2641/11.1TBOER.L1.S1

<sup>318</sup> 12/11/2013, nº 414/10.8TBVLG.P1.S1

### 3. Oposição de julgados

Este requisito da alínea c) do nº1 não é um conceito indeterminado como são os dois anteriores. A tarefa uniformizadora do STJ é a justificação para a existência deste terceiro requisito do recurso excecional.

Este último requisito<sup>319,320</sup> implica o cumprimento de vários requisitos:

- 1) Existência de uma “*oposição frontal*” entre as mesmas questões suscitadas no acórdão recorrido e noutro de qualquer Relação, ou do próprio STJ<sup>321</sup>;
- 2) O “*núcleo factual*” em contradição em ambos os acórdãos tem de ser idêntico<sup>322, 323</sup>;
- 3) O quadro normativo aplicável em cada acórdão tem que ser *idêntico*<sup>324</sup>;
- 4) “*As normas jurídicas concretamente aplicadas devem ser essenciais*” para o resultado da decisão em ambos os acórdãos;
- 5) Caso o acórdão recorrido seja conforme com um acórdão de uniformização de jurisprudência, deixa de ser possível interpor recurso de revista excecional (exceção à possibilidade de recurso presente na parte final da alínea).

---

<sup>319</sup> Vejam-se os contributos de António Alves Velho, SOBRE A REVISTA EXCECIONAL. ASPETOS PRÁTICOS, 2015, pp. 4 e 5 disponível em: [http://www.stj.pt/ficheiros/coloquios/coloquios\\_STJ/CPC2015/painel\\_3\\_recursos\\_AlvesVelho.pdf](http://www.stj.pt/ficheiros/coloquios/coloquios_STJ/CPC2015/painel_3_recursos_AlvesVelho.pdf);

J. O. Cardona Ferreira, GUIA DE RECURSOS EM PROCESSO CIVIL, 2014, pp. 218 e 219; António Abrantes Geraldès, RECURSOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 2014, pp. 324-330.

<sup>320</sup> A título exemplificativo (já que as ideias adiantadas pela jurisprudência se repetem em vários acórdãos) indicamos quatro acórdãos da formação que ilustram os vários contributos que ajudam a perceber a concretização operada sobre as formalidades inerentes a este requisito: 10/01/2012, nº 238/10.2TBVNC.G1.S1; 29/05/2012, nº 740/09.9TVLSB.L1.S1; 24/09/2013, nº 1/13.9TBNLS-A.C1.S1; 23/01/2014, nº 1071/10.7TBABT-E1.S1. Sumários disponíveis em [www.stj.pt](http://www.stj.pt).

<sup>321</sup> Abrantes Geraldès fala em “*contradição entre a resposta dada pelo acórdão recorrido e por outro das Relações ou do Supremo*”, dizendo, em especial, que “*basta a resposta ser diversa e não necessariamente contrária*”. Cfr. RECURSOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 2014, p. 326.

<sup>322</sup> António Alves Velho refere que deve “*haver identidade, em ambos os casos, do núcleo central da situação de facto*”. Cfr. SOBRE A REVISTA EXCECIONAL. ASPETOS PRÁTICOS, 2015, p. 5 disponível em: [http://www.stj.pt/ficheiros/coloquios/coloquios\\_STJ/CPC2015/painel\\_3\\_recursos\\_AlvesVelho.pdf](http://www.stj.pt/ficheiros/coloquios/coloquios_STJ/CPC2015/painel_3_recursos_AlvesVelho.pdf)

<sup>323</sup> De entre estes três entendimentos para concretizar a expressão “*mesmo núcleo factual*”, (1) são exatamente os mesmos, ou (2) são de algum modo diferentes mas enquadrados no mesmo quadro normativo, ou por último (3) são diferentes mas apenas num ponto que não faz alterar a escolha e aplicação do quadro normativo idêntico nas duas situações. Seguimos a ideia de que os factos são do mesmo núcleo desde que subsumidos ao mesmo quadro normativo.

<sup>324</sup> Importa que o quadro normativo evidenciado no diploma legal se mantenha inalterado. O uso do conceito *substancialmente* para classificar a identidade dos quadros normativos pretende permitir as alterações formais ou a substituição de normas, desde que o sentido e a *ratio* das normas aplicáveis aos casos sejam iguais.

Este requisito traduz a intenção do legislador de reforçar o papel, que já incube ao STJ, de uniformizador da jurisprudência<sup>325</sup>, permitindo o acesso ao Supremo de processos que, apesar da existência de “dupla conforme”, devem ser revistos devido a contradições na aplicação do Direito, situação que é ponderosa evitar e corrigir.

Elizabeth Fernandez sugere que a análise deste requisito não apresenta complexidade nem novidade<sup>326</sup>. Esta ideia tem todo o sentido e por essa razão, o ponto de maior interesse na concretização deste requisito, para aumento do conhecimento jurídico sobre o recurso de revista excecional, será o de descobrir quando a formação considera cumpridos os requisitos formais referidos anteriormente, percebendo, em concreto, que circunstâncias podem fazer recusar o recurso.

Um acórdão da formação que se debruce sobre o requisito da alínea c) requer o cumprimento de alguns requisitos sob pena de negar o recurso. Vejamos que requisitos formais são esses:

- 1) *“A parte deve juntar certidão integral do Acórdão-fundamento com a nota de trânsito em julgado”*<sup>327</sup>;
- 2) *“O recorrente tem de alegar e demonstrar que é a mesma questão fundamental de direito que está em colisão, decidida pelos dois acórdãos”*<sup>328</sup>;
- 3) *“Este requisito não se basta com a impressão do acórdão da base de dados da DGSJ, ou a inclusão apenas do sumário”*<sup>329</sup>;
- 4) *“O tribunal que admite o recurso não tem de oficiosamente buscar os elementos para verificar os acórdãos. Só o fará se a parte alegar impossibilidade e o justificar”*<sup>330</sup>.

---

<sup>325</sup> Cfr. Opinião de Abrantes Geraldês, RECURSOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 2014, p. 325.

<sup>326</sup> Cfr. “REVISITANDO O RECURSO DE REVISTA EXCECIONAL: DESTA VEZ, O PREVISTO NO ARTIGO 721º-A DO CPC”, in Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Heinrich Ewald Hörster, 2012, pp. 237, ver nota 8 dessa página.

<sup>327</sup> No total de acórdãos analisados sobre a oposição de julgados, este requisito formal foi referido em 209 acórdãos.

<sup>328</sup> Foi referido em 131 acórdãos.

<sup>329</sup> Foi referido em 127 acórdãos.

<sup>330</sup> Foi referido em 41 acórdãos.

Antes de fechar a análise deste requisito sobre a oposição de julgados é importante refletir sobre duas questões fundamentais referentes à compreensão do mesmo.

Para ajudar à compressão do sentido real que a jurisprudência da formação específica tem dado a este requisito, Abrantes Geraldês<sup>331</sup> fez notar que, além de tudo o que já dissemos, tem sido feita uma interpretação restritiva de todo o requisito ao negarem-se pedidos de recurso tendo por base um acórdão-fundamento “*que pela sua data se encontra flagrantemente desatualizado*”. O caso sobre a letra de câmbio é um dos exemplos onde esta interpretação restritiva é aplicada.

A segunda contribuição, dada por António Alves Velho<sup>332</sup> é útil a contínua reflexão em torno das opções seguidas pelo legislador para a redação desta alínea c).

O juiz conselheiro sugere que a necessidade de se demonstrar o trânsito em julgado de todos os acórdãos-fundamento poderia ser eliminada, pelo menos, para os acórdãos do STJ, comparando com a ausência desta exigência no recurso para uniformização de jurisprudência (artigo 688º/2 do CPC2013). O juiz acrescenta, ainda, que já antes da reforma de 2013 do CPC o legislador foi confrontado com esta situação e decidiu manter a redação, “*afastando a interpretação mais permissiva*” que permitiria o não cumprimento desse requisito formal.

Como se constata, este requisito reveste-se de muito mais formalidades que os outros requisitos do recurso. A concretização deste requisito é algo mais facilmente alcançável já que a parte recorrente necessita “apenas” de encontrar um acórdão-fundamento com decisão oposta à do recorrido e terá, também, de cumprir as formalidades já aqui elencadas.

A oposição de julgados foi idealizada como mais um caminho que permita, ao STJ, continuar a tarefa de uniformizar a jurisprudência, estabilizando as interpretações e aplicações que devem ser seguidas em todos os casos.

---

<sup>331</sup> RECURSOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 2014, p. 327.

<sup>332</sup> SOBRE A REVISTA EXCECIONAL. ASPETOS PRÁTICOS, 2015, p. 5 disponível em: [http://www.stj.pt/ficheiros/coloquios/coloquios\\_STJ/CPC2015/painel\\_3\\_recurso\\_AlvesVelho.pdf](http://www.stj.pt/ficheiros/coloquios/coloquios_STJ/CPC2015/painel_3_recurso_AlvesVelho.pdf)

## Título III – Conclusões finais

Chegados ao final deste estudo, seguem-se as conclusões finais onde estarão elencadas as considerações pessoais sobre os resultados. O foco principal será a análise da aplicação jurisprudencial dos dois primeiros requisitos do recurso. Para as conclusões sobre os capítulos do Título I, remete-se para os locais próprios onde já as redigimos.

Sobre a oposição de julgados fica a ideia de ser um requisito de concretização, especialmente, formalista onde esses elementos formais têm um peso algo desmedido dentro do novo panorama processual civil. A consideração mais importante a fazer diz respeito ao conceito de “*mesmo núcleo fático*” onde seguimos o entendimento de que a contradição é aceite se os factos de ambos os acórdãos forem subsumidos ao mesmo enquadramento normativo.

De seguida vamos analisar os requisitos das alíneas a) e b), com auxílio de gráficos que resumem o número total dos acórdãos, dividindo-os por temas. Para cada tema contabilizamos, também, o número de decisões positivas e negativas em relação à concretização dos dois conceitos indeterminados.

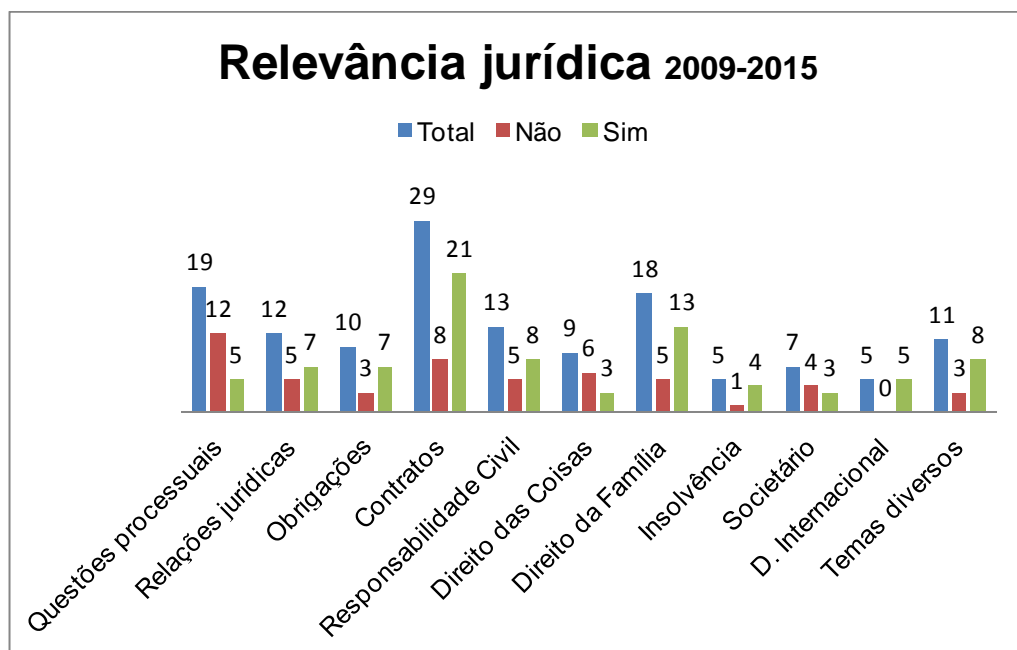


Gráfico 2 - Acórdãos referentes à relevância jurídica. Divisão temática e pelo sentido da concretização

Os temas referentes a contratos e família são aqueles cujas questões mais vezes foram classificadas com relevância jurídica. Podemos concluir que essas

questões têm, tendencialmente, capacidade para gerar complexas dúvidas em relação às exatas soluções legais, além de serem questões cujo recurso de revista excecional foi, mais vezes, considerado necessário “*para uma melhor aplicação do Direito*”.

A importância dos contratos para a relevância jurídica pode justificar-se com o crescimento das relações jurídico-económicas estabelecidas entre as pessoas e/ou empresas, o que faz aumentar o número de contratos realizados e, também, fomenta o aparecimento de novos contratos ainda não regulados.

O direito da família incorpora regimes muitíssimo complexos e densos por si só, além de nos últimos anos termos assistido a algumas alterações na definição cultural/tradicional de família e de estarmos num processo de adaptação a novas organizações familiares (uniões de facto, casamento de pessoas do mesmo sexo, crescimento exponencial do número de divórcios...). São tudo situações que contribuem para as dúvidas em torno dos regimes familiares, seja pela sucessão de leis no tempo, seja pela inovação que vai existindo.

É importante notar, também, que as questões sobre direito internacional foram todas consideradas como relevantes em termos jurídicos. Esta situação deve-se à complexidade que reveste a interpretação de normas estrangeiras ou à necessidade de articular normas de diferentes ordenamentos jurídicos. Estas questões têm mais capacidade de obter provimento visto que a maioria das dúvidas sobre articulação internacional de normas jurídicas gera dificuldades exegéticas.

As questões relacionadas com o direito processual são as que, em maior número, mais são excluídas da esfera da relevância jurídica. Os juízes da formação expressaram, várias vezes, o entendimento de que estas questões só por si não têm dignidade jurídica para cumprir a excecionalidade deste recurso. Tal entendimento pode ser justificado de duas formas: pela menor carga dogmática e ideológica que estas normas carregam em comparação com as de direito substantivo; ou pela quantidade de produção jurisprudencial ou doutrinal que existe sobre as mesmas e que por isso inviabiliza a aceitação do recurso.

Sempre nos ficou a dúvida da real justificação para tão automática exclusão – desde os primeiros acórdãos que esta ideia de que a “questão puramente processual não tinha relevância jurídica” foi sendo repetida. O que é facto é que se formos ver ao pormenor, existem decisões meramente processuais aqui

contabilizadas e explicadas, onde a formação considerou existir relevância jurídica. A maioria desses casos diz respeito a dúvidas em torno de questões sobre o regime do caso julgado. Portanto, terminamos este estudo sem conseguir ter uma justificação definitiva para a irrelevância, quase ideológica, com que os juízes da formação classificaram as questões processuais.

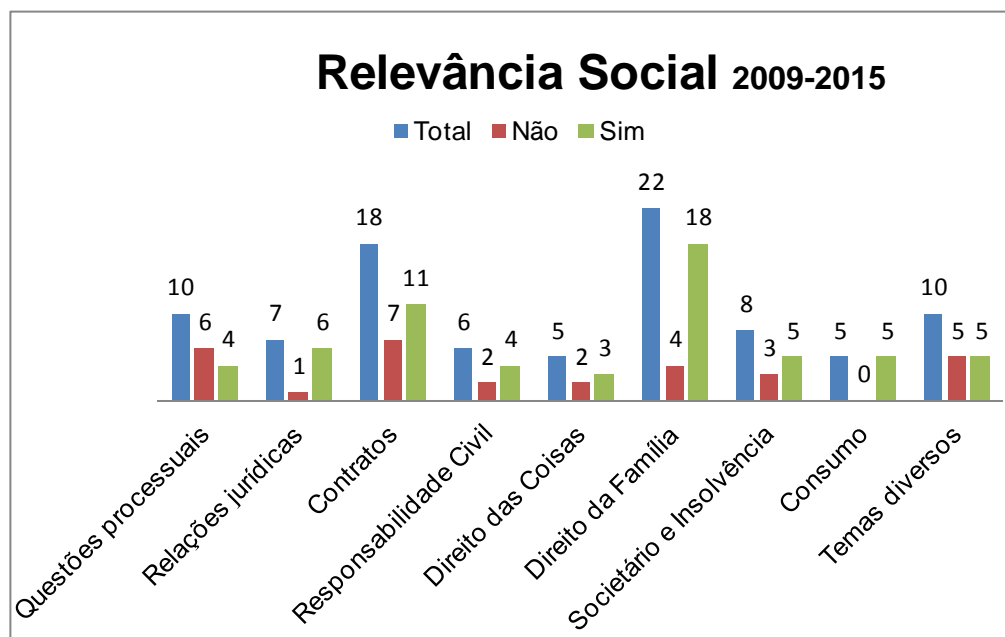


Gráfico 3 - Acórdãos referentes à relevância social. Divisão temática e pelo sentido da concretização

Sobre a relevância social os temas de contratos e família voltam a ser aqueles cuja concretização mais vezes foi positiva. Principalmente o direito da família inclui questões que denotam uma importância comunitária e com influência extra-processo muito grandes, visto que tocam em interesses que abrangem toda a população e que por isso podem repetir-se em casos futuros.

Todas as questões relacionadas com direito do consumo foram decididas no sentido de existirem de interesses sociais relevantes em discussão. Esta tendência revela a importância que as normas referentes aos atos de consumo e à sua regulação têm na vida social atual. Todos estes temas têm uma enorme capacidade de expansão para lá dos limites do processo onde surgem, tal como a probabilidade de as mesmas questões se repetirem é enorme já que o consumo é algo que existirá sempre numa sociedade.

Afastando-nos dos dados evidenciados pelo gráfico, existe uma questão sobre a relevância social que é importante referir. Várias questões referidas ao longo deste estudo foram alvo de concretização em ambos os conceitos. Evidenciam-se quatro acórdãos<sup>333</sup> onde a formação de juízes considerou existir relevância social para questões que considerou não existir relevância jurídica. Várias ponderações são necessárias fazer antes de expormos uma conclusão:

- 1) A relevância jurídica é algo fácil de aferir pela dificuldade técnica/científica que a análise das questões nos coloca;
- 2) A relevância social está diretamente relacionada com os factos em discussão e evidencia-se nas situações que têm implicações num conjunto alargado de pessoas;
- 3) O requisito de âmbito social foi pensado pelo legislador com o objetivo de permitir o recurso àquelas questões cuja valência jurídica poderia não ser relevante;
- 4) O requisito social foi criado com o intuito de ser desligado de qualquer influência jurídica. Se assim não fosse, não faria sentido criar dois requisitos e ambos dependerem da relevância jurídica das questões.

Conclui-se que este recurso de revista excecional pretende dar a possibilidade a questões relacionadas, unicamente, com a esfera social e com interesses comunitários de atingirem o terceiro grau de jurisdição por via excecional. O carácter social deste recurso fica comprovado pela existência do requisito e pela concretização operada pela formação de juízes.

A concretização da formação do STJ é muito idêntica àquela que tem sido feita na jurisdição administrativa. Já sabemos que o artigo 150º do CPTA inspirou a revista excecional civil e ao comparar as decisões preliminares comprovamos que existe uma tendência dos juízes do STJ para seguir os entendimentos (principalmente nas questões sociais) que já tinham sido tomados em decisões administrativas.

---

<sup>333</sup> As questões em causa dizem respeito a: Interpretação de cláusula contratual inserida num contrato de seguro (ver p. 72, nota 261); Como alterar o título constitutivo de propriedade horizontal (ver p. 76, nota 280); Aferir da legitimidade do MP para instaurar ações inibitórias com vista à declaração de nulidade de certas cláusulas contratuais gerais – direito do consumo (ver p. 80, nota 307) e, por último, Prevalência temporal do registo civil (ver p. 81, nota 316).



Este estudo não consegue responder diretamente à questão sobre o que está, ou não, incluído nos requisitos. A análise dos vários acórdãos existentes desde 2009 permite retratar tendências de aplicação prática mas que não poderão (pelo menos por agora) representar respostas certas ou consolidadas sobre o total âmbito dos conceitos indeterminados em análise.

Depois de terminado o estudo é possível avançar com uma possível tendência daquilo que está abrangido pelo conceito de relevância jurídica:

- Diversas questões sobre o regime da união de facto;
- Questões de contraposição de direitos de personalidade;
- Interpretação do regime de aplicação de contratos específicos (p. ex.: de *factoring*, de concessão comercial, de lojista com os centros comerciais);
- Várias questões relacionadas com o contrato de arrendamento inseridas no NRAU.

Para a relevância social, no sentido positivo, a possível concretização é:

- Direitos de um unido de facto a pensões de sobrevivência;
- Questões relacionadas com análise e apreciação de cláusulas contratuais gerais em relações de consumo;
- Questões sobre ações de investigação da maternidade e paternidade;
- Questões em torno do contrato de seguro.

## Bibliografia

Almeida, Mário Aroso de, e Cadilha, Carlos Alberto – **Comentário ao código de processo nos tribunais administrativos**, 2ª Edição, Coimbra: Almedina, 2007.

Amaral, Diogo Freitas do – **Curso de Direito Administrativo**, Vol. I, 3ª Edição, Coimbra: Almedina, 2016.

Brito, José Miguel Alves de – **Notas soltas sobre a reforma do regime dos recursos em processo civil**, Scientia Iuridica, Tomo LVI, número 311, Julho/Setembro de 2007.

Caupers, João e Eiró, Vera – **Introdução ao Direito Administrativo**, 12ª Edição, Lisboa: Âncora, 2016.

Cordeiro, António Menezes – **Tratado de direito civil**, 1º Volume, 4ª edição, Coimbra: Almedina, 2014.

Correia, José Manuel Sérvulo – **Legalidade e autonomia nos contratos administrativos: tese de doutoramento em ciências jurídico-políticas**, Coimbra: Almedina, 1987.

**Cour de Cassation – Sobre o tribunal.** Disponível em: [http://www.courdecassation.fr/about\\_the\\_court\\_9256.html](http://www.courdecassation.fr/about_the_court_9256.html) (acedido pela última vez em 02/2017).

Crespo, Miguel Ângelo Oliveira – **O recurso de revista no contencioso administrativo: dissertação de mestrado em ciências jurídico-políticas**, Coimbra: Almedina, 2007.

Fernandez, Elizabeth – **Revisitando o recurso de revista excecional: desta vez o previsto no artigo 721º-A do CPC**, in Estudos em homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Hörster, (coord.) Luis Couto Gonçalves (et. al). Coimbra: Almedina, 2012.

\_\_\_\_\_ – **Notas sobre a excecionalidade da revista no processo administrativo**, Cadernos de Justiça Administrativa, Nº 60, Novembro/Dezembro de 2006.

Ferreira, Jaime Octávio Cardona – **Guia de recursos em processo civil – atualizado à luz do CPC de 2013**, 6ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

Geraldes, António Santos Abrantes – **Recursos no Novo Código de Processo Civil**, 2ª Edição, Lisboa: Almedina, 2014.

Machado, João Baptista – **Introdução ao direito e ao discurso legitimador**, 9ª Edição, Coimbra: Almedina, 1996.

Ministério da Justiça: Direção-Geral da política da justiça – **Reforma dos recursos em processo civil – Trabalhos preparatórios**, Coimbra: Almedina, 2008.

Segal, Jeffrey; Spaeth, Harold e Benesh, Sara – **The supreme court in the American legal system**, Cambridge: Cambridge University press, 2005.

Slapper, Gary e Kelly, David – **The English legal system**, 11ª Edição, Abingdon: Routledge, 2011.

Sousa, Marcelo Rebelo de, e Matos, André Salgado de – **Direito Administrativo Geral**, Tomo I, 2ª Edição, Lisboa: Dom Quixote, 2006.

Vogel, Louis (Dir.) – **Droit Global Law: Cours Suprêmes: Comment le filtrage des recours révèle le pouvoir des juges**. Université Panthéon-Assas, Paris: Editions Panthéon-Assas, 2005.

Velho, António A. M. Alves – **Sobre a revista excecional. Aspetos práticos**, 2015.

Disponível em:  
[http://www.stj.pt/ficheiros/coloquios/coloquios\\_STJ/CPC2015/painel\\_3\\_recursos\\_AlvesVelho.pdf](http://www.stj.pt/ficheiros/coloquios/coloquios_STJ/CPC2015/painel_3_recursos_AlvesVelho.pdf) (acedido pela última vez em 02/2017).

Vicente, Dário Moura – **Direito Comparado**, Vol. I, 3ª Edição, Coimbra: Almedina, 2014.

## Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Título I - Enquadramento do regime .....</b>	<b>3</b>
<b>1. O início do recurso de Revista Excecional .....</b>	<b>3</b>
a) Origem.....	3
b) Justificação da consagração no CPC.....	3
c) Trabalhos preparatórios – as origens do artigo 672º do CPC2013 .....	5
i. Anteprojeto de Revisão do Regime de Recursos em Processo civil .....	5
ii. Projeto que acompanhou a proposta de Lei de Autorização.....	8
iii. Proposta de Decreto-Lei Autorizado submetido a audições públicas .....	14
d) Conclusões.....	18
<b>2. Direito Administrativo – recurso de revista do artigo 150º do CPTA ...</b>	<b>20</b>
a) Introdução.....	20
b) O regime do recurso de revista.....	23
c) Concretização dos requisitos do nº1 do artigo 150º do CPTA.....	26
d) Conclusões.....	30
<b>3. Direito Comparado.....</b>	<b>32</b>
a) Direito Francês .....	32
b) Direito Inglês .....	35
c) Direito Americano.....	38
d) Conclusões e pontos de reflexão com a revista excecional .....	41
<b>Título II – Concretização dos requisitos do recurso de revista excecional do artigo 672º do CPC2013.....</b>	<b>45</b>
<b>1. Relevância jurídica .....</b>	<b>46</b>
a) Definições genéricas.....	46
b) Aplicação jurisprudencial .....	47
i. Questões Processuais.....	48
ii. Relações jurídicas .....	49

iii.	Obrigações.....	52
iv.	Contratos .....	53
v.	Responsabilidade Civil (pré-contratual, contratual e extracontratual) .....	56
vi.	Direito das Coisas.....	58
vii.	Direito da família .....	59
viii.	Insolvência .....	62
ix.	Societário .....	63
x.	Direito Internacional.....	64
xi.	Temas diversos .....	65
<b>2.</b>	<b>Interesses de particular relevância social.....</b>	<b>66</b>
a)	Definições genéricas.....	66
b)	Aplicação jurisprudencial .....	68
i.	Questões processuais.....	68
ii.	Relações jurídicas .....	70
iii.	Contratos .....	71
iv.	Responsabilidade Civil .....	74
v.	Direito das Coisas.....	75
vi.	Direito da Família.....	76
vii.	Societário e Insolvência.....	78
viii.	Direito do Consumo.....	79
ix.	Temas diversos .....	80
<b>3.</b>	<b>Oposição de julgados .....</b>	<b>82</b>
	<b>Título III – Conclusões finais .....</b>	<b>85</b>
	<b>Bibliografia .....</b>	<b>90</b>
	<b>Índice .....</b>	<b>92</b>